



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS-CSHNB  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LUÍS CARLOS ALBANO DUARTE SOUSA

**“EIS AQUI A VERDADE, MEUS QUERIDOS IRMÃOS!”: Circulação de  
ideias, revolução e ciência na trajetória de Leonardo da Senhora das Dores  
Castello-Branco (1800-1856).**

PICOS, PI  
2018

LUÍS CARLOS ALBANO DUARTE SOUSA

**“EIS AQUI A VERDADE, MEUS QUERIDOS IRMÃOS!”: Circulação de ideias, revolução e ciência na trajetória de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco (1800-1856)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB, como requisito para obtenção do título de graduado em História.  
Orientador: Prof. Dr. Mairton Celestino da Silva.

PICOS, PI  
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**S725e**      Sousa, Luís Carlos Albano Duarte  
              “Eis aqui a verdade, meus queridos irmãos!”: circulação de ideias, revolução e ciência na trajetória de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco (1800-1856). / Luís Carlos Albano Duarte Sousa. – 2018.  
              CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (108 f.)  
              Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História)- Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.  
              Orientador: Prof. Dr. Mairton Celestino da Silva.

              1. Circulação de Impressos. 2. Independência-Piauí 3. Oitocentista. I. Título.

**CDD 981.812 2**

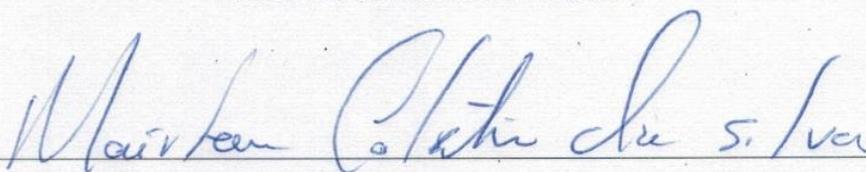
LUÍS CARLOS ALBANO DUARTE SOUSA

**“EIS AQUI A VERDADE, MEUS QUERIDOS IRMÃOS!”: Circulação de ideias, revolução e ciência na trajetória de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco (1800-1856)**

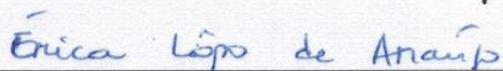
Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB, como requisito para obtenção do título de graduado em História, sob a avaliação da seguinte banca examinadora:

Data da aprovação: 21/06/2018

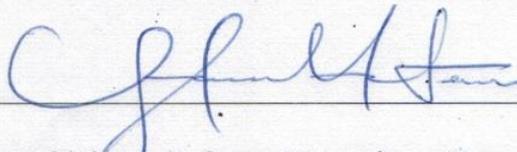
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Mairton Celestino da Silva – Orientador



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Érica Lôpo de Araújo – Examinadora Interna



Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro – Examinador Interno

À minha avó, Ana Pereira de Sousa (*in memoriam*), que, por tão pouco tempo, não pôde dar um abraço no seu primeiro neto formado.

## AGRADECIMENTOS

Acredito que um trabalho como este é fruto de diversas contribuições, e é por estas que tenho a alegria de agradecer àquelas e àqueles que contribuíram para a construção desta monografia. Neste momento, recordo-me de todas as pessoas que foram importantes na minha formação acadêmica e pessoal, desde minha primeira professora, Robertânia, e tia Eunice, que me alfabetizou. Reconheço a injustiça de não citar todas e todos, mas me contenho a citar aquelas e aqueles que tiveram uma participação mais direta neste período de escrita e digo que, pessoalmente, não esqueço de nenhum de vocês.

À Deus, que incrivelmente me amparou durante toda a minha vida, e em especial nestes quatro anos, dando-me as energias necessárias para que eu chegasse até aqui.

À minha família, razão da minha existência. À minha mãe, Teresa Mônica, que com toda a garra e a coragem das matriarcas desta família fez o possível e o impossível para que eu chegasse aqui, e por isso nenhuma palavra escrita poderá conter o meu agradecimento a ela. Ao meu pai, Luiz Carlos, que me criou para a vida, ensinando-me responsabilidade e coragem para enfrentar qualquer obstáculo. À minha irmã, Ana Virgínia, por me compreender sempre, apesar das brigas de irmãos. Aos meus avós paternos, Firmino e Ana (*in memoriam*), por serem meus parâmetros de simplicidade e por todo o amor gratuito. Ao Mestre Waldemar e à Aldery Albano, avós maternos, por estarem sempre presentes, alegrando a minha existência. Às minhas tias, especialmente Aurora e Waldália, pelo apoio constante, e ao meu tio Waldery, por me mandar sempre estudar, pois “só com esforço e dedicação é que se alcançam os píncaros da glória”. À Theresa, prima-irmã, companheira de todas as horas, agradeço pela vida compartilhada e pelas cervejas ao som de Belchior. Tenho muita sorte de ter todos vocês.

À Universidade Federal do Piauí, por me fornecer todos os recursos necessários para a minha formação. Por toda a equipe, desde docentes até o pessoal da limpeza e manutenção, que possibilita o usufruto das instalações, e a equipe gestora. Sou profundamente grato por todas as políticas de permanência de discentes na Universidade, pelas bolsas, pelo Restaurante Universitário, pelo transporte até a UFPI, etc. Mais ainda por ter o melhor curso de História do Piauí na porta de casa. Por isso, reconheço que tudo isso é fruto de uma política que prioriza a educação como deve ser: libertadora. De uma política que não serve apenas aos interesses das classes dominantes, mas que leva conhecimento para o sertão piauiense, pois

acredita que educação de qualidade é um direito que abre oportunidades, e investe nisso. É por isso que pedimos e sempre pediremos FORA TEMER!

Às minhas professoras e professores, que foram essenciais nesta caminhada, especialmente ao meu orientador, Mairton, por toda a paciência e todo o empenho em direcionar e aprimorar a minha pesquisa: serei sempre grato por tudo que aprendi. Todos vocês são parte do que sou agora: Érica Lôpo, um exemplo de profissional e ser humano, pela inestimável ajuda nesses meses de monitoria, através das leituras importantes para minha pesquisa; Agostinho Coe, pela orientação no projeto de pesquisa e pelas disciplinas; José Lins, o coordenador de curso mais *play*; Raimundo Lima, pelas experiências teatrais; Marylu Oliveira, um grande afeto que a UFPI me proporcionou; Mona Ayala, pelas discussões encantadoras sobre gênero; Fábio Leonardo, um dos primeiros contatos na UFPI, que adotou e acompanhou nossa turma; Gleison Monteiro, parâmetro de profissional e excelência, sempre comprometido com o que faz; Ana Paula Cantelli, Rodrigo Gerolineto, Naudiney Castro, Iael de Souza, Ana Maria Koch (*in memoriam*). Cada um de vocês representa algo de especial em mim, e a carreira de todos nós, alunos e alunas do curso de história, deve muito ao empenho, dedicação e profissionalismo de todos vocês.

Ao Núcleo de Pesquisa e Documentação em História (NUPEDOCH), pelas pesquisas e pelos afetos. Lembro de cada momento, desde quando entrei, até a grande inauguração da cafeteira do projeto. Sou grato pela companhia, durante estes últimos anos, de Nayne, Rosa, Vanessa, Paulo Lúcio, Romário, dentre outros.

Ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID-CAPES), não apenas pela bolsa, mas por toda a experiência que adquiri ao longo de um ano de participação no programa, sob a incansável e instigante coordenação do professor Raimundo Lima, e supervisão da estimável professora Mariana, profissional que admiro bastante, pela dedicação à educação básica da rede pública estadual. Aos colegas pibidianos: Rayra, Francimary, Samara (minha dupla preferida), Ítalo Bruno. À Roberta, que não achou suficiente estudar comigo durante o ensino médio e decidiu cursar também História e fazer parte da mesma equipe de PIBID, me dando ainda um dos maiores presentes que recebi no decorrer deste curso: a oportunidade de ser padrinho, e de compartilhar minhas experiências com um ser tão pequenino e fofo.

Enfim, aos companheiros e companheiras da UFPI, que diariamente dividiram comigo as angústias inerentes a um TCC. À Laila, minha eterna tesoura, por todas as vivências que tivemos na UFPI, por me inspirar sempre, enquanto pesquisadora, e pelo apoio incondicional

à minha pesquisa; agradeço pelos biscoitos Maria e pelas tardes de sono na residência, pelas crises de risos que nos davam câimbras na boca e falta de ar, tendo que apelar para São Braz. À Aleísa, que igualmente me inspira como pesquisadora e que dividiu comigo muitas vivências, me adotando junto com Laila e nos cedendo seus documentos do NUPEDOCH. A amizade de vocês foi um dos presentes mais valiosos que a UFPI me deu!

Ao *The Dark Side*, que me adotou para a turma do fundão. Agradeço à Sara, Frida, Ítallo, Kaio César e Caio Leonardo por todas as tardes compartilhadas, pelos almoços, pelas discussões informais que transpiravam História, pelas doses de Lira e pelos episódios de *Game of Thrones*. Mesmo com o estresse dos trabalhos em grupo, levarei vocês para a vida!

Aos demais colegas de sala: Nadielle, Ayra, Giselle, Samara, Renato, Honorato, Mariana, Rose, Hosana, Joyce (também pelas terças culturais no Centro Acadêmico de História durante nossa gestão), Mônica, Daniel, Ricardo, dentre outros. Ao querido Pedro *Beats*, por todas as conversas, pelas piadas históricas, pelos poemas e pelos copos de cerveja que ajudaram a suportar os finais de períodos.

Agradeço ao Museu Ozildo Albano pelos documentos acessados no acervo e pelas horas de estudo na biblioteca, e deixo o meu agradecimento especial a Albano Silva e Bethe Albano, pela disponibilidade, atenção e carinho. À Gracivalda Albano pelo apoio na aquisição de fontes para pensar a independência do Piauí. Agradeço igualmente ao Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI), na pessoa de dona Jesus, pelas semanas de pesquisas.

Este trabalho traz um pedaço de cada um de vocês. Meu muito obrigado!

Ao longo do século XVIII [...] a periferia possuía seus quadros de liderança, um senso de *brasilidade*, mercadorias para troca, redes informais de comunicação, teias de comércio [...] além de ideias próprias. Além disso, havia uma interação social e comercial não apenas entre periferias no interior do Brasil mas [...] entre o Brasil enquanto periferia e outras periferias do Império [...]. O desenvolvimento de tais ligações periferia-periferia, não apenas reduzia o papel da metrópole [...], mas também fortalecia o Brasil enquanto líder dentre as colônias ultramarinas portuguesas.

A. J. R. Russel-Wood.

## RESUMO

Ao reconstruir o contexto das disputas políticas em torno dos processos de independência do Brasil, ao longo da década de 1820, a presente monografia busca, através das situações vividas, das singularidades e das relações sociais construídas pelo sujeito “excepcional-normal”, Leonardo de Carvalho Castello-Branco, os contextos mais amplos que permitiam indivíduos em espaços coloniais portugueses experienciar as transformações de mundo social, numa perspectiva global, mediante a leitura, produção e circulação de impressos e, numa perspectiva local, colocá-las em práticas mediante atitudes políticas eminentemente sediciosas (movimentos separatistas), produção de escritos sobre ciência natural (tratados descritivos) e interpretação do mundo religioso católico. Através dos autos de seus crimes e do seu processo de prisão pretendemos lançar novas perspectivas sobre o movimento separatista no Piauí, para que possamos entender os espaços e as conexões que permitiram a escrita de suas obras poéticas e filosóficas, também aqui analisadas.

**Palavras-chaves:** Circulação de impressos; Independência; Piauí oitocentista.

## **ABSTRACT**

In reconstructing the context of the political disputes around the processes of independence of Brazil, throughout the 1820s, the present monograph seeks, through lived situations, the singularities and social relations constructed by the "exceptional-normal" subject, Leonardo de Carvalho Castello-Branco, the broader contexts that allowed individuals in Portuguese colonial spaces to experience the transformations of the social world, in a global perspective, through the reading, production and circulation of printed matter and, in a local perspective, to put them into practice through political attitudes eminently seditious (separatist movements), production of writings on natural science (descriptive treatises) and interpretation of the Catholic religious world. Through the records of his crimes and his arrest process we intend to launch new perspectives on the separatist movement in Piauí, so that we can understand the spaces and connections that allowed the writer of his poetic and philosophical works, also analyzed here.

**Keywords:** Circulation of printed; Independence; Eighteenth-century Piauí.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa descritivo dos locais por onde Leonardo Castello-Branco passou .....	20
Figura 2: Cartografia inglesa do Atlântico Sul, de 1853 .....	23
Figura 3: Mapa da Capitania do Piauí e partes adjacentes, de 1816 .....	40

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: TEMPO E ESPAÇO – UMA CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>PARTE I – LEONARDO CASTELLO-BRANCO, REVOLUCIONÁRIO .....</b>	<b>22</b>
<b>1. MONARQUIAS CATÓLICAS E A MUNDIALIZAÇÃO DA CULTURA .....</b>	<b>22</b>
1.1. Iluminismo e circulação de saberes .....	24
1.2. O Marquês de Pombal e a Ilustração portuguesa .....	27
1.3. Instrução e independência no Estado do Maranhão e Piauí .....	35
<b>2. CIRCULAÇÃO DE SUJEITOS E IDEIAS NO PIAUÍ REVOLUCIONÁRIO .....</b>	<b>40</b>
2.1. A família Castelo Branco: João Gomes do Rêgo Barra .....	42
2.2. Centro e periferia: hegemonia e sedição .....	46
2.3. Entre o “velho despotismo” e o “direito inalienável”: a construção do outro .....	52
2.4. “Povos do Piauí!”: Sujeitos da Independência .....	58
2.5. Independência, liberdade e propriedade .....	62
2.6. Desfechos da Independência .....	67
<b>PARTE II – LEONARDO CASTELLO-BRANCO, RACIONALISTA .....</b>	<b>76</b>
<b>3. “SEM AULICOS ESTUDOS, MIL ARCANOS DESCOBRIU”: O IMPÉRIO DA CIÊNCIA</b>	<b>76</b>
3.1. Redes, contatos e espaços .....	78
3.2. Técnicas e saberes: as abelhas do Piauí .....	81
3.3. Contatos literários e experiências religiosas .....	86
3.4. Forjando suas próprias Luzes .....	94
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>100</b>
<b>5. REFERÊNCIAS:.....</b>	<b>102</b>

## INTRODUÇÃO: TEMPO E ESPAÇO – UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

As relações político-sociais e culturais do Brasil na virada do século XVIII para o XIX giravam em torno, em grande medida, daquilo que se passava em Portugal, de maneira mais direta, e nas mais diversas conexões proporcionadas pelo comércio Atlântico. A conexão prática, eficiente e relativamente rápida entre as Américas, a África, Índias e o continente europeu, teceu uma rede de negociações nunca dantes vista, fomentando circuitos e rotas comerciais que movimentava pessoas e saberes. Entender esta rede de relações engendradas – que envolve a circulação de sujeitos, ideias, impressos e mercadorias – significa compreender como funcionou a engrenagem de transição para a era moderna, na medida em que as transformações que atingiram o pensamento europeu foram influenciadas amplamente pelos vínculos proporcionados pelo Atlântico, e estes, por sua vez, influenciaram também o espaço que ocupou o sujeito dessa pesquisa.

Neste sentido, e também percebendo o caráter bilateral e correlato destas relações – em maior ou menor grau – esta mesma lógica de conexões nos leva a observar mais atentamente a forma como estas sociedades atlânticas, que estavam mais diretamente ligadas ao comércio marítimo, passam a se organizar diante de novos contatos, não apenas entre “velho” e “novo” mundo, mas dentro de um mundo muito mais integrado e em plena reconfiguração política, econômica e social, especialmente quando tratamos de sociedades de Antigo Regime.<sup>1</sup> A circulação de sujeitos e, conseqüentemente, de ideias, nesta perspectiva, nos leva a crer em uma verdadeira revolução no pensamento moderno, atrelado ao surgimento gradual de uma Ciência tanto fruto quanto produtora desta “modernidade”,<sup>2</sup> na medida em que refletia as novas condições de cientificidade e, assim, servia de suporte para boa parte das transformações que floresciam nestas sociedades atlânticas,<sup>3</sup> ainda que as análises sobre a ciência moderna tendam a corroborar uma visão eurocentrada, na qual os projetos periféricos de ciência sejam marginalizados.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> E aqui nos referimos ao Antigo Regime português. Ver: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade do Império”. *Penélope*, n. 23, 2000, pp. 67-88.

<sup>2</sup> Modernidade trabalhada aqui enquanto o período de realocação do saber de forma a centralizar a razão e o homem, e seus feitos sobre a natureza, em detrimento do misticismo dos fenômenos. Ver: ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da Revolução Científica*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

<sup>3</sup> Sobre tais transformações, utilizamos principalmente: ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas (1400-1700)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>4</sup> SALDAÑA, Juan José. “Ciência e identidade cultural: a história da ciência na América Latina”. In: FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. (org.). *Um olhar sobre o passado. História das ciências na América Latina*. Campinas: Ed. Unicamp/Imprensa Oficial, 2000, pp. 11-31.

Muito embora se concentre no recorte europeu e desconsidere outros focos de revolução durante o mesmo período trabalhado, a “era das revoluções”, no dizer de Hobsbawm,<sup>5</sup> caracterizou-se pela quebra de fronteiras culturais e geográficas de um mundo já globalizado,<sup>6</sup> muito embora reconheçamos os limites impostos por uma análise de circulação.<sup>7</sup> Mais que isso, acreditamos que a virada do século XVIII para o XIX representou um período marcado por vários epicentros revolucionários, bem como por micro revoluções de sujeitos que redescobriram a própria noção de mundo, movimentos estes tanto influenciados pelo Atlântico, quanto influenciadores de agitações nos mais diversos recortes geográficos, redimensionando as fronteiras físicas e os alcances das ideias. Sobre a análise de Hobsbawm, especificamente, não queremos retirar o mérito de sua abordagem sobre a Revolução Francesa e seu alcance global, por exemplo, mas salientar que é mais interessante observarmos a existência de diversos centros irradiadores de revoluções distintas, conectadas pelo Atlântico, que confluíam e influenciavam outras diversas revoluções em diferentes pontos, em contínua simbiose.

Tais transformações modificaram de forma incisiva a subjetividade dos homens modernos, provocando diversas reorganizações no campo das ideias e da Ciência, pautadas sobretudo no progresso, que se tornará a base para se pensar a mundialização.<sup>8</sup> O continente europeu, marcado pelas revoluções francesa e industrial, quebra as barreiras que o isolavam das outras partes do mundo, através principalmente do iluminismo, que apesar de ser apresentado como uma agitação encabeçada pelo próprio continente europeu, deve ser considerado exatamente como um movimento inverso: a Europa começava a absorver tudo aquilo de que não tinha conhecimento, o que mais à frente vai dar base a todo o processo de ressignificação e de aperfeiçoamento da ciência moderna,<sup>9</sup> criando e reforçando o papel

---

<sup>5</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

<sup>6</sup> Acreditamos numa operacionalização do conceito de globalização, que, como demonstra o campo da história das ciências, não se restringe ao contexto das transformações da década de 1990, uma vez que desde sempre houveram contatos e migrações no globo. Interações e negociações desenvolvidas entre as diversas culturas a partir do Atlântico já podem ser concebidas sob tal perspectiva global, valorizando as relações e as produções de conhecimento multidirecionais, em detrimento dos limites geográficos. Sobre essa operacionalização, ver: FAN, Fa-Ti. “The global turn in the history of Science”. *East Asian Science, Technology and Society: an international journal*. v. 6, p. 249-258, 2012.

<sup>7</sup> FAN, Fa-Ti. Op. Cit. 2012, p. 252.

<sup>8</sup> Tal qual o processo analisado por Serge Gruzinski, como difusão planetária de traços locais. Ver: GRUZINSKI, Serge. “O historiador, o macaco e a centaura: a ‘história cultural’ no novo milênio”. *Estudos Avançados*. [online]. V. 17, n. 49, pp. 321-342, 2003. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300020>>. Acesso em 28/04/2018.

<sup>9</sup> Muito embora esta ciência se firme sob a ótica eurocêntrica, no movimento de globalização que desconsidera os objetos extra europeus, presentes em: GRUZINSKI, Serge. Op. Cit. 2003, p. 336.

fundamental da ação humana através das artes<sup>10</sup> na construção do conhecimento que impulsionou todos os setores da própria vida humana.

Não obstante, qualquer que fosse seu *status*, as atividades comerciais e manufatureiras floresciam de forma exuberante [...] e por volta da década de 1780 todos os governos continentais com qualquer pretensão a uma política racional estavam conseqüentemente fomentando o crescimento econômico, e especialmente o desenvolvimento industrial, embora com sucesso muito variável. As ciências, ainda não divididas pelo academicismo do século XIX em uma ciência “pura” superior e uma outra “aplicada” inferior, dedicavam-se à solução de problemas produtivos [...]. Pois, de fato, o “iluminismo”, a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza [...] derivou sua força primordialmente do evidente progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica que se acreditava estar associada a ambos.<sup>11</sup>

Desse modo, esta virada do século XVIII para o XIX, profundamente marcada pelo fluxo global do comércio, significou também a baliza que estabeleceu, nas sociedades modernas europeias, o “império da razão”.<sup>12</sup> Decerto, tanto as mais diversas revoluções acontecidas neste período quanto o reposicionamento do papel do conhecimento, da Razão e do homem nestas sociedades afetaram diretamente a organização do mundo moderno, abalando suas fronteiras. A racionalização do Estado e a crescente circulação de impressos “iluministas” passam a minar gradualmente as estruturas tradicionais estabelecidas entre o continente europeu e, principalmente, as Américas.

É neste contexto que situamos o sujeito que passamos a analisar. Quando das discussões no âmbito do Núcleo de Pesquisa e Documentação em História (NUPEDOCH/UFPI), entramos em contato com a obra de um piauiense que, no início do século XIX escreveu uma obra refutando o francês Pigault LeBrun<sup>13</sup> e “provando” pela história e pela filosofia a existência de Deus e a verdade da revelação cristã. Estas discussões, fomentadas pelo projeto que visa a digitalização e divulgação de documentos eclesiásticos do Piauí, coordenado pelos professores Agostinho Coe, Gleison Monteiro, Mairton Celestino e pela professora Érica Lôpo, foram responsáveis pelos primeiros questionamentos acerca deste sujeito. Para além do interesse inicial, era preciso que analisássemos com mais propriedade a discussão na qual aquele se inseria, e assim fomos apresentados a Leonardo de Carvalho Castello-Branco.

---

<sup>10</sup> Aqui entendida como o trabalho do homem sobre os recursos naturais, a modificação da matéria prima.

<sup>11</sup> HOBBSAWM, Eric J. Op. Cit. 2011, p. 47.

<sup>12</sup> SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a Nação*: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

<sup>13</sup> Pseudônimo de Charles Antoine Guillaume Pigault de L’Espino, que escreveu duras críticas à igreja católica.

Lembrando que o indivíduo não se dissocia de sua sociedade, buscamos percebê-lo, tanto no próprio sujeito quanto na documentação trabalhada, a partir do prisma do excepcional-normal, justamente elencando os elementos que seriam ordinários ao seu tempo/espço, mas que superficialmente apresentam certa excentricidade.<sup>14</sup>

Nascido na fazenda Taboca em 1789, na região então pertencente à vila da Parnaíba, no norte da capitania de São José do Piauí, recebeu instrução ainda no ambiente doméstico, ao que tudo indica por seu pai, Miguel de Carvalho e Silva, que por sua vez recebeu educação dos jesuítas na Bahia. Sua primeira participação pública no Piauí ocorreu, como mencionado, no processo de independência, ainda em 1822, tornando-se um líder importante se juntando aos proclamadores João Cândido de Deus e Silva, juiz de fora, e o coronel Simplício Dias. A trajetória de Leonardo se configura, a partir de então, como a de um sujeito em trânsito, como podemos observar no mapa demonstrativo do final desta introdução.

Preso no Maranhão enquanto distribuía uma proclamação conclamando os maranhenses a se juntarem aos piauienses pela causa da independência, foi conduzido a Lisboa, onde recorreu a indulto real e foi posto em liberdade, mas apenas após o fim do processo de independência. Não voltou diretamente ao Piauí, fazendo escalas no Pernambuco e na Bahia. Naquele, envolveu-se novamente em questões políticas, por ocasião da eclosão da Confederação do Equador, tentando inclusive angariar piauienses em sua causa já em 1824. Foi preso novamente, encaminhado ao Maranhão e continuou preso até pouco depois do fim do movimento. É então que Leonardo decide viajar para Lisboa em busca de conhecimento, principalmente em torno de um dos seus maiores intentos, o *moto-contínuo*,<sup>15</sup> e passa a escrever suas obras.

Buscamos, a partir disso, perceber as relações entre Leonardo Castello-Branco e seu tempo/espço, a partir de duas ordens metodológicas: política/revolucionária e científica, estas permeadas pela religiosidade que caracterizava este sujeito. Refletimos os ideais de ciência e modernidade do período histórico trabalhado, abrangendo suas continuidades e por isso mesmo não adotando a divisão básica entre “Colônia” e “Império”, até mesmo pelo fato de os conceitos trabalhados neste estudo não concordarem com o termo “Colônia” no sentido que a historiografia tradicional define. Assim, observando como este sujeito se coloca diante de tais questões, procuramos localizar o Piauí tanto no contexto nacional dos conflitos separatistas,

---

<sup>14</sup> WITT, Marcos Antônio. “Excepcionais normais? A(s) trajetória(s) de três pastores no Sul do Brasil (1824-1893). *História Unisinos*, vol. 20, n. 3, setembro/dezembro 2016, p. 289.

<sup>15</sup> Modelo de motor que não precisaria de energia para funcionar, apenas de um impulso inicial.

quanto nas conexões atlânticas que deram mote para a circulação de ideias, caracterizando um sujeito em trânsito, mas que partiu das relações favorecidas pelo contexto piauiense.

Por isso fugimos do tradicional binarismo Colônia/Metrópole, por entendermos que existiram relações muito mais amplas que um simples “pacto colonial” tal qual proposto por Fernando Novais.<sup>16</sup> Isto nos fica claro ao tratarmos de questões como Antigo Regime português e administração portuguesa à luz do debate entre João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa.<sup>17</sup> Por isso pensamos muito mais na proposição de Centro/Periferia operacionalizada por Russel-Wood,<sup>18</sup> na medida em que este centro depende principalmente da posição de quem observa, valorizando as mais diversas relações dentro do quadro de expansão das monarquias católicas trabalhado por Serge Gruzinski.<sup>19</sup> A discussão trazida por Ana Rosa Cloquet da Silva deu base para pensar, à luz da ilustração portuguesa, a interação política entre Portugal e Brasil sob esse prisma.<sup>20</sup>

Ainda percebendo o contexto no qual se inseria o sujeito, pelo qual foi possível que formulasse suas interferências através de suas atitudes revolucionárias ou de suas obras, foi imprescindível entender como a Europa pensou a ciência moderna, através da análise de Paolo Rossi,<sup>21</sup> para que pudéssemos apreender elementos capazes de evidenciar quais fronteiras Leonardo Castello-Branco ocupou diante dos padrões estabelecidos pela Europa, tendo em vista o homem religioso que era, à luz da análise de Mircea Eliade.<sup>22</sup>

O título deste trabalho faz referência a um documento escrito por Leonardo Castello-Branco durante o processo de independência do Piauí, no qual se dirigia ao principal dos índios da vila de São Bernardo, na divisa entre o Piauí e o Maranhão, afirmando que estes estavam sendo enganados pelos portugueses e que deviam, como irmãos de todos os “brasileiros”, saber a verdade.

A cultura de impressos trazida por Robert Darnton<sup>23</sup> nos deu base, então, para que pensássemos como o nosso sujeito, pela circulação de impressos, soube pensar a diversidade social e hierárquica do Piauí de modo unitário, cabendo a ele pensar a independência como

<sup>16</sup> NOVAIS, Fernando A. “A crise do Antigo Sistema Colonial”. In: \_\_\_\_\_ . *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979, pp. 57-116.

<sup>17</sup> FRAGOSO; GOUVÊA & BICALHO, Op. Cit. 2000.

<sup>18</sup> RUSSEL-WOOD, Anthony John. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808”. *Revista Brasileira de História*. [online]. Vol. 18, n. 36, 1998, pp. 187-250. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010)>. Acesso em 07/05/18.

<sup>19</sup> GRUZINSKI, Serge. Op. Cit. 2003.

<sup>20</sup> SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Op. Cit. 2006.

<sup>21</sup> ROSSI, Paolo. Op. Cit. 1992.

<sup>22</sup> ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>23</sup> DARTON, R.; ROCHE, D. (Orgs.). *A Revolução Impressa: A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

um movimento agregador de sujeitos distintos, unidos à causa sob o conceito de “irmãos”, dando homogeneidade ao movimento.

Não se trata, pois, de um trabalho de cunho biográfico, mas que visa compreender algumas das relações estabelecidas por um indivíduo, fornecendo elementos suficientes para se pensar revolução, ciência e circulação de ideias no Piauí da virada do século XVIII para o XIX, fugindo dos pressupostos de dependência intelectual da colônia ou de homogeneidade de um Brasil, e localizando o Piauí nesta discussão através dos seus posicionamentos.

A ciência moderna foi por muito tempo sinônimo de um “discurso hegemônico do poder ocidental”, pelo qual o resto do mundo estava subjugado por apresentar culturas “a-científicas”.<sup>24</sup> Estas sociedades estavam, assim, à margem da Revolução Científica, e quando buscavam se sobressair, acabavam por configurar um “mimetismo”, utilizando a deixa da colonização para explicar o “atraso”, ou ainda caracterizando a ciência periférica enquanto “excepcional”, denegando as especificidades e as condições sociais de espaços fora do continente europeu. Mas a questão vai muito além: reconhecer que o vínculo entre a ciência e a civilização europeia representa uma cultura científica, que por diversas vezes se mostra dependente do Novo Mundo, e como esta cultura foi domesticada ou incorporada.<sup>25</sup>

Negar a ciência moderna como emanção da Europa ou como modelo para as fases de construção da ciência nas Américas,<sup>26</sup> por exemplo, não significa inverter o quadro e colocar em disputa os precedentes científicos de cada sociedade. A mobilidade das ciências e seu caráter negociável entre as fronteiras culturais atenta para uma produção muito além daquela na qual viajantes europeus coletavam informações e transformavam em conhecimento para ser disseminado *urbi et orbi*, valorizando a circulação, e não a simples difusão. Esta “perspectiva circulatória” nos apresenta uma ciência fruto dos encontros e interações, não mais destacando suas origens não ocidentais ou coloniais, mas fundamentando uma história global, conectada.<sup>27</sup>

A “virada global na história da ciência”, assim, busca perceber nos mais diversos períodos históricos a circulação de conhecimento e informações, o fluxo de sujeitos e suas ações. Exemplo disto é o comércio atlântico, que demonstra ainda como estas eram mesmo relações de poder, e atenta ainda para a dificuldade relativa de se fazer circular, como a necessidade de técnicas e esforços. A ascensão da ciência moderna deve muito ao comércio

---

<sup>24</sup> RAJ, Kapil. “Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX”. *Cultura*, vol. 24, 2007, p. 156.

<sup>25</sup> SALDAÑA, Juan José. Op. Cit. 2000.

<sup>26</sup> BASALLA, George. “The spread of western science”. *Science*. v. 156, 1967, p. 611-622.

<sup>27</sup> RAJ, Kapil. “Além do Pós-colonialismo... e Pós-positivismo: Circulação e a História Global da Ciência”. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 13, Dezembro 2015, pp. 164-175.

global, pelos contatos científicos que se entrelaçavam com as viagens.<sup>28</sup> Contudo, a história global não pode se dissociar do local, uma vez que as fronteiras e diferenças podem ser cruciais nestes contatos, daí a importância de se estudar casos específicos que evidenciem estas particularidades locais.

Leonardo Castello-Branco estava conectado pela circulação de impressos, e, decerto, pretendia levar suas verdades aos seus pares e, como indicou nos prólogos de suas obras, de um público leitor. Em um catálogo de livros do ano de 1866, por exemplo, consta na relação das *Obras poéticas em portuguez à venda em casa de Eduardo & Henrique Laemmert, mercadores de livros*,<sup>29</sup> no Rio de Janeiro, duas de suas obras, a saber: *A Criação Universal* (onde descreve o livro do Gênesis em seis cantos) e *O Ímpio Confundido*, com valores consideráveis, quase alcançando o valor de uma edição ilustrada de *Os Lusíadas*, de Camões.

Na primeira parte deste trabalho, buscaremos demonstrar o contexto no qual Castello-Branco estava inserido, destacando a circulação de impressos sediciosos e o caráter revolucionário que demonstrou durante este período, à luz do iluminismo e sob reflexos do movimento ilustrado. Ainda aqui, delimitamos uma elite piauiense a partir de casos como da família Castelo Branco, para distinguir os sujeitos e os espaços que ocupavam, principalmente no ambiente político. A primeira parte se encerra com algumas narrativas sobre o processo de independência no Piauí e seus desfechos, acompanhando a trajetória de Leonardo Castello-Branco contida nas fontes que compõem os autos de seus *crimes de Ordem Régia e Certidão de Prisão*,<sup>30</sup> reunidas após sua prisão no Maranhão por crimes políticos e disponibilizadas no arquivo digital da Torre do Tombo.<sup>31</sup>

Com isso pretendemos analisar as bases de que dispôs este sujeito para que escrevesse suas obras, que compõem a segunda parte deste trabalho e servem de fontes. Tomamos o processo de independência como peça chave para que Castello-Branco se colocasse enquanto intelectual, e onde primeiramente teve contato com determinadas ideias. Assim, na segunda parte deste trabalho, procuramos destacar os contatos estabelecidos pelo sujeito no pós-independência, que lhe renderam acesso a determinados espaços de produção de saber e certa visibilidade nos meios de difusão da ciência. Através destes contatos, este sujeito foi tecendo considerações sobre sua própria razão, deixando transparecer nas obras resultantes toda a sua

---

<sup>28</sup> FAN, Fa-Ti. Op. Cit. 2012.

<sup>29</sup> CATÁLOGO das obras poéticas em Portuguez à venda em casa de Eduardo & Henrique Laemmert mercadores de livros. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866. Disponível em: < <http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/index.php?cd=9&lang=pt>>. Acesso em: 07/06/18.

<sup>30</sup> MARANHÃO. *Ordem régia e certidão de prisão em que é réu Leonardo de Carvalho Castelo Branco e autora a Justiça*. [Manuscrito] 1823.

<sup>31</sup> Disponível em: < <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4269883>>. Acesso em: 31/07/18.

filosofia. Através de suas obras, notadamente *O Ímpio Confundido* (1837) e *A Criação Universal* (1856), além de artigos publicados, pretendemos entender como o movimento separatista interferiu no sujeito proporcionando-lhe experiências que forjaram sua própria concepção de mundo e sua escrita.

Como anexo desta introdução, segue um breve demonstrativo da trajetória do sujeito Leonardo Castello-Branco, para que se possa ter noção dos espaços que ocupou, analisou e interferiu, considerando as possibilidades do período trabalhado.

**Mapa da trajetória de Leonardo Castello-Branco:**



Figura 1: Demonstrativo dos espaços pelos quais circulou o sujeito.

- ① 1822 – Ceará
- ② 1823 – Piauí
- ③ 1823 – Maranhão
- ④ 1823 – Lisboa
- ⑤ 1824 – Maranhão
- ⑥ 1833 – Lisboa
- ⑦ 1851 – Maranhão / Bahia
- ⑧ 1854 – Rio de Janeiro
- ⑨ 1860 – Piauí

## PARTE I – LEONARDO CASTELLO-BRANCO, REVOLUCIONÁRIO

Os taes marinheiros, e o seu bello Fidié, [que] aqui os governa, [que] hé o nosso maior inimigo, conta, e espalha [por] toda parte [muitas], e muitas mentiras, a fim tudo de nos desanimar, e meter medo: mas nós [que] vivemos em huma terra, onde se sabem todas estas couzas como correm, [por] [que] não se prohiibe, que venhão papeis, e novidades de todas as partes do Mundo, nunca as suas mentiras nos meterão medo [...].<sup>32</sup>

### 1. MONARQUIAS CATÓLICAS E A MUNDIALIZAÇÃO DA CULTURA

A expansão das monarquias católicas, no dizer de Gruzinski,<sup>33</sup> desencadeou uma série de contatos que, fundados sob uma lógica de relações coloniais e mercantilistas, e legitimados pelo ímpeto universalista católico, serviram também de base para a construção da ciência moderna europeia. Os circuitos comerciais que se instalaram a partir das incursões de Portugal demonstram a importância da informação neste trânsito de sujeitos. Não bastava o anseio colonialista, eram necessárias técnicas inclusive para se chegar aos novos territórios. Em grande medida o Atlântico reflete esta necessidade, não só por fazer circular tais conhecimentos, mas por necessitar ele mesmo de técnicas capazes de fazer funcionar a condição colonial pretendida por Lisboa ao se colocar no centro<sup>34</sup> das relações, e de fazer girar essa economia transcontinental entre Europa, Américas, África e Índias. São estas experiências mercantilistas que vão fomentar ainda mais a consolidação da ciência moderna enquanto progresso, e era através do mesmo Atlântico que este era imposto pela Europa, num processo de ocidentalização que podava as ramificações de qualquer ciência que não fosse legitimada pela Europa.<sup>35</sup>

Estas relações coloniais tinham de ser desenvolvidas pela força, e a utilização da mão de obra escrava supriu as necessidades de uma sociedade baseada em privilégios, como

<sup>32</sup> DIVISÃO AUXILIADORA DO PIAUÍ. *Ofício ao Principal dos Índios da Villa de São Bernardo*. [Manuscrito]. Piracuruca, 24 de Janeiro de 1823.

<sup>33</sup> Aqui utilizado no plural por não circunscrevermos a análise no contexto da União Ibérica, mas em concordância com a proposta do autor sobre as burocracias planetárias ligadas à igreja católica dentro de uma economia-mundo. GRUZINSKI, Serge. Op. Cit. 2003, p. 324.

<sup>34</sup> RUSSEL-WOOD, Anthony John. Op. Cit. 1998.

<sup>35</sup> Apenas recentemente passou-se a pensar metodologias e conceitos próprios para se analisar as ciências extra europeias, fugindo da cristalização conceitual que tomava estas expressões enquanto “excepcionais”, naquilo que Saldaña denominou “mimetismo historiográfico”. Para isso, ver: SALDAÑA, Juan José. Op. Cit. 2000, p. 18.

Portugal do Antigo Regime.<sup>36</sup> No entanto – e relevando todas as problemáticas que o tráfico de africanos envolve –, tal prática não se inseriu no progresso da ciência europeia, a não ser pelo contato com a cosmogonia dos sujeitos que vieram para as Américas, fato totalmente negligenciado na construção daquela. Grande parte das técnicas de agricultura que serviram para firmar as bases da elite agrária brasileira, a mesma que, como veremos, irá direcionar a cultura científica brasileira em torno de uma pretensa predisposição agrária do Brasil, vieram através dos navios negreiros. Ou seja, enquanto a Europa pensava a natureza a serviço do homem, eram as relações multidirecionais do Atlântico que colocavam isso em prática na América portuguesa. Por mais que sejamos frutos de uma ocidentalização que nega o caráter multidirecional dos contatos culturais, os homens letrados que por aí circulavam tiveram de enfrentar as principais civilizações do mundo, e as localidades de qualquer forma sempre impulsionaram todos os projetos de colonialismo rumo às adaptações.<sup>37</sup>

A própria terminologia do Atlântico é forjada no século XVI, substituindo um regionalismo caracterizado pelas relações com a África (principalmente o comércio português, daí o Mar Etiópico), mas só se consolida na sua forma moderna na virada do século XVIII para o XIX<sup>38</sup>, valorizando as rotas comerciais entre o continente africano e o Novo Mundo, como se pode observar no mapa citado abaixo, que especifica o Atlântico Sul, já ligado aos interesses do comércio de escravos. O Atlântico surge como um espaço único na cartografia ibérica do século XVI justamente em consonância com a preocupação na administração das Américas, e também como afirmação do domínio das técnicas e do espaço, principalmente pela Coroa portuguesa.<sup>39</sup> No entanto, boa parte da cartografia revela a maior facilidade de comunicação a partir de rotas que nem sempre passavam pelo centro regulamentador que se pretendia metrópole, como se observa a partir da ausência do continente Europeu no mapa a seguir.

---

<sup>36</sup> Embora não toquem na temática da escravidão, demonstram como funcionava esta economia de privilégios na dinâmica da administração: FRAGOSO; GOUVÊA & BICALHO, Op. Cit. 2000.

<sup>37</sup> GRUZINSKI, Serge. Op. Cit. 2003, p. 335.

<sup>38</sup> LOIS, Carla; GARCIA, João Carlos. “Do oceano dos clássicos aos mares dos impérios: transformações cartográficas do Atlântico Sul”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. Vol. 17, n. 2, pp. 15-37, 2009.

<sup>39</sup> RAJ, Kapil. Op. Cit. 2007, p. 156.

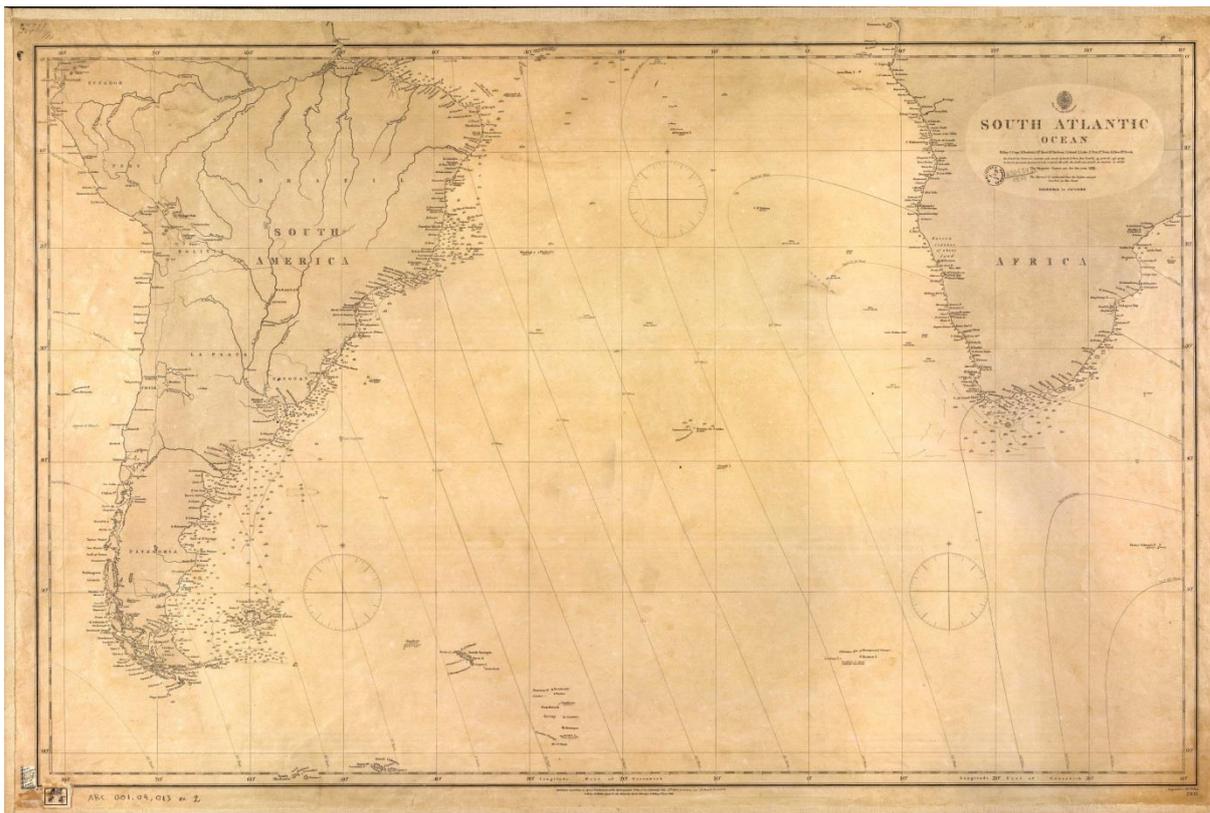


Figura 2: Cartografia inglesa do Atlântico Sul, datado de 1853. Acervo Biblioteca Nacional. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart230534/cart230534.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart230534/cart230534.html)>. Acesso em: 31/07/18.

Para além do empreendimento colonizador, percebemos também na consolidação da terminologia Atlântico em detrimento das variações toponímicas anteriores uma simbologia que demonstra como o espaço foi sendo adequado ao homem ou, mais ainda, como o homem passa a moldar os espaços. Mais que simples aventuras, os primeiros viajantes contribuíram, assim, para desvendar um espaço desconhecido, substituindo gradativamente a sacralidade dos mitos e dos fenômenos naturais pelo ímpeto progressista da ciência e do saber. E foi o próprio movimento desses “homens da monarquia” que deu unidade aos espaços conquistados.<sup>40</sup>

### 1.1. Iluminismo e circulação de saberes

Esses circuitos e rotas transcontinentais acabaram por reinventar o próprio império português, gerando negociações recíprocas e exigindo adaptações, mesmo em Portugal, daquilo que se pensava no continente europeu.<sup>41</sup> Assim se justifica o ecletismo que mesclou o iluminismo europeu às novas políticas que vão direcionar inclusive a própria administração

<sup>40</sup> GRUZINSKI, Serge, Op. Cit. 2003, p. 333.

<sup>41</sup> FRAGOSO; GOUVÊA & BICALHO, Op. Cit. 2000.

portuguesa no ultramar. Não por vontade de Lisboa, cujo ímpeto colonialista não media esforços em garantir sua expansão, mas pelas forças locais que exigiam negociações para tratar com as monarquias católicas que não eram interessantes em épocas de aguçamento de nacionalismos e que, mesmo na ausência deste, enfrentaram resistência.<sup>42</sup>

A emergência das ideias que adotaram para si o signo do iluminismo criou, na França do século XVIII, uma produção construtora de uma noção de “trevas” a ser relegada à Idade Média, no sentido de permitir aos autores iluministas forjarem as “Luzes” de que o mundo necessitava. Sob uma perspectiva mesmo positivista, esta transição abalou as bases da ciência e de seus métodos, gerando um debate no qual o progresso era o imperativo, irradiando tais ideais por boa parte da Europa, mesmo com diversas especificidades variantes, como no caso do ecletismo português. Longe de caracterizar um mero dualismo, esta transição não significou a completa negação dos valores do que agora se denominaria ciência medieval, mesmo pelo fato de que, considerando a produção medieval, a pretensa estagnação científica neste período seja passível de dúvidas.

Para além das explicações econômicas que se concentram numa análise industrial de ciência, e que por isso justificam o atraso das “colônias” que demoraram a se industrializar aos moldes da Europa,<sup>43</sup> novas perspectivas questionam se a idade média não teria também apresentado relações globais, uma vez que sempre ocorreram processos migratórios de pessoas e culturas, ainda que não na escala que se apresentou no período moderno, a partir do Atlântico.<sup>44</sup> As novas perspectivas de mundo – realocadas pelos impulsos globais – e as continuidades do período medieval concorrem, dentro da nova perspectiva de progresso, como padrões de cientificidade a serem estabelecidos em concordância com o *modus operandi* mercantilista.

Mesmo ao falarmos de Iluminismo, tendemos a homogeneizar o continente europeu de modo a fazer com que pareça um movimento que conseguiu difundir-se igualmente por todas as nações europeias. A nossa discussão se volta particularmente a Portugal justamente por reconhecer a cultura iluminista como efeito das redes de conexão engendradas no Atlântico, pondo em evidência as particularidades portuguesas para que possamos perceber como esta cultura se mostrou múltipla mesmo dentro da Europa, onde muitas vezes os elementos franceses querem passar por representantes de todo o continente.

---

<sup>42</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. “O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX”. *Estudos Avançados*. v. 8, n. 21, 1994, pp. 21-42. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9660>>. Acesso em 07/05/18.

<sup>43</sup> SALDAÑA, Juan José. Op. Cit. 2000, p. 16.

<sup>44</sup> FAN, Fa-Ti, Op. Cit. 2012, p. 250.

O fazer e o pensar científico estão também submersos em um determinado contexto, passíveis de historicidade<sup>45</sup>. Entender isto é fundamental para que se perceba o movimento que aos poucos consolida a ciência moderna sobre a base do progresso, regado aos debates em torno da valorização da técnica ou do intelecto como essência de sua cientificidade. Isso fica claro quando percebemos a inserção de uma arte útil e propagável, sujeita a avanços, dentro do debate científico, em detrimento dos saberes reclusos dos alquimistas, exatamente quando emergem necessidades práticas em torno dos grandes acontecimentos. Não causa estranheza, pois, a crescente desvalorização do saber teórico tal qual a escolástica medieval, retórico, se nos referimos ao imperativo de uma nova cultura prática onde se descubrem as possibilidades de um mercado global. Muito menos os impulsos colonialistas, suas justificativas científicas e a perversa supressão das ciências extra europeias dentro deste mesmo contexto.

O processo de constituição da ciência moderna consiste principalmente na progressiva distinção entre os fenômenos naturais e os cultos religiosos, o que gera ainda outra discussão sobre a rigidez da cientificidade europeia.<sup>46</sup> Dessacralizado e conhecido, o espaço não poderia mais exercer influência sobre os homens, mas ser influenciado de modo a proporcionar uma potencialização dos seus feitos. Para isso, não mais bastavam as questões filosóficas clássicas que não trouxessem resultado prático para o progresso da humanidade. A ciência estava cada vez mais a par do que se passava fora das academias e dentro de oficinas, onde artesãos e técnicos examinavam as teorias e, não raro, adaptavam-nas à realidade, dando sentido ao conhecimento.<sup>47</sup> Para um mundo onde as distâncias eram espantosas e a proximidade de um porto era imprescindível, a desmitificação do Atlântico, atrelada às sucessivas revoluções e às leis do mercado, demonstravam cada vez mais como os “deuses e os reis do passado eram impotentes diante dos homens de negócio e das máquinas a vapor do presente”.<sup>48</sup>

Importa que a Europa da virada do século XVIII para o XIX, em especial Portugal, foi obrigada a ponderar toda a influência clássica humanista diante das necessidades práticas, e dessa realocação no campo do saber derivam consequências em todos os âmbitos das sociedades atlânticas. Diversos foram os intentos no sentido de reformular os saberes de acordo com estas novas diretrizes, especialmente no campo do ensino, pelo qual o saber técnico tinha a missão de atingir mesmo a formação de novos sujeitos capazes de não apenas refletir questões de retórica, mas também produzir soluções úteis à realidade concreta dos homens e, principalmente, de suas nações. Se o império chegava às suas diversas partes

---

<sup>45</sup> ROSSI, Paolo. Op. Cit. 1992.

<sup>46</sup> SALDAÑA, Juan José. Op. Cit. 2000, p. 19.

<sup>47</sup> ROSSI, Paolo. Op. Cit. 1989.

<sup>48</sup> HOBBSAWM, Eric J. Op. Cit. 2011, p. 95.

através dos seus agentes coloniais, era imprescindível formar estes homens nos moldes da ilustração.

Secularizados e atentos às inúmeras barreiras da administração portuguesa, estes sujeitos deveriam reunir as informações necessárias não apenas para a formulação de soluções capazes de impulsionar o progresso do império português, sendo devidamente remunerados (não numa lógica monetária) por seus préstimos,<sup>49</sup> mas também para inventariar os recursos úteis disponíveis, muitas vezes amparando e fornecendo as bases da ciência periférica,<sup>50</sup> fazendo circular informações e técnicas relevantes aos interesses do reino. Observemos um pouco mais as diretrizes que regeram este processo.

## 1.2. O Marquês de Pombal e a Ilustração portuguesa

As observações de Carvalho e Melo sobre a situação europeia foram astutas e sistemáticas, tinham aquela mesma astúcia que se evidenciava em seus negócios privados. Originário de uma família de pequenos fidalgos rurais, famosa pela genealogia doutoral, sofrera rejeições pessoais quando jovem cortesão. Apesar de tenaz oposição casou-se com Tereza de Noronha, uma viúva, sobrinha do Conde de Arcos – arranjo que o relacionou com a alta nobreza. Seu segundo casamento, com a Condessa Daun, na Áustria, valeu-lhe as bênçãos pessoais da imperatriz de quem ela era uma das “velhas amigas”. Em Viena o ministro português, por sua “capacidade, probidade, amabilidade e, especialmente por sua grande paciência” conquistou toda a corte, segundo o embaixador francês.<sup>51</sup>

Homem de negócios, Pombal se enquadrava perfeitamente, para a época, na administração colonial ultramarina portuguesa, uma vez que movimentava com destreza seus negócios privados. Através de seu matrimônio aumentou consideravelmente sua rede de influência, tal como convinha nas relações de Antigo Regime português,<sup>52</sup> garantindo seu prestígio dentro da corte. Sujeito por vezes paradoxal, Pombal pensou medidas profundas que alteraram de tal forma o funcionamento de qualquer pretensão de “pacto colonial”, ainda que despropositadamente, que seus reflexos deitaram raízes sobre o ultramar, balançando o equilíbrio das relações entre “colônia” e “metrópole”, na tentativa de uma autonomia diante da Inglaterra dentro desta reorganização política europeia.

<sup>49</sup> FRAGOSO; GOUVÊA & BICALHO, Op. Cit. 2000.

<sup>50</sup> Considerando que as noções de centro e periferia dependem do ponto de observação, a periferia é adotada aqui muito mais como uma invenção do centro político que se afirmava metrópole. Sobre isto, ver: RUSSEL-WOOD, Op. Cit. 1998.

<sup>51</sup> MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 22.

<sup>52</sup> FRAGOSO; GOUVÊA & BICALHO, Op. Cit. 2000.

Apesar de apresentar um modo particular de levar a cabo as transformações sociais da época, o Marquês de Pombal inicia um lento processo de reparação das academias portuguesas, percebendo a importância das relações entre ensino e experiência. Esse processo tem o objetivo de reformular a ação dos homens de estado dentro do Império português, o que faz com que seus reflexos atinjam o ultramar, principalmente, através da secularização do ensino com a expulsão dos jesuítas e da inserção dos ilustrados na máquina administrativa como agentes coloniais. A reforma do ensino não somente fazia circular as verdades úteis (à expansão portuguesa), como também garantia o estatismo da produção deste “pragmatismo científico”, garantindo a consonância com o modo de pensar do Reino.<sup>53</sup>

Certamente a circulação de saberes no Brasil recebeu também influências provenientes das demais conexões com o Atlântico, para além das propostas estadistas do Marquês de Pombal, como a especialização da mão-de-obra através do contingente de escravos africanos traficados para as Américas, as técnicas de comércio adquiridas pelos navegantes, ou mesmo as práticas ritualísticas nativas, muito provavelmente mais eficientes que o ensino e os impressos, precários e restritos para uma sociedade pouco afeita às letras. Contudo, procuraremos perceber as relações entre as conexões portuguesas, e sua propagação pelo ensino, homogeneizador das expressões não institucionalizadas de se fazer ciência no ultramar português.

Tendo justificado isso, perceber as reformas pombalinas no ensino português nos insere na profunda revisão à qual o humanismo foi submetido com a eclosão daquilo que Paolo Rossi denominou Revolução Científica.<sup>54</sup> A herança clássica humanista, sob a qual a academia portuguesa firmava suas bases, foi seriamente abalada pela nova visão de mundo proporcionada pela expansão das monarquias católicas (Portugal e Espanha), que obrigou Portugal a adotar novas posturas em relação às suas colônias, no que diz respeito às novas instituições (especialmente a escravidão, dado o tamanho do impacto no século XIX) e os desenhos de poderes locais, que obrigavam um reexame do funcionamento administrativo português.<sup>55</sup> Consolida-se gradativamente uma reforma no cerne da estrutura social da

---

<sup>53</sup> SILVA, Ana Rosa Cloquet da. “Ilustração, história e ecletismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII”. *História da Historiografia*. Ouro Preto, UFOP, n. 4, Março/2010, pp. 75-87.

<sup>54</sup> ROSSI, Paolo. Op. Cit. 1992.

<sup>55</sup> Laura de Mello e Souza, apesar de considerar em sua análise uma noção pouco delimitada do que seria o Antigo Regime português, indica a recriação perversa deste nos trópicos, a partir do escravismo. Ver: MELLO E SOUZA, Laura de. “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”. In: \_\_\_\_\_. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 67-88.

Europa, capaz de colocar o saber como poder, orientando a ação dos agentes do Estado português.

O século XVIII europeu assistiu à mais intensa transformação mental e social da época moderna. Impregnados por um sentimento de inovação que se projetava sobre todas as ordens de coisas estabelecidas, os ideólogos e literatos setecentistas manifestaram um “humanismo renovado”, no qual o espírito humano aparecia como principal e quase único ator histórico. Nesse sentido, submetem ao livre-exame todas as instâncias da vida – a religião, a política, a filosofia, o homem e a sociedade, a natureza moral e material – estabelecendo as novas fronteiras do conhecimento, agora subordinado ao império da *razão*.<sup>56</sup>

Para além do saber técnico, a associação entre saber e poder era ambicionada pelas nações que se pretendiam modernas na medida em que possibilitava dar um passo à frente diante da reorganização política da Europa.

Num outro nível – e este, a nosso ver, é o ponto que mais fortemente reflete o teor “ilustrado” do *Discurso* –, o político aparece articulado também ao cultural/intelectual. Mais especificamente, associava-se o desenvolvimento das ciências – e portanto das “artes” – ao poderio político das nações, esboçando-se, assim, os contornos de um novo padrão de concorrência que começava a ser definido no plano internacional setecentista, segundo o qual a “afirmação nacional” passava, necessariamente, pelo desenvolvimento científico. Segundo o texto pombalino, as “ciências entram no plano do sistema político: é sem contradição, porque a Inglaterra e a França têm feito progressos nas artes liberais, que têm adquirido a superioridade sobre as demais nações”. Em Portugal, ao contrário, ressentia-se da falta dessas “Luzes”, sendo “impossível que um povo ignorante não declinasse”.<sup>57</sup>

Dentre as nações modernas a valorização de um tipo intelectual que, em Portugal, torna-se o “Ilustrado”, faz parte do processo de consolidação do progresso através do conhecimento e de uma ciência que aqui já não representa um fim, mas um meio. O Marquês de Pombal, percebendo na falta de conhecimento a causa de declínio das nações, inicia uma série de reformas em Portugal, principalmente implantando métodos de formação de intelectuais capazes de lançar análises que possibilitassem um avanço científico prático ao Império Português em relação ao continente europeu, no cenário de consolidação dos nacionalismos. Longe de representar apenas um utilitarismo,<sup>58</sup> a ilustração portuguesa não era

<sup>56</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. Op. Cit. 2006, p. 29.

<sup>57</sup> Idem, *Ibidem*, p. 47.

<sup>58</sup> O utilitarismo benthaniano é uma discussão bastante presente na documentação trabalhada, especialmente durante o movimento separatista, quando a vacância de legitimidade, no dizer de Jean Delumeau, coloca o direito à propriedade em risco. No entanto, acreditamos que a ilustração e as novas diretrizes dos estadistas lusos

senão fruto de seu tempo, em um contexto muito mais amplo que girava em torno das descobertas do Atlântico, e as reformas pombalinas demonstram a vontade de perpetuar este movimento, atingindo as novas gerações através do ensino. Um impulso mesmo pedagógico que tinha como objetivo inculcar, através dessa ciência (pelo menos como se pretendia), o projeto de Estado português (dando ênfase às suas “conquistas”).

O ensino aparecia, assim, como peça fundamental da promoção da pública prosperidade – e da conseqüente superação dos obstáculos ao “progresso” do Reino –, refletindo um projeto mais amplo que unia saber, poder e transformação das estruturas vigentes. [...] uma educação essencialmente política, dirigida pelo Estado e visando a formação moral e intelectual de cidadãos socialmente comprometidos, “que no tempo da ocupação e do trabalho e no tempo do descanso lhe seja útil e à sua pátria”. Como *alvos* desta educação “a virtude, a paz e a boa fé”, tendo por *meios* “a doutrina e as ciências”.<sup>59</sup>

O sufrágio da crença do homem como centro do universo levado a cabo pelo pensamento copernicano, a sobreposição da razão ao ideal de um mundo uniforme dirigido pelo sobrenatural, a contraposição da ciência moderna à astrologia e o crescente distanciamento entre a cientificidade e as explicações religiosas mudaram a perspectiva humana frente aos fenômenos, alterando a perspectiva de mundo do homem moderno.<sup>60</sup> Este, com suas vivências do cotidiano da sociedade industrial e sua mecanização dos elementos naturais, dessacraliza todas as suas experiências, opondo-se a toda simbologia que fornecia ao homem religioso uma hierofania contínua,<sup>61</sup> que fazia com que a natureza fosse sagrada justamente por não apresentar uma ação clara ao conhecimento humano. A secularização da sociedade torna-se um imperativo não apenas do ponto de vista científico, mas também cultural, uma vez que são estes elementos culturais que dão forma à ciência.

Não se pode esquecer, contudo, que estas reformas eram limitadas ao universo das letras, fazendo com que, principalmente no ultramar, as pretensões de Pombal esbarrassem em uma série de dificuldades. Seus intentos pedagógicos precisavam das experiências locais para se difundirem, já que era imperativo um “pragmatismo científico” que complementasse a cultura letrada, que não era comum a toda a sociedade no ato de difundir as verdades úteis.<sup>62</sup> Esta aproximação colocou em risco, por diversas vezes, a pretensa soberania da “metrópole”, especialmente no conhecido caso da insurreição nas Minas, no final do século XVIII. Quando

---

estava dentro de um contexto bem mais amplo, de reorganização política em toda a Europa e mais diretamente sobre as sociedades atlânticas.

<sup>59</sup> SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Op. Cit. 2006, p. 59.

<sup>60</sup> ROSSI, Paolo. Op. Cit. 1992.

<sup>61</sup> ELIADE, Mircea. Op. Cit. 1992.

<sup>62</sup> SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Op. Cit. 2010, p. 76.

os poderes locais se julgaram em posição legítima de romper relações com Portugal pelo excesso de tributos, estas mesmas pessoas que pagavam/reclamavam tributos estavam ligadas à administração portuguesa, por uma tentativa frustrada de Pombal em facilitar seu controle, em uma aproximação perigosa que concedia poderes aos locais para fortalecer a “metrópole”, mas na verdade isso só acontecia quando os interesses da Coroa eram coincidentes.<sup>63</sup>

Suas ideias mercantilistas em torno das companhias de comércio, do monopólio de produtos e de regulamentação de preços, toda a sua legislação econômica protecionista, combatiam o contrabando, mas davam privilégios.<sup>64</sup> Assim seus intentos esbarravam no próprio sistema colonial, na tentativa de retirar de Portugal o status de semicolonial em relação à Inglaterra, assumindo os riscos consideráveis da aproximação da administração com as oligarquias locais. Mas sem dúvidas o maior empenho do Marquês de Pombal foi a secularização da sociedade portuguesa, no sentido de garantir suas reformas e um ensino capaz de sanar estas lacunas da integridade imperial requerida por Pombal. Daí a importância e as dificuldades de suas reformas, principalmente no ensino, quando falamos de um regime absolutista fortemente católico.<sup>65</sup>

Foi unânime a constatação do atraso cultural no projeto de recuperação econômica de Portugal, restando a culpa à “hegemonia ideológica da escolástica”, e reforma pedagógica encabeçada por Pombal dedicou atenção especial à atuação da Companhia de Jesus à frente do ensino português.<sup>66</sup> O então ministro de D. José I, após a expulsão dos jesuítas de todo o domínio do Império Português, não deixou de por culpa nestes que teriam sido os principais responsáveis pela instrução, inclusive no ultramar. Mas somente em 1770 a coroa portuguesa instituiu uma comissão responsável por averiguar a real influência dos jesuítas na Universidade de Coimbra. Se os planos de Pombal incluíam a formação de intelectuais ilustrados aptos para serem emissários do Rei, capazes de elevar sua nação no conjunto das nações modernas, suas reformas teriam de começar no centro formador destes homens, devolvendo as “luzes” daquela instituição, “arruinada” pela Companhia de Jesus. Em 1771, então, é criada a Junta de Providência Literária, encarregada de fornecer à coroa um diagnóstico do atual estado da Universidade para que se tomassem as devidas providências.

Na Carta em que D. José I expõe os motivos pelos quais deveria ser fundada a Junta, publicada no “Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores, e

---

<sup>63</sup> MAXUELL, Kenneth R. Op. Cit. 2005, p. 87.

<sup>64</sup> MAXUELL, Kenneth R. Op. Cit. 2005, p. 35.

<sup>65</sup> SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Op. Cit. 2010, p. 77.

<sup>66</sup> Idem, ibidem, p. 78.

diretores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por eles fabricados”, o rei reconhece o papel que a Universidade desempenhava na manutenção da Coroa portuguesa desde seus antecessores. Alegando que os jesuítas, após arruínarem os Estudos Menores, através do Real Colégio das Artes que educava a nobreza portuguesa, destruíram também os Estudos Maiores através da Universidade de Coimbra, D. José I se coloca como responsável, enquanto Supremo Magistrado, por investigar a decadência da mesma instituição, nomeando os componentes da Junta:

Dom José por graça de Deos, Rei de Portugal, e dos Algarves, daquém, e dalém Mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Perfia, e da India, &c. A todos os Meus Fieis Vassallos destes Reinos, e seus Dominios, saude. Havendo conhecido o Senhor Rei Dom Diniz, que os heroicos feitos, com que os seus gloriosos Predecessores tinham lançado os Mouros destes Reinos para os Algarves de Além Mar, não seriam bastantes para o estabelecimento da Monarquia Portugueza, em quanto as Armas não fossem associadas pelas Letras, fundou na Cidade de Coimbra para os Estudos das Artes Liberaes, e das Sciencias a florente Universidade [...] tão admirada na Europa até o anno de mil quinhentos sincoenta e sinco; no qual os denominados Jesuitas depois de haverem arruinado os Estudos Menores com a occupação do Real Collegio das Artes, em que toda a Primeira Nobreza de Portugal recebia a mais útil, e louvável Educação; passáram a destruir tambem successivamente os outros Estudos Maiores com o máo fim, hoje a todos manifesto, de precipitarem os Meus Reinos, e Vassallos delles nas trévas da ignorância. E porque como Rei, como Senhor Soberano, que no Temporal não reconhece na Terra Superior, como Supremo Magistrado, e como Protector da mesma Universidade, me pertence fazer examinar as causas da sua decadência, e o presente estado de ruina; para em tudo prover de forte, que não só se repare hum tão deplorável estrago, mas tambem sejam as Escolas públicas reedificadas sobre fundamentos tão sólidos, que as Artes, e Sciencias possam nellas resplandecer com as luzes mais claras em commum beneficio: Sou servido erigir para estes effeitos huma Junta de Providencia Literaria. [...].<sup>67</sup>

Encabeçada pelo próprio Marquês de Pombal, que talvez tenha sido um dos maiores responsáveis pela atenção de D. José I a este assunto, a Junta tinha também a missão de lançar propostas de renovação para a Universidade de Coimbra e de apontar métodos para que as Ciências e os estudos das Artes voltassem a florescer em terras lusas, ponderando as trevas que a Companhia de Jesus havia deixado. É em meio a essa discussão que, em Portugal, os “homens de letras” assumem este papel de “missionários”, esclarecendo o público sobre as suas “verdades úteis”, capazes de servir ao desenvolvimento das artes e das ciências e, desse

---

<sup>67</sup> PORTUGAL. *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1772. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=ucm.5327380139;view=1up;seq=7>>. Acesso em 06/06/18.

modo, impulsionar a sociedade rumo ao progresso”<sup>68</sup>. Não apenas as medidas de Pombal, mas os homens que foram por elas envolvidos também adquiriram um caráter pedagógico, no sentido de serem responsáveis pela difusão daquelas reformas, realçando ainda mais a capacidade do homem de letras de serem agentes coloniais, úteis ao Império Português. Este movimento atrelava cada vez mais a administração portuguesa às elites, agora letradas. Este caráter “missionário” delegado aos homens de letras era tal qual o projeto de expansão religiosa adotado pelos jesuítas, apenas deslocado para o campo administrativo e considerando a influência da ciência no domínio do ultramar.

Apesar de ter inaugurado um movimento que se pretendia reformador, pautado no seu ideal de Luzes, aconselhando o rei a tomar uma série de medidas neste sentido, como no caso da própria Junta de Providência Literária, Pombal não deixou de exercer firme controle em relação à circulação de impressos em Portugal e no ultramar, através das mesas censórias e do controle policial, controle este direcionado, como se percebe, ao ensino. Além disso, na Carta pela qual D. José I expressa sua vontade de instituir a Junta, é perceptível a atenção que se dá à educação da alta nobreza de Portugal. Tratar de Academias já reduz o campo de pesquisa ao universo letrado, de acesso a poucos. Estas medidas, por isso mesmo, eram voltadas a uma determinada classe que assumia para si o papel do próprio Estado. Neste sentido, as reformas portuguesas derivaram um humanismo renovado no sentido de realocar o papel do homem em suas relações, mas através de questões que permaneceram igualmente retóricas para boa parte da sociedade, ainda mais no ultramar.

Se, por um lado, esta sociedade em transformação requeria certa neutralidade religiosa a partir da crescente secularização do Estado, esta contextualização não pode excluir determinadas continuidades do período medieval, que se confirmam, por exemplo, na persistente influência da igreja católica no continente europeu e, mesmo após os esforços de Pombal, em Portugal e nas suas extensões. Inclusive Pombal divide lugar, na inspeção da Junta de Providência Literária, com o Cardeal João Cosme da Cunha, o que indica que Pombal estava muito mais interessado em desestabilizar uma nobreza clerical e determinados setores da Igreja que estavam ligadas à Coroa portuguesa, que propriamente em secularizar o Estado. Assim, da mesma forma que circularam os ideais de cientificidade moderna secular,

---

<sup>68</sup> SILVA, Ana Rosa Clocllet da. Op. Cit. 2006, p. 30.

se fez presente também a forte religiosidade que há muito já desenhavam inclusive as formas de se conceber a cultura iluminista em Portugal, através do Ecletismo.<sup>69</sup>

Muito embora historicamente o marquês de Pombal se associe diretamente ao período das reformas ilustradas, diversos foram os estadistas que pensaram e, assim como o próprio Pombal durante sua carreira diplomática, olharam para Portugal com os olhos de estrangeiros, seguindo uma tradição que na época servia de auxílio para o diagnóstico dos “atrasos” da nação. Pombal fazia parte de um movimento mais amplo que caracterizou o setecentos em Portugal. De qualquer modo, foi no ministério junto a D. José I que sistematizou estas ideias pelo próprio Estado, lançando bases tão sólidas na sociedade que sua herança iria ultrapassar gerações (confirmando a importância do ensino para as gerações futuras, como se pensava), como os formados pela reformada Universidade de Coimbra, a exemplo de José Bonifácio de Andrada e Silva.<sup>70</sup>

Por mais que a ilustração luso-brasileira tenha proibido a criação de centros e instituições científicas independentes no Brasil e os impulsos de Pombal tenham cerceado a plena circulação de impressos no ultramar, a circulação de informações fomentada pelo próprio Estado em benefício próprio (através de seus agentes e dos relatos de viajantes) conectou técnicas e saberes das mais diversas partes. Esta conexão entre continentes a partir de navegantes e comerciantes desencadeou, por exemplo, o compartilhamento de saberes e técnicas escravistas pensadas em São Domingos, que subsidiou a elite agrária/escravista brasileira e fomentou a iniciativa desta em atrelar a ciência à agricultura, até desembocar nos periódicos científicos agrários do século XIX.<sup>71</sup> A ilustração luso-brasileira testemunhou, assim, o trânsito e a conexão transcontinental à parte da “metrópole”, contrariando o pretenso exclusivismo colonial e pondo em crise aquilo que Fernando Novais chamou “antigo sistema colonial”.<sup>72</sup> Analisemos, portanto, os reflexos destes acontecimentos às vésperas da separação com Portugal.

---

<sup>69</sup> Conceito que, na Enciclopédia de Diderot e na concepção de Voltaire, remete a uma filosofia que pega de todas as outras aquilo que lhe é útil ou verossímil, forjando uma filosofia particular. Cf. SILVA, Ana Rosa Clochet da. Op. Cit. 2010, p. 77.

<sup>70</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. Op. Cit. 2010, p. 82.

<sup>71</sup> Os saberes escravistas circulantes desvelam o teor científico que deu base para que os ilustrados luso-brasileiros vissem a agricultura escravista caribenha como modelo a ser seguido, através da circulação não apenas de textos, mas de experiências de sujeitos que aproveitaram para ascender socialmente. Sobre isso, ver: MARQUESE, Rafael de B. “A ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. v. 16, n. 4, out.-dez. 2009, pp. 855-880.

<sup>72</sup> Embora a análise de Fernando Novais desconsidere as relações multidirecionais e por vezes recíprocas de negociação entre os espaços da Coroa, a crise do antigo sistema colonial remete à quebra da relação exclusiva entre o dual metrópole/colônia. Agora visivelmente em crise, este “antigo sistema” na verdade nunca deu conta de abarcar as diversas relações engendradas no processo de ocidentalização. NOVAIS, Fernando. Op. Cit. 1979.

### 1.3. Instrução e independência no Estado do Maranhão e Piauí

Perceber os elementos levantados através da Junta de Providência Literária faz sentido se notarmos a discordância entre o nascente projeto liberal de ciência-conhecimento, voltado para o progresso, e a educação humanista jesuítica que prevalecia tanto em Lisboa quanto no ultramar. O empreendimento colonial português no Brasil deixou a cargo da Companhia de Jesus o desenvolvimento do ensino, através da prática da catequese, até a expulsão dos jesuítas dos domínios de Portugal. Dessa educação, porém, não resultara nenhum benefício prático que pudesse incrementar o projeto colonial, tal como aconteceu no tráfico negreiro, pelo qual se basearam as elites. E o fato de que os jesuítas retardaram o quanto puderam a inserção dos povos indígenas nesta lógica de mão-de-obra corroborou com a insistência do ministro de D. José I no sentido de evidenciar a inutilidade da influência dos jesuítas dentro do empreendimento colonial, para além da descentralização do poder monárquico nos aldeamentos. Tal cenário não destoa do restante do Estado do Brasil, e isso se confirma pela já explanada investigação sobre os efeitos do ensino jesuíta nas instituições da própria Lisboa.

No Piauí do século XVIII, porém, a influência direta dos jesuítas foi pouca, uma vez que o ensino formal da época não estava presente através das suas escolas. A educação doméstica, pela qual os filhos dos senhores de terra aprendiam as primeiras letras, contudo, era muitas vezes fruto dessa educação, repassada por remanescentes dos colégios jesuítas ou mesmo por clérigos engajados na função de educar. A ciência circulava por meio deste ensino (em suas mais diversas formas, tendo em vista as características limitações) e de impressos, para além do fluxo de ideias vindas das conexões com o Atlântico e do trânsito de sujeitos, especialmente dos viajantes e autoridades coloniais versadas nas letras e com sólida formação acadêmica.<sup>73</sup> As diretrizes da administração portuguesa no campo do ensino que vinham de Lisboa concorriam, portanto, com as dificuldades locais, fazendo com que muitas vezes a noção de ciência derivasse de uma confluência entre ambos, mas nunca isolada.

Embora resguardasse um caráter fortemente elitista [...] o ideal de “educação” aparecia como condição necessária à própria fecundação das transformações processadas no plano político, ou ainda, como o novo instrumento potencializador da intervenção do poder na sociedade. Conforme o parecer de Dupuis sobre a instrução pública, apresentado à Convenção Nacional francesa, em sessão de 7 ventose do ano IV (26 de fevereiro de 1796): uma “revolução tão assombrosa na ordem política não

<sup>73</sup> CELESTINO DA SILVA, Mairton. *Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

pode operar-se e firmar-se senão quando ela conseguir mudar os costumes, os hábitos e os preconceitos do povo chamado a este alto destino; e esta obra é mais peculiar da educação do que das leis”.<sup>74</sup>

De fato, o discurso iluminista estava fortemente ligado a uma classe, notadamente a nobreza que ocupava o centro da administração portuguesa, mas a circulação dessas ideias abarcava os novos elementos sociais, como os agentes públicos, cientistas, homens de letras, e também os velhos estratos, como o próprio clero.<sup>75</sup> No ultramar, contudo, o exercício desses ideais, assim como a prática da própria administração, dependia essencialmente dos interesses dos correspondentes locais, homens de negócios e donos de terras para os quais os assuntos do Estado tinham que coincidir com os seus próprios assuntos, dependendo disso a prioridade que desprendiam em favor dos intentos da coroa.<sup>76</sup>

Há que se considerar ainda que qualquer mudança em relação às bases do ensino em Portugal e no ultramar não diferia muito em relação ao ensino jesuíta no que diz respeito a uma perspectiva que valorizasse relações recíprocas. O próprio Pombal cuidou em centralizar o ensino em torno do seu ideal de império português, muito embora não tenha sido capaz de estagnar a produção de ciência nas suas mais diversas partes. Até mesmo as crônicas e relatos de viajantes colocavam as potencialidades do Brasil à disposição da expansão portuguesa.

Aliás, a constante desconfiança que motivou os inventários realizados pelos estadistas de Pombal ao longo do setecentos acabou criando uma “cultura científica” capaz de lançar novas perspectivas sobre o Brasil, até então genérico.<sup>77</sup> Assim, ao enviar homens de letras para estudar as singularidades brasileiras, especialmente no âmbito econômico, Pombal revelava a colônia aos próprios colonos, inserindo-os no centro das discussões do Reino. As reformas ilustradas pombalinas acabaram minando qualquer hipótese de relação de dominação entre Portugal e Brasil, desvelando uma colônia tanto interessante frente às pretensões políticas e econômicas do ultramar português, quanto capaz de sustentar uma rede de interesses mútuos, ambíguos e que nem sempre cediam diante das políticas metropolitanas, remodelando a noção de “dependência”.

O necessário mapeamento do potencial natural ultramarino embutido no projeto reformista desses homens de espírito pragmático, apoiados num método empírico de conhecimento, resultou num verdadeiro (re)descobrimento do Nono Mundo português, no final do Setecentos. [...] o

---

<sup>74</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da Silva. Op. Cit. 2006, p. 35.

<sup>75</sup> Idem, Ibidem, p. 32.

<sup>76</sup> MAXWELL, Kenneth. Op. Cit. 2005, p. 87.

<sup>77</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. Op. Cit. 2006, p. 151.

que se assistiu a partir do reinado mariano foi um desenfreado interesse por tudo que provinha da exótica natureza ultramarina, uma obsessão por identificar, nomear e classificar seus produtos e materiais, como se a informação mais precisa fosse a condição da reforma mais eficiente.<sup>78</sup>

Por mais que não possamos falar ainda em interesses nacionais contrários aos empreendimentos coloniais, não se pode negar que a dispersão desses campos de saber entre as diversas partes do Reino provocou tensões suficientes para que se experimentassem novas interpretações dos modos de vida coloniais, passando de uma relação dicotômica para uma proximidade que se fortaleceria até desembocar na vinda da família real em 1808 para o Brasil. Ou seja, na prática, tratamos de uma valorização crescente do potencial da colônia nos moldes das reformas iniciadas por Pombal, por mais que não signifique necessariamente uma centelha para a separação, como o seria numa abordagem teleológica. No entanto, novas perspectivas também vão se engendrando diante dos homens de negócios que vão cada vez mais buscar espaços em detrimento dos projetos colonialistas.

Movimentos muito mais profundos que os que a historiografia clássica aponta, como a vinda da família real, a abertura dos portos e o fomento à cultura no governo de D. João VI,<sup>79</sup> fizeram com que o Brasil alcançasse o título de Reino Unido junto a Portugal. Durante todo o setecentos foi se consolidando a ideia de que o Brasil era o principal eixo da própria monarquia e de que, em caso de necessidade, serviria de sede do reino.<sup>80</sup> Dentre os vários motivos elencados, os conselheiros, instigados pelos letrados, ressaltavam as riquezas e a posição estratégica do Brasil, invocando ainda uma pretensa “união” e “identidade” com Portugal.<sup>81</sup> Neste sentido, a mudança mais evidente foi, de fato, a realocação do centro, de Lisboa para o Rio de Janeiro:

[...] a coroa já não era uma entidade etérea, sua ação já não se fazia sentir como algo que vinha do exterior para a colônia. A presença do rei fez despertar em amplos setores da população nativa a viabilidade da emancipação, da autonomia política. A elevação do Brasil a reino unido a Portugal e Algarves acirrou isso, que Luccock chamou de um “sentimento nacional” [...]. Certo é que a realeza provocou uma inelutável mudança de *status* da colônia, de que os nativos souberam muito bem se aproveitar no momento devido.<sup>82</sup>

<sup>78</sup> Idem, *Ibidem*, p. 151-2.

<sup>79</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel V.; COSTA, Fernando D. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 22.

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, p. 181.

<sup>81</sup> Idem, *ibidem*, p. 304.

<sup>82</sup> MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 225.

Para o Atlântico equatorial, contudo, era difícil perceber este “sentimento nacional”, uma vez que as relações ali estabelecidas não receberam influência da chegada da corte. A nobreza da terra,<sup>83</sup> sem ter contato com a elite letrada e com as novas diretrizes culturais consolidadas pela transferência da corte, continuava a ter essencialmente sentimentos contra o controle colonial, baseados na lógica de mercado. Os interesses não variavam apenas entre os dois lados do Atlântico, mas também entre as partes do Brasil.

[...] De qualquer modo, as vantagens da presença da corte no Brasil [...] não eram óbvias para todos. No Nordeste, as despesas da Casa Real, da corte e das novas instituições, como os tribunais superiores – que continuavam demasiado afastados para que se sentisse a diferença –, eram tidas como encargos sem compensação. Por outro lado, do ponto de vista de algumas regiões, ao contrário do que aconteceu no Centro-Sul, a presença do rei e da corte e mesmo a criação do Reino do Brasil, longe de dissolverem o sentimento colonial, vieram reforçá-lo: nessa perspectiva, o Rio de Janeiro substituíra Lisboa. Por isso, as elites letradas, incluindo boa parte do clero, continuavam sensíveis à doutrinação anticolonial a que, por maiores que fossem os esforços da Real Mesa Censória e da polícia, tinham fácil acesso. O “vírus” revolucionário era de uma variedade específica [...], sobretudo anticolonial.<sup>84</sup>

Contudo, essa construção de centros e periferias obedece a uma lógica bastante subjetiva, que não comporta relações estáticas, o que, especialmente em termos geográficos (dada a relativa distância entre as partes), dependia em grande parte da posição do observador. Quanto maior a distância do centro “metropolitano”, maior a autonomia e a legitimação de atitudes não autorizadas. Como se percebe, desde o setecentos o Brasil indubitavelmente deixa de ser periférico em relação aos interesses metropolitanos, desmentindo o imaginário que se cristalizou dos trópicos. O comércio com o Atlântico teria fornecido aos colonos ferramentas para se questionar a superioridade metropolitana.<sup>85</sup>

Importa que a noção de centro é bastante complexa, na medida em que as periferias também dispunham de suas próprias periferias, e, neste caso, aquelas representavam o centro destas. Da mesma forma, se Lisboa representava o centro administrativo, os senhores de engenho brasileiros representarão os centros políticos. Para além do âmbito físico-geográfico, estas questões envolviam a concorrência de centros na própria colônia, se considerarmos a crescente identificação com a terra não apenas dos “sulistas”, o que corrobora com o fato de

---

<sup>83</sup> Conceito forjado por João Fragoso, mas aqui utilizado segundo Ronald Raminelli. Cf. RAMINELLI, Ronald J. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

<sup>84</sup> MALERBA, Jurandir. Op. Cit. 2000, p. 328.

<sup>85</sup> RUSSEL-WOOD, Op. Cit. 1998, p. 200.

que não houve vantagens para o Atlântico equatorial a transferência do centro administrativo para o Rio de Janeiro. São forças centrífugas e convergências de jurisdições que aos poucos acabam dando espaços para os colonos.<sup>86</sup>

Logicamente, Lisboa não assistiu alheia a construção deste sentimento anticolonial, e mesmo sabia que os colonos estavam cada vez mais a par das potencialidades do Brasil. É interessante notar a preocupação da coroa com a região norte do país, mesmo antes dos conflitos separatistas, disputando as redes fluviais que caracterizavam o caminho mais curto, via Atlântico equatorial, para a Europa, notadamente o escoamento de produtos para Portugal pelo Pará.<sup>87</sup> Não à toa se se constituem Estados separados do Estado do Brasil, refletindo esta preocupação que vai se intensificar quando da organização das elites do Sul para cortar as relações com Portugal. As esperanças do governo português se traduzem no envio de um experiente comandante do exército, major João José da Cunha Fidié, para o posto de governador das armas do Piauí diante dos indícios de adesão à independência, como veremos adiante, uma vez que o Piauí era ponto estratégico para se alcançar a região norte.

O engendramento dessas novas perspectivas conflitantes leva, por conseguinte, ao enfraquecimento de toda a unidade da América portuguesa, derrubando de vez qualquer projeto de reciprocidade entre a elite instalada e a nobreza da terra.<sup>88</sup> Tal enfraquecimento vai se fazer sentir desde 1808 até 1821, não somente pelos conflitos deflagrados nas Américas, mas também no próprio sentimentalismo português em relação à ausência do rei, à restrição dos poderes e à quebra do Antigo Regime, submetendo o império português ao jugo brasileiro, num constante debate sobre qual deveria ser o centro hegemônico de poder.<sup>89</sup>

As diversas partes do imenso território brasileiro permaneciam sem maiores vínculos, que por sinal só seriam pretendidos com os projetos de império brasileiro, de forma que só se manteve pelo conservadorismo inerente às hierarquias construídas pela nobreza da terra, longe de apresentar qualquer identidade nacional como fator centrípeto nesse momento específico. De fato, a independência do Brasil e a manutenção de seu território foram frutos de um movimento paradoxal, como já explicitado, capaz de unir interesses conflitantes (liberais e conservadores). “Eis um elemento distintivo do processo da emancipação política no Brasil em relação às demais ex-colônias hispânicas da América. O Brasil surgiu no contexto americano a partir de um acordo de elites.”<sup>90</sup>

---

<sup>86</sup> RUSSEL-WOOD, Op. Cit. 1998, p. 196.

<sup>87</sup> CELESTINO DA SILVA, Mairton. Op. Cit. 2016, p. 21.

<sup>88</sup> SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Op. Cit. 2006, p. 232.

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*, p. 208.

<sup>90</sup> MALERBA, Jurandir. Op. Cit. 2000, p. 299.

## 2. CIRCULAÇÃO DE SUJEITOS E IDEIAS NO PIAUÍ REVOLUCIONÁRIO

A circulação de bens, sujeitos e ideias na capitania de São José do Piauí estava intimamente ligada ao comércio de gado, uma vez que esta estabelecia relações diretas com as capitanias vizinhas, enquanto fornecedora, na virada do século XVIII para o XIX<sup>91</sup>. A região norte da capitania, sobre a qual concentraremos agora a nossa análise (apesar do sujeito trabalhado estar em constante trânsito), se constitui importante polo de exportação do gado, através do porto da Amarração, na vila da Parnaíba, e do contato próximo com importantes centros urbanos das capitanias vizinhas, para além da considerável rede fluvial que facilitava a interiorização. Estes eram os caminhos das ideias vindas com comerciantes e sujeitos do velho mundo, fazendo com que a proximidade com a zona portuária e com núcleos das capitanias próximas tornassem o norte do Piauí solo fértil para o desenvolvimento de novas ideias, principalmente separatistas, a partir de 1821, quando eclodem os impressos.

O trato de gado, couro e carne seca abastecia principalmente o Maranhão, Pernambuco, Ceará, era exportado pelo porto da vila da Parnaíba e abarcava também o comércio com a Bahia, especialmente no século XVIII, com a possibilidade de, nesta última, estabelecer vínculos com o transporte de escravos aos sertões.<sup>92</sup> A comunicação hidrográfica, principalmente com o Maranhão, beneficiou em grande medida as negociações, na medida em que favorecia a ligação entre os portos e os sertões, de forma que os principais centros se concentravam nos desdobramentos dos grandes rios.

Pelos rios Parnaíba e Tocantins toda essa região do Maranhão e Piauí estava completamente inserida no mundo Atlântico, estabelecendo comunicações com colonizadores franceses, holandeses, portugueses e espanhóis por todo período colonial. O esforço em ampliar as redes de comércio para além-mar levaria muitos europeus a se entranharem em terras recém-descobertas nas Américas em busca de especiarias, ouro e diamantes. Por certo, dos navios vinham muitos colonos, mercadorias, escravos, mas também ideias, projetos de colonização, opiniões acerca do destino dos índios, das suas liberdades e das formas de cativos as quais deviam se subordinar, tanto aos índios quanto aos sujeitos de África que, com o passar dos anos, tenderiam a se avolumar nos portos, fazendas e cidades de todo o Brasil e Estado do Maranhão, re/definindo as ordens hierárquicas dessa sociedade, marcadamente plural e composta por negros e brancos, escravos e livres e homens e mulheres e profundamente hierarquizada entre colonos e posseiros, pobres e de fortunas, escravos e livres, índios súditos e bárbaros e mulatos e mestiços.<sup>93</sup>

---

<sup>91</sup> CELESTINO DA SILVA, Mairton. Op. Cit. 2016, p. 20.

<sup>92</sup> CELESTINO DA SILVA, Mairton. Op. Cit. 2016, p. 20.

<sup>93</sup> Idem, ibidem, pp. 21-22.

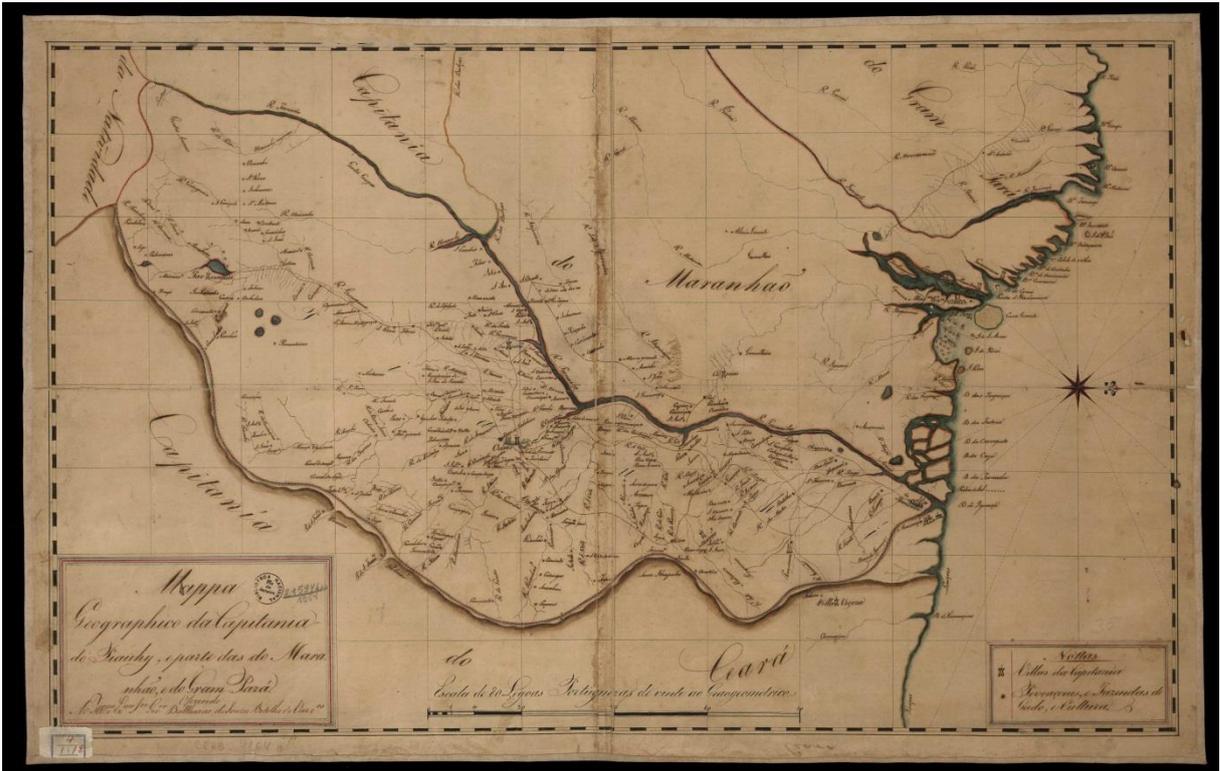


Figura 3: Capitania do Piauí e parte das adjacentes, ofertado ao Governador Baltasar de Sousa Botelho e Vasconcelos, datado de 1816. Acervo Biblioteca Nacional.

A influência do gado na região remonta ainda à costumeira trajetória de portugueses que instalaram suas fazendas no processo de ocupação deste território, quando da interiorização dos currais.<sup>94</sup> Estes se firmavam e solicitavam através de seus feitos e “conquistas” seus títulos de sesmaria, aos poucos desenhando uma hierarquia social. Na maioria das vezes estes projetos de ocupação, que pelo próprio termo já denota um ideal de espaço vazio, confirmava a presença dos verdadeiros ocupantes destes sertões, como se registra nas inúmeras contendas com povos indígenas. Dentro desta perspectiva, onde a coroa necessitava da confirmação da posse destas terras, mas não dispunha de recursos humanos para isso, estes sujeitos seriam privilegiados pela mesma lógica de Antigo Regime português, na qual a ideia de “conquista” e de préstimos à Coroa rendiam benefícios reais. Assim, as “melhores famílias da terra” eram produto mesmo das instituições e possibilidades do Antigo Regime português, numa “economia do bem comum”.<sup>95</sup>

<sup>94</sup> Cf. NUNES, Odilon. *Estudos de História do Piauí*. 2ª ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014; BRANDÃO, Tânia Maria P. A capitania de São José do Piauí. In: \_\_\_\_\_. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

<sup>95</sup> Este conceito demonstra a relação bilateral de cobrança de favores. Cf. FRAGOSO; GOUVÊA & BICALHO, Op. Cit. 2000.

Geralmente, a instalação destes currais era característica da formação da sociedade à luz do Antigo Regime nos Trópicos, a partir do ideário de conquista.<sup>96</sup> Em uma economia política de privilégios, os portugueses que vinham para o ultramar e aqui se fixavam ganhavam concessões de mercês, faixas de terras e até mesmo cargos na administração. Em troca da garantia de posse de terras à Coroa portuguesa, muitos ganharam títulos de sesmarias pela expulsão de índios e pela criação de gado, gerando dízimos. Eram conquistas perversas, violentamente responsáveis por grande parte do despovoamento de nativos.<sup>97</sup>

Neste sentido, muitos se sentiram em posição de cobrar esta legitimidade, uma vez que se colocaram à serviço do Rei, suplicando por vezes até aos governadores, demonstrando o conflito de jurisdições e a presença de um direito inconsistente e crioulo, baseado nos interesses de quem suplicava. A exemplo disto, observemos um caso.

### **2.1. A família Castelo Branco: João Gomes do Rêgo Barra**

João Gomes do Rêgo Barra nasceu em 1676 na freguesia de São Lourenço de Sande, Arcebispado de Braga, Portugal, e vindo para o Brasil casou-se, em São Luís, com Anna Castello Branco de Mesquita, também portuguesa.<sup>98</sup> Instalou-se na capitania do Piauí com fazendas de gado e solicitou, em 1725, carta de sesmaria junto ao rio Iguaçu, concedida pelo governador do Maranhão, João da Maya da Gama, a ser confirmada pelo rei.<sup>99</sup> Apesar de não termos encontrado qualquer resposta da coroa em confirmação desta sesmaria, Maya da Gama destacou em sua carta os rendosos currais de João Gomes ao dízimo, que, juntamente com a coragem ao enfrentar nativos Tapuyas e a sua honradez, deram-lhe por merecer toda a Ilha Grande entre o rio Iguaçu e a barra do Parnaíba, com duas léguas de largura e duas de comprimento, em detrimento dos interesses do coronel Pedro Barbosa Leal que mesmo sem título formal concedia “vocalmente” as mesmas terras a João Gomes, afirmando serem suas.

O apoio do governador nos leva a crer que tenha recebido tal sesmaria, levando em consideração ainda o seu estabelecimento na região e o seu enlace com Anna Castello Branco, que gerou, dentre outros, João do Rêgo Castello Branco, líder de diversas incursões para captura e morte de nativos em solo piauiense, e Maria Eugênia de Mesquita Castello Branco.

---

<sup>96</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>97</sup> DIAS, Claudete Maria Miranda. “Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial”. In: Nascimento, Francisco A. Do; VAINFAS, Ronaldo. *História e Historiografia*. Recife: Bagaço, 2006, p. 75.

<sup>98</sup> Encontramos diversas informações através do sítio eletrônico *Parentesco*, que dispõe de vastas árvores genealógicas comentadas. Disponível em: < <http://www.parentesco.com.br> >. Acesso em 02/04/18.

<sup>99</sup> REQUERIMENTO de João Gomes do Rego Barra ao rei D. João V, em que solicita confirmação de carta de sesmaria junto ao rio Iguaçu. [Manuscrito]. Arquivo Histórico Ultramarino, 1725.

O funcionamento da administração portuguesa era bastante complexo, restando conflitos de jurisdições e posicionamentos muitas vezes baseado no relativo bom senso, o que se perpetuou ao longo dos séculos.<sup>100</sup> Daí a possibilidade de mesmo os governadores concederem diretamente alguns títulos.

A família Castello Branco viria a desenvolver forte influência política no norte da capitania de São José do Piauí, o que se confirma pelos pedidos de títulos de sesmarias e de concessão de terras na primeira metade do século XVIII, além dos cargos exercidos na administração. Não fugindo à regra, a configuração familiar neste caso se mantinha de forma a propiciar os enlaces matrimoniais consanguíneos, garantindo a conservação da linhagem, e também os casamentos entre famílias influentes, expandindo as redes e tecendo novos mandos. Assim, afora os familiares que se casaram com primos, à Maria Eugênia de Mesquita Castello Branco coube se casar com Antônio Carvalho de Almeida, militar português que veio ao Brasil servir na Bahia com seu irmão, Manoel Carvalho de Almeida, deixando enorme descendência na família Castello Branco.<sup>101</sup>

Apesar de fixarem fazendas de gado no Piauí, o trânsito com outras capitanias era mantido, como com o Maranhão, a exemplo dos casamentos de João Gomes, e com a Bahia, confirmado pelo nascimento de seus netos, Ana Rosa Pereira Tereza do Lago e Miguel de Carvalho e Silva, filhos de Maria Eugênia de Mesquita Castello Branco, na Bahia.

Antônio Carvalho de Almeida já havia instalado fazendas de gado anteriormente na mesma região do Piauí, e tinha influência junto da Corte portuguesa. Era primo de segundo grau do padre Miguel de Carvalho e Almeida e do padre Inocêncio Carvalho de Almeida, que detinham o poder eclesiástico de várias regiões do Piauí. Também primo do capitão-mor do Rio Grande, Antônio de Carvalho e Almeida. Sobrinho do padre Thomé de Carvalho e Silva, vigário da Mocha que inclusive construiu sua catedral, recebendo terras na freguesia do Longá por seus préstimos. A família Carvalho de Almeida provinha da Ribeira de Pena, em Portugal. Tudo isso facilitou para Antônio de Carvalho e Almeida a concessão de terras, inclusive a do sítio Tranqueira, que solicitou em nome de seu filho, Miguel de Carvalho e Silva, em 1739.

Contudo, somente após receber instrução dos jesuítas em Salvador, Miguel de Carvalho e Silva instalou-se no Piauí e casou-se com sua prima, Anna Rosa Clara Castello

---

<sup>100</sup> LÔPO DE ARAÚJO, Érica. “Capítulo 2: Governadores e ouvidores: conflitos e disputas de poder”. In: *De golpe a golpe: política e administração nas relações entre a Bahia e Portugal (1641-1667)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011, pp. 52-86.

<sup>101</sup> As informações sobre a família foram coletadas no sítio eletrônico *Parentesco*. Disponível em: <<http://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=495&ver=por>>. Acesso em 20/06/2018.

Branco, gerando entre os filhos Leonardo de Carvalho Castello Branco. Tudo isso indica a relação próxima que era estabelecida, por exemplo, entre as margens do Longá e a Bahia, o que poderia ser aplicado às capitânicas mais próximas, como no caso do contato direto com as vilas fronteiriças do Maranhão e Ceará.

A diferenciação dessas famílias inicia-se a partir da ocupação e da conquista do território, montado como empreendimentos militares familiares, esquadrihando o desenho da base política da Capitania, cuja relativa autonomia local, resultante da distância em relação à autoridade da Coroa, concorreu para a conquista de prestígio e poder das famílias mais abastadas. Nesse período, o casamento surge como mecanismo utilizado pelas famílias para se aglutinarem, ampliando os laços econômicos, políticos e de solidariedade entre si. Entretanto, já no século XIX, outro mecanismo de aliança entrava em cena, os partidos políticos, que refletiam, mesmo com distorções, os arranjos familiares da Província, no qual se destacam dois poderosos núcleos familiares, um no Centro-Sul da Província, liderados pelos Sousa Martins, mais afeitos ao Partido Conservador e outro núcleo ao Norte, mais Liberais, capitaneados pelos Castello Branco.<sup>102</sup>

Esses centros familiares, que foram estabelecendo suas bases na própria estrutura do Estado, através de cargos e sesmarias, e que se legitimavam através dos ditames eclesiásticos, na instituição do matrimônio, fortalecem cada vez mais sua influência, a ponto de protagonizarem uma série de eventos políticos por todo o Piauí, alinhando-se a partidos e ideologias, e assumindo aqui o papel de homens públicos, capacitados para a administração, de certa forma formadores de opinião.

Caracterizando de certa forma uma nobreza, muito mais pelos hábitos e costumes que pela configuração de nobre do Antigo Regime português, essas famílias também estão no centro da circulação de obras impressas, o que também fazia com que, em comunhão com o Estado e a Igreja, exercessem de alguma forma uma hegemonia, pelo menos no campo dos posicionamentos políticos e, no plano mais restrito, das palavras escritas. Era essa “nobreza” que tinha condições de possuir livros, muito embora a posse não signifique a leitura. De qualquer modo, estava alinhada à cultura letrada.

Apesar de destacarmos a influência desses núcleos familiares, não queremos enfraquecer a atuação da Coroa e da administração pública. No entanto, é exatamente por esta configuração que a administração precisa ser analisada à luz da política, não apenas na

---

<sup>102</sup> SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013, p. 231.

dimensão institucional, que revela suas falhas e dificuldades, mas na dimensão humana de quem interpretava as leis pensadas em Lisboa.<sup>103</sup>

Assim se desenha a conexão entre o que se pensava no continente europeu e a consolidação dessas ideias aqui no Brasil, através das diretrizes administrativas e em torno do ensino das novas gerações de homens públicos e, principalmente no ultramar, desses núcleos familiares que as absorviam e as transmitiam, num trânsito constante e numa rede de concessões mútuas que garantiam a harmonia do empreendimento colonial. Esses debates precisavam dessa constituição de nobreza da terra para se disseminar, o que nos leva a pensar esses sujeitos enquanto agentes coloniais, responsáveis por colocar em prática as noções de ciência e as novas diretrizes administrativas em voga.

Longe do centro legitimador de poder,<sup>104</sup> a capitania de São José do Piauí apresentava pouquíssima nobreza titulada. Na administração, à época, se destacou o Visconde da Parnaíba, Manuel de Sousa Martins, isto na região central da capitania, mais precisamente em Oeiras, então capital. Nas áreas mais afastadas, como o norte, a nobreza da terra se destacava por outros meios, extrajudiciais, não com títulos, mas com honra e prestígio.<sup>105</sup> Dificilmente a nobreza se estabeleceria aqui por condição de sangue ou, em tempos de paz, por foro militar. Estes fatores foram usualmente substituídos, na América portuguesa, pela riqueza, muito embora esta ainda não estivesse atrelada à acumulação de bens e capital, mas associada à posse de terras e à posse de servos, numa rede clientelar e de aparências. Era preciso agir como nobre. Mas também o exercício de uma função pública, por mais que não superasse os homens de negócios, conferia certo grau de nobreza. Como indica a historiografia piauiense, nem sempre a riqueza das fazendas de gado ostentavam os casarões dignos de senhores de engenho litorâneos,<sup>106</sup> pelo contrário, o que pode indicar que no sertão piauiense a nobreza estava mais ligada ao nome e às relações interpessoais que propriamente ao capital aparente.

Pressupomos, pois, uma nobreza da terra que tinha por requisitos a posse de terras, essencialmente, o domínio de relações sociais, a participação nos negócios, a ocupação de cargos na administração e, por vezes, o domínio das letras. A esse círculo específico eram

---

<sup>103</sup> MELLO E SOUZA, Op. Cit. 2006.

<sup>104</sup> Quando afirmamos que a metrópole legitima o poder, não queremos tornar a discutir a validade de um centro homogeneizador de suas periferias, mas indicar que, de todo modo, o poder representativo do rei era sempre o destinatário dos pedidos de títulos, e que só o seu aval os legitimava.

<sup>105</sup> RAMINELLI, Ronald. Op. Cit. 2015, p. 24.

<sup>106</sup> Sobre as fazendas de gado do Piauí e suas particularidades, conferir, dentre outros: DIAS, Claudete Maria Miranda. “Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial”. In: Nascimento, Francisco A. Do; VAINFAS, Ronaldo. *História e Historiografia*. Recife: Bagaço, 2006, pp. 71-95; BRANDÃO, Tanya Maria Pires. “A capitania de São José do Piauí”. In: \_\_\_\_\_. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: FCMC, 1995, pp. 33-93; NUNES, Odilon. “Primórdios da colonização, primeiros currais”. In: \_\_\_\_\_. *Pesquisas para a história do Piauí*, vol. 1. Teresina: FCMC, 2007, pp. 83-108.

atribuídas as decisões da capitania, a quem competia exercer o autocontrole que cabia às periferias orquestradas pelo centro.<sup>107</sup> Dessa forma, as opiniões não estavam circunscritas ao campo de atuação da nobreza da terra, mas cabia a esta a função de exercê-las. Ou seja, era reservado a esta parcela da população apreender, pelos seus mais variados motivos, a circulação de ideias de modo a efetivá-las, ainda mais no que se refere ao restrito campo das notícias escritas e oficiais.

## 2.2. Centro e periferia: hegemonia e sedição

Já no oitocentos, a propagação da ciência-conhecimento<sup>108</sup> na província do Piauí ressoou diretamente sobre esta parcela da população que tinha acesso ao universo das letras, muito mais por um crescente impulso intelectual moderno que pelas reformas pombalinas, em grande medida abafadas pela nobreza a que se opunha após sua saída do cenário político. Eram principalmente filhos da elite, que podiam se abster do trabalho no campo em uma sociedade essencialmente rural e migrar em busca de instrução em províncias próximas ou até mesmo em Lisboa. Algumas poucas pessoas chegavam a constituir uma biblioteca particular, mas em geral o ensino configurava o principal meio de difusão do conhecimento, ainda que no ambiente doméstico, onde as crianças aprendiam as primeiras letras. As reformas pombalinas, nesse sentido, obedeceram a uma lógica colonialista mesmo como forma de garantir, em um primeiro momento, a permanência da hegemonia intelectual do reino, centralizando as instituições de ensino, já que ao império português interessava uma ciência progressista e uma verdade, jamais as contribuições diversas das demais partes do reino.

Como estratégia de sua política colonial, a Coroa portuguesa concentrou os estudos universitários no Reino. Quando os mineiros, por exemplo, propuseram manter à sua custa um curso superior de medicina, “o Conselho Ultramarino declarou expressamente que ‘um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência das colônias, era a necessidade de vir estudar a Portugal’ (1768)”. Com esse propósito, a Coroa preferiu facilitar a concessão de auxílios e bolsas para o estudo em Coimbra, por meio das quais mais de 3.000 brasileiros foram enviados [...].<sup>109</sup>

Por mais que a coroa não conseguisse exercer um controle rígido e direto sobre aquilo que era ensinado nem mesmo em Lisboa (as “sequelas” do ensino jesuíta só foram sentidas após o desentendimento com os membros da Companhia de Jesus e a expulsão dos mesmos),

<sup>107</sup> RAMINELLI, Ronald. Op. Cit. 2015, p. 63.

<sup>108</sup> Que aqui entendemos como o ensino formal e as obras impressas, mais restritas, em contrapartida à cultura oral ou de impressos efêmeros e periódicos.

<sup>109</sup> SOUSA NETO, Op. Cit. 2013, 83-4.

o controle das obras que circulavam no ultramar era bastante rígido, por representar uma ameaça direta às bases da expansão portuguesa. Órgãos fiscalizadores analisavam cuidadosamente impressos que atacassem o rei, a lei ou a fé. Nem mesmo o contrabando dava conta de suprir essa necessidade, apesar de constituir uma via alternativa considerável que se confirma pelos altos preços cobrados por obras que não passavam pelo crivo do Estado. Como o ensino se dava em grande parte no ambiente doméstico, como dito, o controle sobre este era exercido de maneira indireta: alguns sujeitos estudavam no Reino sob a influência direta, e ensinavam seus familiares no lar, perpassando, de certa forma, esta hegemonia.

Assim aconteceu no Piauí, e muito embora uma parte da historiografia piauiense<sup>110</sup> indique que a maioria da população não tinha contato com o universo das letras, acredita-se que, assim como acontecia em outras regiões do Brasil, a leitura, restrita, difundia-se na província entre a população analfabeta principalmente através desta cultura coletiva da oralidade, pelo fato da notável circulação das informações sobre os conflitos separatistas a partir de 1822, como se percebe na documentação que encontramos.

A centralização do ensino praticada por Portugal garantia que, de alguma forma, o conhecimento contemplado chegasse aos mais distintos recônditos do Reino, através dos egressos, sempre como forma de manter as relações coloniais. Até mesmo quando, por uma exceção, um sujeito angariava livros para formar uma biblioteca particular, os títulos geralmente versavam sobre a ciência em voga em Portugal. Caso semelhante é o do padre Marcos de Araújo Costa: clérigo, educador e político bastante influente no sul da capitania do Piauí inclusive no movimento separatista de 1822, possuiu uma biblioteca condizente com os impulsos naturalistas portugueses.

Essa inclinação de Padre Marcos ao estudo das ciências naturais não era uma exclusividade sua, considerando que José Murilo de Carvalho, ao discutir a respeito da formação das elites brasileiras durante o Império, salienta que elas foram educadas segundo o modelo do iluminismo lusitano – cristão, católico e conservador – que teve Coimbra como principal centro irradiador de suas idéias, entre as quais apresentou, após a Reforma Universitária de 1772, ênfase nas ciências naturais, sobretudo a mineralogia e botânica. Delas “se esperava contribuições no sentido de renovar ou inovar a exploração dos recursos naturais das colônias, especialmente o Brasil”. Essas leituras integravam um modelo social que as reclamava e valorizava. Compreendê-las possibilitava se ganhar visibilidade social, sobretudo entre aqueles que se fizessem notórios pelas letras, como é o caso do padre-mestre piauiense.<sup>111</sup>

---

<sup>110</sup> Cf. COSTA FILHO, Alcebiades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006; SOUSA NETO, Op. Cit. 2013.

<sup>111</sup> SOUSA NETO, Op. Cit. 2013, p. 198.

O viajante britânico George Gardner, de viagem pelo norte do Brasil e pela rota do ouro na primeira metade do século XIX, deixou relato sobre o padre Marcos, “bem conhecido em todo o norte do Brasil, não só por sua inteligência e saber, como por seu excelente caráter moral e benévola disposição [...]”.<sup>112</sup> Além de ressaltar sua filantropia, destaca que o padre “é um erudito possuidor de vasta biblioteca de clássicos e filósofos; de botânica e história natural possui suficiente conhecimento para que estes assuntos se lhe tornem agradável distração.”<sup>113</sup> Como indica a observação de Gardner, a biblioteca em questão tinha consonância com os intentos do Reino, resquícios e heranças ainda das reformas pombalinas.

De fato, Pombal institucionaliza suas preocupações criando a Real Mesa Censória em 1768, exatamente no intuito de garantir a sua hegemonia literária e científica nas obras impressas.

[...] com o papel de órgão fiscalizador, [foi] encarregado de selecionar os livros, nacionais e estrangeiros, que podiam circular no país e nas colônias. Por alvará de 4 de junho de 1771, foi entregue à Mesa Censória toda a administração e direção dos estudos menores e maiores de Portugal [...]. Entretanto, se é verdade que por um lado a criação da Real Mesa Censória representou uma medida complementar e decisiva no processo de secularização da sociedade [...] por outro, não se pode negar que a sua composição continuou denunciando a expressiva presença de clérigos, o que acabava impondo uma limitação a mais à incorporação das novas idéias.<sup>114</sup>

Mais uma vez percebemos a forte ligação entre a estrutura clerical e as instituições de ensino ou mesmo os seus órgãos regulamentadores. A presença do clero, como nos indica a citação, continuou a impedir a proliferação de novas ideias. Além disso, alguns setores da elite demonstraram forte resistência aos métodos laicos de ensino, fazendo com que “eclesiásticos seculares” continuassem a ministrar aulas.<sup>115</sup> Tudo isso indica que não só o aparelho de repressão do Estado tornava a divulgação científica e de saber um tema complexo e por vezes paradoxal, mas também toda a estrutura de costumes entranhada no tradicionalismo da elite portuguesa e do ultramar.

O que se percebe a partir da segunda década do oitocentos, contudo, é uma proliferação de impressos periódicos (folhetos, jornais, pasquins etc.), principalmente por

---

<sup>112</sup> GARDNER, George. *Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante nos anos de 1836-1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 200. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-pelo-brasil-principalmente-nas-provincias-do-norte-e-nos-distritos-do-ouro-e-do-diamante-durante-os-anos-de-1836-1841/preambulo/6/texto>>. Acesso em: 06/06/18.

<sup>113</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>114</sup> SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Op. Cit. 2006, p. 75-6.

<sup>115</sup> Idem, *ibidem*, p. 70.

razão dos conflitos separatistas que surgem pelo país, levando, à revelia do Estado português, para o campo das ideias os conflitos que se desenvolviam na sociedade. A eclosão de folhetos, proclamações e periódicos separatistas (principalmente durante os conflitos, quando o controle se atenuava ou se tornava praticamente impossível) e mesmo de jornais apoiadores dos portugueses, em conjunto com a disseminação de obras filosóficas que embasavam as elites a pensarem um Brasil independente, para além das notícias de revoluções bem sucedidas que se espalhavam, derivam uma multiplicação de ideias fortes o suficiente para se questionar o “sentido da colonização”, no dizer de Caio Prado Júnior.<sup>116</sup>

A criação de academias e a difusão de impressos e projetos que visavam integrar os representantes da intelectualidade luso-brasileira foram medidas que apontavam em direção ao racionalismo, no sentido de fomento a uma cultura científica, capaz de reorganizar as diretrizes da exploração colonial. Importante frisar que essa relação entre conhecimento científico e desenvolvimento econômico não implicava alterações no que respeitava à circulação de acepções políticas, limitadas pelo controle das tipografias e do acesso aos livros [...].<sup>117</sup>

Prado Júnior, contudo, ao perceber os poderes locais como departamentos da coroa portuguesa, quase sua extensão, minimiza a participação da nobreza da terra nesse movimento que paulatinamente mina a estrutura colonial tal qual a define, unilateral e homogeneizadora. De fato, como já dito, o poder representativo do centro legitimava a atuação das periferias, juridicamente, mas a gerência de Estado burocrata nos leva a questionar os limites entre autogoverno ou autonomia das localidades diante do funcionamento do império português. Para alguns, significado de contrariedade à coroa, para outros uma ferramenta externa de controle, o fato é que o autogoverno significa o próprio estado moderno, onde as forças antagônicas nem sempre eram orquestradas pelo centro.<sup>118</sup> Nessa disputa, entravam os mais diversos interesses da nobreza da terra incrustada na administração pública, que soube tirar proveito dos momentos conflituosos.

Ao mesmo tempo causa e fruto do movimento separatista, o fluxo de ideias na capitania do Piauí, se baseava essencialmente na disseminação dessas obras literárias, mas principalmente através dos periódicos de outras capitanias, a exemplo do Maranhão, e de escritos locais, além de impressos efêmeros. A limitação do acesso aos livros poderia manter o controle ideológico nas diversas capitanias, mas a circulação que acontecia à parte dessa

<sup>116</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

<sup>117</sup> GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: Imprensa e Independência na província do Maranhão (1821-1826)*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015, pp. 67-8.

<sup>118</sup> RAMINELLI, Ronald. Op. Cit. 2015, p. 63.

fiscalização dava conta de garantir a pluralidade pelo menos de opiniões. Tomado geralmente como um espaço desfavorável para a consolidação do espírito das letras, o Piauí apresentou no oitocentos uma circulação considerável de textos, mesmo que entre aquela pequena parcela da população letrada, o que não deixou de legitimar os impressos como formadores de uma opinião pública dentro do campo discursivo revelador das tensões sociais existentes à época, uma vez que havia outros meios dessas ideias alcançarem um público maior.

A utilização de impressos como veículo revolucionário ainda nos remete ao cenário político da Revolução Francesa, quando mesmo a imprensa oficial foi influenciada pelos acontecimentos de forma a moldar os periódicos com a finalidade de informar um público. Quando os impressos ilegais explodem por toda a França, alcançam as mais diversas localidades, seja pelo contato dos letrados, seja pela propagação oral, ou mesmo pela diversas formas alternativas de propagação, como a música, a poesia, etc. A simples proibição nem sempre era a resposta para os problemas do Antigo Regime europeu, e o mercado se aproveitou disso economicamente como ninguém: nada era mais rentável que uma obra proibida, que atiçava a curiosidade de leitores.

Mas se observarmos que a Revolução Francesa é tomada como uma revolução cultural por libertar o pensamento iluminista do controle do Antigo Regime, estaremos reduzindo a Revolução a um contexto restrito que requeria a censura para a manutenção da ordem social, a seus modos, mas que apesar dos esforços não dava conta de suprimir a vazão de impressos, na qual estes mesmos impressos derrubaram um sistema local baseado no absolutismo a partir de ideias originadas por um contexto cultural muito mais amplo.<sup>119</sup> De fato, é perigosa a comparação com os movimentos ocorridos nas colônias ultramarinas, simplesmente pela ausência de um controle absoluto. Contudo, podemos dizer que, assim como ocorreu na França revolucionária, nos mais remotos cantos do Reino português existiam pessoas capazes de pensar o mundo por si, e o pretense controle exercido pela metrópole jamais foi capaz de suprimir isto. A concorrência destes pensamentos destoantes foi uma das maiores heranças da imprensa revolucionária.<sup>120</sup>

Essa análise aproxima forçosamente a Revolução Francesa de algumas outras revoluções que partiram da cultura iluminista, como as do Brasil colonial, pelo fato de requerer a consolidação do iluminismo, como se este fosse um movimento em si. Mas ela também nos leva a perceber como uma civilização elitista de livros deu lugar, pelo menos

---

<sup>119</sup> HESSE, Carla. "Transformações econômicas na edição". In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. (Orgs.). *A Revolução Impressa: A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 132.

<sup>120</sup> Idem, *ibidem*.

temporariamente, a uma cultura democrática de periódicos.<sup>121</sup> Neste sentido, não afirmamos a democratização do acesso aos jornais escritos, uma vez que a população continuava essencialmente analfabeta, mas a diversificação dos meios de propagação e a proliferação e diversificação de ideias, mais propícios à difusão, inclusive oral.

A variada e colorida sucessão de jornais criados pelos jornalistas revolucionários nunca chegou a se tornar um meio genuíno de comunicação de massas. Limitações sociais, como o nível de alfabetização, e tecnológicas, como a permanente dependência das prensas manuais de madeira, impossibilitaram tal alcance. Ainda assim, os jornais se tornaram a principal forma impressa na qual a luta revolucionária pela legitimidade política se articulou. Junto com as assembleias legislativas, nas quais os líderes revolucionários competiam para serem reconhecidos como a voz do povo, e com os clubes nos quais todo cidadão podia participar pessoalmente do debate político, a imprensa revolucionária foi uma das principais instituições que ajudaram a estruturar o novo mundo da cultura política francesa. “O nascimento do jornal coincide com o de uma nova era”, escreve o pesquisador francês Pierre Rétat, acrescentando: “A sua vocação é medi-la e definir seu ritmo”.<sup>122</sup>

O fato é que cada vez mais os impressos periódicos tornam-se legitimadores e legitimados por uma opinião pública, tantas vezes requerida nos embates revolucionários, e cada vez mais a própria luta pelo poder significa a luta pelo domínio dessa opinião. Através destes não chegavam apenas notícias, mas ideologias partidárias carregadas de um tom pedagógico que fazia com que o público leitor tomasse também posicionamento, daí a importância especial dentro do conflito de ideias, ou mesmo da incitação a um movimento específico quase sempre sob a égide da liberdade política e econômica, valendo-se dos direitos dos povos. Seus autores, geralmente a par da política ilustrada, imprimiam em seus jornais e folhetos uma representação política que esboçavam outra dimensão pública: “autores; financiadores; grupos que representavam; interesses que defendiam; e argumentos para o convencimento da opinião pública [...] – ingredientes do novo cenário político que se configurava.”<sup>123</sup>

Esses contornos de uma opinião pública, tomados aqui prioritariamente a partir da imprensa, têm como premissa a historicidade da expressão, recobrando a multiplicidade das elaborações dos publicistas da época no intuito de convencer o público leitor da “verdade” contida em seus escritos.

---

<sup>121</sup> Idem, *ibidem*, p. 133.

<sup>122</sup> POPKIN, Jeremy D. “Jornais: a nova face das notícias”. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. (Orgs.). *A Revolução Impressa: A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 199.

<sup>123</sup> GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2015, p. 40.

Os “jornalistas” de então assumiram a tarefa de construir uma opinião pública conformada pelos preceitos recitados nos jornais e folhetos. De um modo geral, a parcela “sã e ilustrada” da sociedade era aquela que supostamente dizia “sim” às lições de pedagogia política a que se propunham esses impressos.<sup>124</sup>

A análise de Galves sobre a constituição da imprensa maranhense corrobora com a perspectiva na qual os jornais e folhetos não representavam a população, mas aquela parcela vinculada à ilustração, que assumia a tarefa, como lembra Silva<sup>125</sup>, de esclarecer o público acerca das verdades necessárias. Não se pretende aqui esquadrihar o alcance desses periódicos, por mais que se tenham indícios de sua ampla circulação, e reconhece-se a dificuldade metodológica de se realizar tal intento, ainda mais considerando os diversos sentidos que o público poderia lhes atribuir. Contudo, percebe-se a importância destes impressos dentro de uma lógica de propagação de conhecimento, já que a criação de academias e a difusão de impressos com o crivo estatal não significavam necessariamente alterações nas concepções políticas centralizadoras da metrópole. Os impressos, especialmente os revolucionários, significavam, assim, a reorganização dos limites centro/periferia, já que não estavam restritos aos projetos de desenvolvimento dos potenciais do império português e limitados pelos censores.<sup>126</sup>

Não raro aportavam mercadorias que traziam, escondidas, obras que circulavam à parte dos registros das mesas censórias, que decerto podiam transitar entre os portos de todo o Brasil. “Impressos eram contrabandeados e chegavam ao porto da cidade de São Luís pelos mesmos navios que carregavam arroz e algodão e que traziam [...] notícias sobre as ‘novidades’, principalmente da Europa e de outras regiões da América portuguesa.”<sup>127</sup> Como resposta à essa circulação e à crescente propagação dos ideais separatistas que transitavam com esses sujeitos, surgiram também periódicos conservadores exaltadores da ordem, contrários à qualquer mudança brusca ou à exaltação política.<sup>128</sup>

### **2.3. Entre o “velho despotismo” e o “direito inalienável”: a construção do outro**

Na verdade, o conflito de ideias através destes periódicos vai se pautar essencialmente na construção da imagem do “outro”: para os conservadores, o outro representava a desordem,

<sup>124</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 44-5.

<sup>125</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Op. Cit.* 2006.

<sup>126</sup> GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2015, p. 67.

<sup>127</sup> Idem, *Ibidem*, p. 90.

<sup>128</sup> Idem, *Ibidem*, p. 110.

a anarquia e a subversão das leis; para os liberais, o outro representava a tirania, o atraso, a dependência. Procurava-se, a partir daqui, atrair o público leitor à verdade de cada lado.

Nesse sentido, o “Conciliador”<sup>129</sup> é interessante por fornecer também uma análise comparativa entre os sistemas de governo, criticando a “hipótese de república para a América portuguesa” pelas “nossas diferenças com relação a uma sociedade inglesa de origem”, alertando ainda para os problemas que enfrentariam os ideais liberais no contexto brasileiro, escravocrata.<sup>130</sup> Neste caso, o “outro” – notadamente os liberais – não tinha maturidade suficiente para demandar um modelo tão problemático como a República, que requeria uma capacidade moral superior. Eram na verdade grandes senhores detentores do poderio político e econômico, preocupados com os rumos das revoluções ao redor do globo e com a posição que as classes “subalternas” poderiam ganhar.

Evidentemente, o argumento de nossa “imaturidade política” deita raízes na organização de uma sociedade historicamente balizada pela concentração do poder econômico e político em poucas mãos, naquele momento, defensoras da monarquia constitucional. A presença de índios, negros e mestiços nas tropas “separatistas”, organizadas a partir do Ceará e Piauí, reforçava o argumento da “anarquia” como sinônimo da presença dos “incapazes” nas disputas políticas.<sup>131</sup>

A depreciação do “outro” no campo das ideias, contudo, esbarrava nas necessidades reais. Na maioria dos ofícios enviados pelos comandantes portugueses, há reclamações quanto ao atraso ou a falta de recursos e reforços por parte da coroa, dificultando ainda mais o avanço das tropas, e o apoio de nativos do Maranhão às tropas portuguesas é notável. Um ofício dirigido ao principal dos índios da vila de São Bernardo da Parnaíba em janeiro de 1823, assinado pelas diversas autoridades e pelo comandante da Divisão Auxiliadora do Piauí, mas, pela letra, redigido por Leonardo Castello-Branco, lamenta-se o apoio que aqueles têm dado aos inimigos da independência. A divisão alerta para as mentiras espalhadas e para os atos das Cortes de Lisboa, que “só dezeção [que] os marinheiros corcundas fiquem senhores da nossa terra, ficando todos os filhos de cá sujeitos à elles e como captivos.”. A notícia do apoio dos nativos aos portugueses encheu a Divisão “da maior pena, e da mais forte dor”,

---

<sup>129</sup> Periódico conservador que circulou no Maranhão, dirigido por Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, e tendo como um dos redatores o Padre Tezinho. Sua circulação marcou a chegada da tipografia ao Maranhão.

<sup>130</sup> GALVES, Marcelo Cheche. Op. Cit. 2015, pp. 146-147.

<sup>131</sup> Idem, Ibidem, p. 147.

tendo os líderes apelado para o uso da “verdade”: “VV. SS. e o seu povo não sabem da verdade, e vivem enganados pelos marinheiros nossos inimigos.”<sup>132</sup>

Não sabemos os motivos de tal apoio, mas dadas as circunstâncias é possível que as lideranças indígenas buscassem benefícios caso os portugueses saíssem vitoriosos, o que não deixa de ser uma forma de fugir à opressão lusitana em tempos de paz.

Fazendo alusão à dita “verdade”, o ofício cita o progresso da independência, “contando-se d’esde o Ciará, athé além do Rio da Prata”, e recorre aos índios como apoio contra o inimigo português, não através do ingresso nas tropas, mas para que “não deixem mais passar correio nenhum da Villa da [Parnaíba] [para] Caxias, nem outro qualquer correio, de [que] desconfiem”. Isto porque já haviam interceptado um correio do major Fidié solicitando reforço de 300 homens. A Divisão ressaltava para os índios: “Não precisamos, que venhão para cá; nós temos [muitas] forças [...]”,<sup>133</sup> reforçando a ideia de eficácia das tropas piauienses e revelando a posição estratégica que os índios tinham em relação à comunicação.

O que os relatos indicam, contudo, era que a necessidade do apoio dos índios transcendia o campo da comunicação. Abdias Neves indica que as tropas da independência eram carentes em todos os sentidos, uma vez que os soldados de linha estavam sob o comando do governador das armas, major Fidié.<sup>134</sup> O desinteresse no ingresso dos nativos nas carreiras militares demonstra certa preocupação quanto à questão racial na sociedade pós-independência, que certamente estaria em risco se benefícios fossem concedidos aos mesmos no decorrer do conflito.

Apesar de apelarem para o sentimento de que “somos todos irmãos, e amigos; e não devemos deixar os irmãos, e camaradas pelos estranhos, que nos querem fazer tanto mal”,<sup>135</sup> o ofício talvez nem tenha chegado ao principal dos índios, uma vez que o índio ajudante enviado com tal ofício e também com a Proclamação escrita por Leonardo Castello-Branco foi preso, como aponta a carta do próprio para Valério Alves de Sousa, em fevereiro de 1823.<sup>136</sup> Ao que tudo indica, o apoio dos índios, apesar de representar por vezes o próprio caráter subversivo da ordem quando os conservadores se dirigiam às tropas da independência, continuou do lado dos portugueses. Na certeza disto, Leonardo conclui: “Bem quizera não

<sup>132</sup> DIVISÃO AUXILIADORA DO PIAUÍ. *Ofício ao Principal dos Índios da Villa de São Bernardo*. [Manuscrito]. Piracuruca, 24 de Janeiro de 1823.

<sup>133</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>134</sup> NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 3ª ed. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985, p. 87.

<sup>135</sup> DIVISÃO AUXILIADORA DO PIAUÍ. *Ofício ao Principal dos Índios da Villa de São Bernardo*. [Manuscrito]. Piracuruca, 24 de Janeiro de 1823.

<sup>136</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo de Carvalho. [Carta] 11 de Fevereiro de 1823 [para] Valério Alves de Souza. Piracuruca. 1f. Dá informações sobre a independência.

acabar com ameaças; mas o [procedimento] d'essa Villa me obriga a isso. Eu terei pezar de os ver chorar sem remédio; [por] isso gastei essa folha de papel: sacrifício mui pequeno, [para o muito que] estou [pronto] a fazer pelo bem geral.”<sup>137</sup>

A circulação de impressos e de ideias durante as décadas finais do século XVIII e nas duas primeiras décadas do século XIX ajudaria sobremaneira a aguçar os movimentos separatistas na Capitania de São José do Piauí. Era por meio desses impressos que notícias de rebeliões ocorridas em outras partes das Américas chegavam em terras coloniais portuguesas. O sentimento comunal, de pertencimento ao império português, existia para todos, na medida em que estavam todos sujeitos a um sistema burocrático. Contudo, na proporção em que os sujeitos ocupavam cargos na administração portuguesa, essa relação se mostrava bem mais próxima do que para a maioria dos mestiços e homens livres de poucas posses do Piauí. Assim, as cartas carregavam consigo o fluxo de informações que dava conta de refletir ou até mesmo ditar o ritmo dos acontecimentos, à medida que esquadrihavam estratégias pertinentes diante do avanço das tropas inimigas, de um e de outro lado, e agitando o ânimo público em torno de novas notícias, fazendo com que uma correspondência derivasse uma resposta, que servia de argumento ou trazia uma ordem, que era executada e daí por diante, tecendo uma rede imensurável de alcance dessas ideias em circulação.

Contudo, estas fontes requerem cautela na medida em que não dão conta de toda a movimentação em torno do que estava escrito em poucas páginas. Além disso, toda escrita pessoal reflete uma escolha em favorecer determinados aspectos e ocultar outros, o que, de todo modo, não impede seus usos.

As cartas geralmente traziam estimas, como escreveu João Cândido em razão da independência, de “que tenha gozado feliz saúde, e que va fazendo progressos rápidos na Sancta Causa da nossa liberdade e Independência”, e trazendo conselhos estratégicos como de “crear ou na Piracuruca ou em Campo Maior hum Governo temporário até a installação do legal”, a fim de “animar os povos e desanimar o inimigo”.<sup>138</sup> Outras queriam saber da saúde do destinatário, como escreveu Victal Vaz do Espírito Santo, e reafirmar o compromisso em “ajudar no [que] posso a bem da nossa Santa Cauza”, indicando ainda “a honra de receber resposta de hua [que já havia] mandado a V.Sa.”, aproveitando o ensejo para dizer que estava pronto para receber “as suas Ordens e o mais todo [quanto] for de lhe dar gosto”.<sup>139</sup>

<sup>137</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>138</sup> CÂNDIDO, João. [Carta] 9 de Fevereiro de 1823 [para] Leonardo de Carvalho Castello-Branco. Granja. 1f. Deseja saúde e dá sugestões para a independência.

<sup>139</sup> ESPÍRITO SANTO, Victal Vaz do. [Carta] 11 de Fevereiro de 1823 [para] Leonardo de Carvalho Castello-Branco. Villa Viçosa. 1f. Coloca o remetente à disposição da independência.

A riqueza de informações dependia muito, neste caso, da disponibilidade de quem escrevia, ficando subentendido que em situações conflituosas as cartas versavam estritamente sobre o necessário, muito embora algumas representem uma oportunidade de encontros que a distância física não possibilitasse. Apesar de não se poder dizer que na prática os discursos se concretizassem, estas cartas eram carregadas de vassalagem, colocando seus remetentes em inteira disposição à independência, como percebemos na escrita de Paulo Fontaneiles:

Meu sempre lembrado amigo, de quem as saudades me não deixão esquecer em tao pouco tempo de comunicação. Está chegado o tempo de ver completo o seo gosto, que he tão bem o meo, e de ver o fructo do seo trabalho; Nessa Provincia está já plantada a Arvore da Independencia, e por mais [que] a iniquidade tente cortar sua vegetação em breves momentos a verá floreser em todo o Brazil, com tanta gloria [que] a si mesma se [há de] invergonhar. Desejo que me tenha na sua lembrança, para me diregir as suas Ordens, em cuja execução cumprirei os deveres da minha obediencia. Tenha bem saúde que lhe dezeja o meo affecto felicidades, e discanso as fadigas [que] aqui o conduzirão, e no centro de sua Illustre família conhessa [que] na minha pessoa tem hum Criado, hum amigo, [que] com sinseridade o respeita.<sup>140</sup>

Neste sentido, percebemos uma forte movimentação em torno de acontecimentos específicos que proporcionaram uma circulação considerável de ideias e informações no Piauí oitocentista, isto somente a partir das cartas endereçadas a Leonardo Castello-Branco e mais ainda as que estão inclusas nos autos do seu processo de prisão, o que pode dar ideia da quantidade de correspondência que não se pode acessar.

Apesar de apresentar imprensa oficial somente após 1830, a província já contava com a agitação de impressos relativos à independência, vindos de outras províncias próximas ou através de folhetos locais. O contato com periódicos do Maranhão em solo piauiense é denunciado<sup>141</sup> inclusive através destas correspondências que, em grande medida, supriram a falta de uma tipografia tal qual nas províncias vizinhas. Em uma destas cartas, Leonardo remete uma cópia da sua Proclamação, na qual convocava os brasileiros independentes contra os “agentes do Velho Despotismo” europeu, e questionava os conceitos políticos do padre Tezinho:

Accazo vos descidies sobre a vossa fuctura filicidade, pelo que lêdes nas dolozas páginas do Conciliador? Ignoraes q'o seu Redactor hé Europêo, e por

<sup>140</sup> FONTANEILES, Paulo. [Carta] 14 de Fevereiro de 1823 [para] Leonardo de Carvalho Castello-Branco. Villa Viçosa. 1f. Dá apoio ao movimento de independência.

<sup>141</sup> Apesar de não podermos concluir mesmo que Leonardo tenha lido o periódico ou que sua circulação era efetiva no Piauí, trabalhamos com o fato de que as ideias postas nele chegaram às lideranças do movimento separatista piauiense e, por conseguinte, às redes de apoiadores dessas lideranças, fazendo-as circular.

isto nos occulta o conhecimento dos factos que fazem anosso né, eprovão o Direito inalienável, e descidida razão com que Proclamamos anossa independencia? Ele nos chama facciózos, perjuros, e imsendiários: elle nos reputa extúpidos, e illudidos agentes do Velho Despotismo: elle finalm.te afirma que o partido Europêo he actualm.te quaze geral no Reino Brazillico: Que mentira! Que blasfemia Politica! Proclamamos a Constituição á pár da Independencia: ellegemos Deputados p.a ás Cortes Brazillicas; e estas se estão reúnindo. O Nosso Imperador, a Clamou-se Constitucional: Continuamos a comservar, e a elleger os Governos Provizorios: todas as questoens sociáes se devidem pela maioria de vottos [...]. Será aisto que o Padre Tezinho chama Despotismo? Sehé assim, a que pois chamará de Constituição?<sup>142</sup>

O “Direito inalienável” da independência chegava aos sujeitos da época, assim como o “velho despotismo”, através destes impressos e circulares, geralmente invocando a moral e o apelo religioso, o que pode indicar o aspecto religioso dos leitores como ferramenta usada para facilitar a recepção destes discursos. Não era incomum, inclusive, a presença de clérigos no âmbito político, como o padre Tezinho, que “No melhor estilo dos clérigos que atuavam na América portuguesa no início do século XIX [...] se envolveu em atividades diversas, acumulou atribuições religiosas, jornalísticas e mercantis [...]”<sup>143</sup>, ou como o já citado padre piauiense Marcos de Araújo Costa. Nesse sentido os sermões assumiam também papel fundamental em uma sociedade essencialmente analfabeta, dando caráter pedagógico também aos discursos dos clérigos. Mesmo subordinados ao bispado do Maranhão, os representantes da Igreja ocupavam lugar de destaque social, formadores de opinião onde atuavam, inclusive nas regiões atendidas em regime de desobriga.<sup>144</sup>

Era tão intensa a aproximação entre Estado e Igreja no Brasil que afirmações como as feitas por Sérgio Buarque de Holanda não representavam nenhum exagero, pois, segundo ele, “de tal maneira estava a administração eclesiástica entrosada na máquina administrativa do governo civil, que seria difícil ao vulgo ver nela não um departamento do Estado, mas um poder autônomo”.<sup>145</sup>

Não raro estes clérigos eram entranhados na administração portuguesa, por vezes exercendo o papel do Estado nos recônditos da sociedade rural, administrando os sacramentos, por outras dividindo com os letrados suas prerrogativas. O que devemos levar

<sup>142</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo de Carvalho. *Proclamação*. [Manuscrito]. Piracuruca, 24 de Janeiro de 1823.

<sup>143</sup> GALVES, Marcelo Cheche. Op. Cit. 2015, p. 136.

<sup>144</sup> Regime pelo qual os clérigos percorriam em caráter especial as localidades fora daqueles espaços onde estabeleciam moradia fixa, onde estavam “colados”, realizando batismos, casamentos e administrando os sacramentos.

<sup>145</sup> Idem, *Ibidem*, p. 58.

em conta, assim, é a presença de sujeitos capazes de incorporar as mais diversas ideias nos mais variados âmbitos da sociedade do Piauí no século XIX. É destes conflitos e interesses que nasce o movimento revolucionário, idealizado pela maioria dos piauienses, inclusive pelo próprio Leonardo Castello-Branco, um dos responsáveis pelo discurso patriótico que permeou o conflito.

Cabe agora analisarmos como esses sujeitos e ideias dissonantes serviram tanto para amparar a existência da localidade que concorria com o centro, causando uma pluralidade de jurisdições e servindo de base para um sistema de concessões mútuas,<sup>146</sup> quanto para quebrar aos poucos essa harmonia para dar lugar aos revolucionários. Acima de tudo, cabe-nos duvidar dessas ideias comparando-as com os fatos e levando-as para a realidade concreta dos sujeitos que as gestavam. “Em outros termos, qualquer conceitualização da história revolucionária começa pela crítica da ideia de revolução, tal como foi vivida por seus atores e veiculada por seus herdeiros: ou seja, como uma mudança radical, e como a origem de um novo tempo.”<sup>147</sup>

#### 2.4. “Povos do Piauí!”: Sujeitos da Independência

O Gigante filho da América, o Diamantino, e Aurífero Brazil, [que] com hum pé piza n' o Amazonas, e com outro calça as áreas do Prata, já hé livre, e independ.te: todos os seus habitantes tem [por] diviza: =Independencia, ou morte. Piauienses, [que] fazeis? Sereis menos cordatos, [que] vossos patrícios de S. Paulo, Minas, S. Pedro do Sul, Pernambuco, Alagoas, Porto Seguro, e Baia; a testa de cujo Exercito Eu me acho colocado, prompto a libertalla de seus tyrannos. Vós, [que] sempre unidos à esta Província, seguistes seus dictames, aclamai também Imperador a Pedro 1º, e dizei commigo: =Viva a Sancta Religião! Vivão as Cortes do Brazil! Viva o Imperador!<sup>148</sup>

Em dezembro de 1822 o general Pedro Labatut escreveu um ofício intimando o brigadeiro Manoel de Sousa Martins a reconhecer a independência,<sup>149</sup> e uma proclamação dirigida aos povos do Piauí conclamando a participação em tão libertário movimento, cujo trecho transcrevemos acima. Labatut já havia comandado a expulsão das forças lusitanas na

<sup>146</sup> Cf. HESPANHA, António Manuel. Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda B. (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

<sup>147</sup> FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>148</sup> LABATUT, Pedro. [Ofício] 22 de Dezembro de 1822 [para] Povos do Piauí. Quartel General em Frente da Baia. 1f. Solicita a adesão do Piauí à independência do Brasil.

<sup>149</sup> LABATUT, Pedro. [Ofício] 22 de Dezembro de 1822 [para] Brigadeiro Manoel de Souza Martins. Quartel General do Engenho Novo no Recôncavo da Baia. 1 f. Solicita adesão do Brigadeiro à independência do Brasil.

Bahia, como escreve Sacramento Blake,<sup>150</sup> e atuava em nome do “Imperador Constitucional do Brasil” no intento de levar liberdade e patriotismo às províncias do norte. Na verdade, seu trabalho foi facilitado pela prévia adesão de Parnaíba, fazendo com que se dirigisse ao brigadeiro sem o incômodo da presença do major Fidié, que a esta altura já estava preocupado em conter o movimento do norte do Piauí. O próprio Manuel de Sousa Martins, sedento do poder que lhe havia sido tirado com a eleição da junta provisória em Oeiras, usou as ameaças de Labatut como mote para sublevar a ordem e se colocar no governo novamente, do lado da independência, em janeiro de 1823, proclamando a adesão da capital. Apesar de promover um exército “pacificador”, Labatut detalha o posicionamento de suas tropas e os pontos bélicos estratégicos em caso de não aclamação de D. Pedro, ao se dirigir ao brigadeiro, e muito embora afirme que não uma facção, mas todo o Brasil exige por divisa o grito do Ipiranga, também coloca a morte como “castigo” justo para qualquer atrevimento.

Ao encaminhar-se aos povos piauienses, Labatut se referia especificamente à parte da província que continuava sob jugo do major Fidié, uma vez que Parnaíba já havia insurgido. Invocando as qualidades do “Gigante filho da America”,<sup>151</sup> o general proclamava a cessão do “partido europeu”, mas anunciava também a construção de um novo eixo de poder: a corte do Rio de Janeiro. O deslocamento do centro regulamentador do “velho e pequeno Portugal” para a periferia carrega consigo implicações que vão muito além da legitimidade e da necessidade de leis feitas no Brasil para governá-lo. Não à toa são citadas as suas grandezas. As proporções territoriais exigiam muito além do patriotismo para romper com Lisboa, principalmente se considerarmos as dificuldades comunicativas entre o norte do país e o Rio de Janeiro.<sup>152</sup> Por isso, voltemos ao movimento que irrompeu no norte piauiense.

Ainda em setembro de 1822 as notícias do Sul chegavam ao Piauí, juntamente com a lista de províncias que haviam aderido ao movimento. Muito antes, porém, já circulavam ideias revolucionárias impulsionadas pela revolução pernambucana de 1817.<sup>153</sup> As contendas geradas foram condizentes com tal circulação, e logo se iniciaram disputas entre brasileiros e portugueses, a exemplo do pedido de onze portugueses para afastar o tenente Joaquim Timóteo de Brito do comando do destacamento, por este ser brasileiro. Em meio a esses

---

<sup>150</sup> SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Volume 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, p. 45.

<sup>151</sup> LABATUT, Pedro. [Ofício] 22 de Dezembro de 1822 [para] Povos do Piauhy. Quartel General em Frente da Baía. 1f. Solicita a adesão do Piauí à independência do Brasil.

<sup>152</sup> Sobre as dificuldades de comunicação e de trânsito entre as partes do Brasil e as devidas considerações sobre as implicações, cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Africanos, os escravos da Guiné”. In: \_\_\_\_\_. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 44-76.

<sup>153</sup> NEVES, Abdias. Op. Cit. 1985, p. 56.

conflitos que germinavam cada vez mais frequentemente, a Junta do Governo determinava a apuração dos fatos, por meio de uma devassa (sobre a produção de pólvora por populares) negada pelo juiz de fora João Cândido de Deus e Silva, que, pelo contrário, enviou ofício à mesma junta informando, em setembro de 1822, a tendência da Câmara da Parnaíba em participar de um Brasil independente:

Agora, quanto a novidades: já a Câmara participou a V. Exa. haver recebido ofícios do Rio para a eleição de deputados às Cortes do Brasil e continuam a girar proclamações, manifestos e notícias públicas, que tenho observado serem muito do agrado dos povos, acolhendo-as com entusiasmo. O Governo da Província do Ceará mandou consultar os povos fazendo-os reunir nas câmaras de seus distritos, para elegerem seus deputados, no caso que quisessem; prática esta que eu acho mui conforme ao princípio de justiça proclamado em cortes. Se o Brasil quer ser independente, declare-se. Se o Brasil se quer desunir, desuna-se: prática que não traz consigo responsabilidade alguma aos governos, porque, ou os povos querem e ninguém lhes pode resistir sem risco, ou não querem e então assim o declaram.<sup>154</sup>

Além de se utilizar da opinião pública para fomentar e legitimar o movimento que se precipitava diante das autoridades portuguesas, o juiz de paz tentava traçar a inevitabilidade do rompimento com o reino, alegando o entusiasmo de vilas próximas como a da Granja, no Ceará, cuja fronteira servia muito mais como motivo para imitar que para separar. O ofício seguiu percorrendo sobre a lei de ação e reação, especificamente sobre a resistência de indivíduos que têm seus direitos retirados, e concluiu recomendando que se siga a mesma causa da “melhor, a maior, a mais rica, a mais populosa parte do Brasil”, que “tem-se declarado a favor da causa da Independência”.<sup>155</sup> Novamente percebemos o deslocamento do eixo de poder para o sul do país, mas podemos nos questionar sobre o interesse desta mesma parte em fazer independentes as províncias do norte.

O juiz de paz João Cândido de Deus e Silva era detalhado como um sujeito talentoso e bem instruído, sendo leitor, escritor e tradutor de diversas obras, especialmente de direito, para além de suas viagens.<sup>156</sup> Notadamente, Deus e Silva é historicamente atrelado, no movimento de independência, ao coronel Simplício Dias da Silva, homem de vastas posses e com grande número de escravos, que inclusive foram armados quando da proclamação em Parnaíba. A família Dias da Silva se ramifica do português Domingos Dias da Silva, que

---

<sup>154</sup> Idem, *ibidem*, p. 55.

<sup>155</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>156</sup> LIMA, Gracivalda Matos Albano. *Os emissários facciosos do Piauí e as cartas da guerra de independência, 1823*. (monografia). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2016, p. 33.

vindo para o Piauí em 1768 fundou fazendas de gado e se estabeleceu como um rico exportador de carne.<sup>157</sup> Seus filhos, Raimunda e Simplício Dias da Silva, herdaram sua fortuna. Tais relatos nos levam a crer que o coronel Simplício configurava um homem de negócios, tratando-se de um dos maiores exportadores de gado, couro e carne seca do porto da Parnaíba, que, em contato direto com o juiz de paz Deus e Silva, tinha acesso à administração pública para facilitar seus negócios.

O patriarca, Domingos Dias da Silva, teria vindo para o Piauí na companhia de um notável homem de negócios de carne, João Paulo Diniz. Junto com este, ainda no final do século XVIII, conseguiu juntar bens e prestígio político, para desfrutar com sua família. Domingos Dias da Silva logo conseguiu até mesmo tratar diretamente com Lisboa, mesmo com o fato de que Parnaíba não dispunha de alfândega. O coronel Simplício Dias da Silva, em 1803, inclusive alega tal comércio desempenhado por seu pai em um ofício em que pede a criação de uma alfândega em Parnaíba para que se pudesse continuá-lo. Enquanto os “sertões longínquos” iam tentando adaptar a economia, o porto do Piauí estava em “franco progresso”, com boa participação de Domingos Dias da Silva, que se dava o direito inclusive de questionar o trânsito portuário e o controle alfandegário.

Considerando os interesses comerciais demonstrados pelo coronel Dias da Silva e de sua amizade com o juiz de fora Deus e Silva, tal associação pode inclusive indicar forte caráter econômico na decisão do juiz de negar a devassa e enviar uma declaração que podia ser tomada como de guerra à Junta do Governo, fazendo com que cuidasse em apoiar a independência acima de tudo pela liberdade comercial do coronel.

O fato é que o movimento separatista que eclodiu no norte da província foi oportunidade ideal para Leonardo Castello-Branco se inserir no debate público em torno da independência, juntando-se aos demais líderes na fuga para o Ceará por ocasião da marcha de Fidié em direção à Parnaíba. Desde sua infância estava acostumado com as letras e com o ambiente intelectual, para além da participação de sua família em acontecimentos e decisões. Diversas são as referências sobre seu gosto precoce pela leitura, além de citações sobre a instrução formal que recebeu de seu pai no ambiente doméstico (tendo sido seu pai educado em colégio jesuíta em Salvador, pode-se considerar a presença do caráter humanista de sua educação, tratado no primeiro tópico deste trabalho).<sup>158</sup>

Não queremos tomar sua infância a partir de uma abordagem teleológica, mas destacar o ambiente propício para o desenvolvimento de suas faculdades e de seu espírito de letras, a

---

<sup>157</sup> NEVES, Abdias. Op. Cit. 1985, p. 54.

<sup>158</sup> Cf. FREITAS, Clodoaldo. *Vultos Piauienses*: apontamentos biográficos. 3 ed. Teresina: APL/EDUFPI, 2012.

partir da configuração sócio-política de sua família, não excluindo as possíveis variantes históricas que poderiam ter feito um Leonardo diferente daquele que ora estudamos, e desconsiderando a tendência heroicista que alguns autores já citados adotam ao abordá-lo.

O movimento que irrompeu a partir de então deu a Leonardo Castello-Branco acesso ao campo da política, uma vez que já tinha constituição nobre por parte da família e das terras. Casado com Judith da Mãe de Deus, de quem não dispomos de maiores informações, largou sua fazenda e família para se tornar uma das lideranças do movimento revolucionário, especialmente no campo das ideias, fornecendo base para a construção de certo patriotismo, tornando-se um perigo para a concorrência portuguesa, como retrata a documentação que será analisada, e tecendo estratégias e diagnósticos pertinentes ao movimento, até o momento de sua prisão.

### **2.5. Independência, liberdade e propriedade**

O Piauí foi uma das primeiras províncias do Norte a declarar apoio à independência, mas foi também a que recebeu esforços da Coroa portuguesa no sentido de manter o controle. Reconhecendo o ambiente incerto, não foi por acaso a nomeação do major português João José da Cunha Fidié como Governador das Armas. Abdias Neves recorda a instabilidade política por todo o Brasil por ocasião da Revolução do Porto, e especificamente no Piauí, pelas alterações políticas das Juntas de Governo, fazendo referência também à difusão de pasquins sediciosos pela província.<sup>159</sup> A posição estratégica do Piauí em relação às províncias do Pernambuco, Ceará, Bahia e as demais províncias mais ao norte para a disseminação das ideias separatistas valorizou a nomeação do major Fidié, mas sua estada na capital da província de nada adiantou, uma vez que foi no norte da província que o trânsito de tais ideias encontrou local propício para se estabelecer ao ponto de proclamarem a adesão.

O movimento da vila da Parnaíba, contudo, não se preocupou em fortalecer-se militarmente, restando aos seus líderes o refúgio na serra da Ibiapaba quando da ida do major Fidié e suas tropas em direção à dita vila. Apesar das dificuldades, inclusive a seca, Fidié estabeleceu-se e cuidou em promover atos em apoio a Portugal na vila da Parnaíba, guarnecendo-a e fortificando-a militarmente. Abdias Neves ressalta o rastro de destruição deixado pelas tropas do Governador das Armas e lembra que apesar do controle e da

---

<sup>159</sup> NEVES, Abdias. Op. Cit. 1985, p. 46.

interceptação de correspondências neste período, proclamações continuavam a atingir o público, que demonstrava cada vez mais revolta aos portugueses.<sup>160</sup>

Fidié permaneceu em Parnaíba até o início de 1823, quando a própria capital Oeiras proclamou a independência no Piauí em movimento liderado por Manuel de Sousa Martins, como já citado, retornando para lá e deixando um destacamento responsável por manter o controle de Parnaíba. Bastou essa notícia para que Leonardo Castello-Branco retornasse ao Piauí com uma pequena tropa, chegando inclusive a prender o destacamento deixado por Fidié. Nesta oportunidade, redigiu uma Proclamação, convocando os “piauienses livres” a lutarem contra o jugo português. Nesta, Leonardo fazia um balanço do avanço das tropas nos dias anteriores e do reflexo das ideias disseminadas aqui pelo periódico *Conciliador*, como já explicitado. Com todo o ardor digno da “santa Independência”, os “brasileiros honrados, briosos e intrépidos” são convidados a dar vivas e comungar da vitória inevitável sobre o “miserável Portugal”.<sup>161</sup>

Queridos Irmãos, que habitaes as fecundas margens do Caudalôzo Parnahiba, por hum, e outro lado: dignáivos attender ás Simceras vozes d’hum Patricio vosso, que todo únicam.te se dídica ao vosso bem presente, e ainda m.s offucturo. Ah? que maligna, e espéssa núvem offusca as luzes do vosso entendim.to? Pois vós sôis Brasileiros, e recuzaes ob’decer ao Senhor Dom Pedro, Imperador Constitucional do Brazil, e Seu perpétuo defensor? Não sôis Europêos, e Seguis o seu partido, com pirigo evidente da vossa vida, e com perda da vossa Onra? Ah? onde está o brio, e Patriotismo Brazilience? Onde a Onra? E onde o dever?... O meu Coração sevê delacerádo pelo pujante punhal dam.s intensa dor!... Irmãos! Irmãos! Quereis ter o des áire de que (...) de vós, ep.r violencia ob’tenha, o que o dever, a Onra, eo Patriotismo em vão athé agora vos tem tam instantemente e Cordialmente perçuadido? Que lástima! Que afronta! Que vergonha!<sup>162</sup>

Leonardo lança mão de uma análise acerca do comportamento dos piauienses, frente ao avanço das tropas de ambas os lados e a iminente batalha, que mesmo antes de acontecer, já demonstrava forte tendência a enfraquecer economicamente a província. Certamente, a insegurança e instabilidade que rondavam o ambiente rural do Piauí estabeleceram relações múltiplas, no que se refere ao envolvimento popular. Por um lado, eram pedagogicamente incitados contra aqueles que os subjugavam e impediam a prosperidade não só da província, mas de todo o Brasil, por aqueles que, assim como Leonardo, assumiram papel de “patrício [...], que todo unicamente se dedica ao [...] bem presente e ainda mesmo futuro” dos seus

<sup>160</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 56-7.

<sup>161</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo de Carvalho. *Proclamação*. [Manuscrito]. Piracuruca, 24 de Janeiro de 1823.

<sup>162</sup> Idem, *ibidem*.

irmãos, verdadeiros brasileiros.<sup>163</sup> Por outro lado, percebiam a face revolucionária sob a qual a luta abstraía os direitos, principalmente, de propriedade. Considere-se ainda a possibilidade de ter existido uma massa alheia a estes acontecimentos, apesar de se considerar de igual maneira que os acontecimentos atravessaram, literalmente, boa parte dos campos, fazendas e vilas do Piauí, arregimentados em forma de tropas.

Diante da instabilidade política e, principalmente, econômica (esta que atingia mesmo aquela parcela da população que não se envolvia diretamente em assuntos políticos), a “vacância da legitimidade”<sup>164</sup> é um propulsor revolucionário que se destaca. A notável distinção, dentro do processo separatista, entre o “nós” justo e o “outro” culpado abre precedente para a utilização de todos os meios de enfraquecimento do inimigo, mas também leva para a abstração o direito da propriedade também no sentido concreto de garantir meios para que isso acontecesse. Assim, era comum a invasão de fazendas e o saque de mantimentos sob a desculpa da independência. A própria Junta do Governo temporária, no ofício de nomeação de Mathias de Sousa Rabelo para a proteção de alguns dos portos do Parnaíba em fevereiro de 1823, cuidou em formular uma ordem na qual o mesmo teria o direito de exigir dos donos de fazendas o suprimento necessário para a manutenção de suas tropas, seja de gado ou de mantimentos em geral, afirmando que o pagamento seria realizado pelo “cofre da Thezouraria Geral da Junta da Fazenda”, o que nem sempre se realizava.

Muito recomenda a Junta do Governo a todos os habitantes daquelles contornos a religioza observância do que determina, pois que se trata da Salvação da Pátria e não deve valer nestas apertadas, e gloriozas crizes qualquer pretexto, com [que] se pertendão escuzar, sendo o único objecto [que] devem ter em vista os verdadeiramente amantes da Patria a Sua segurança.”<sup>165</sup>

Decerto, algumas pessoas, animadas pelo espírito da revolução, disponibilizaram seus bens em prol da manutenção das tropas, como comprova a lista de nomes e respectivos mantimentos doados.<sup>166</sup> Mas a crescente onda de violência que se instalou em torno da passagem das tropas pelas fazendas aumentou também o medo, chegando ao ponto de causar pequenas diásporas e abandono de fazendas de gado. Desse modo, para além de representar também a salvação pela força, as sedições resultam geralmente em inseguranças que causam

<sup>163</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>164</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 164.

<sup>165</sup> PIAUÍ, Junta do Governo. Encarrega Mathias de Souza Rabelo para a defesa de alguns portos e pede o apoio de todos os habitantes na independência. [Manuscrito]. Palácio do Governo de Oeiras, Fevereiro de 1823.

<sup>166</sup> FERREIRA, José Nunes. *Relação de nomes com doação de mantimentos*. [Manuscrito]. Barriguda, 1823.

uma reação natural que é o medo, independente de recortes espaciais, como argumenta Delumeau.<sup>167</sup> A questão econômica, nesse sentido, é ainda mais perigosa, na medida em que fornece base para se pensar: “o que temos a perder?”. Seguindo esta questão, não raro as tropas cometiam abusos durante os deslocamentos, causando desconforto inclusive entre as próprias lideranças independentistas.

Em carta enviada ao capitão-mor João Gomes Caminha, Manoel Clementino de Sousa Martins pedia que se averiguasse o paradeiro de três cavalos, um marcado com o ferro do brigadeiro Souza Martins, que haviam sumido da sua roça, aparentemente por obra das tropas comandadas pelo referido capitão-mor. Sousa Martins solicitava que os mesmos fossem devolvidos pelo encarregado de levar a carta.<sup>168</sup> Relatos como este não são isolados, é comum encontrar representações contra os excessos cometidos pelas tropas da independência, e isso é bem utilizado pelos conservadores, no sentido de associar a revolução à anarquia. Essa associação servia ainda para aumentar o medo entre os próprios portugueses, como revela a carta de José Thomaz ao capitão-mor João Gomes Caminha, escrita em junho de 1823:

Depois de ter escripto a V. Sa. fui avizado de [que] hum dos da coadrilha, no lugar denominado Gangá dizia [que] hia ajuntar vinte homens para virem saquear a caza do Comde. Martinho de Oliveira Costa julgado por helles como mouro pello seu fator ser Europeu, e a caza do Cap. Jozé Maria de Azevedo e finalmente a minha e quantas helles julgarem tem que saquear. Estou serto [que] semelhante coadrilha não podem ter ordem para fazerem semelhantes roubos. Eu não posso diferencar os verdadeiros Independentes dos que abuzão deste nome para a seu salvo roubarem estou na rizullução e os meos vizinhos asima nomiados de não entregarmos mantimentos e animais sem ordem por escripta ou algum signal [que] por V. Sa. sejam destinados [...].<sup>169</sup>

Percebendo que a revolução, requerendo a insubordinação e a liberdade, esbarrava nas noções comuns de propriedade, Leonardo Castello-Branco elaborou, “entre mil perturbações”, apontamentos de direito a fim de servir-lhe de “fio, ainda [que] débil”, que o “tirsasse asalvo do estranho Laberyntho” no qual se encontrava, que para suas “fracas luzes, era hum novo Chaos.”.<sup>170</sup> Estes apontamentos encontravam-se anexos à nota dirigida ao tenente coronel Joaquim de Sousa Martins, escrita no Quartel do Peixe ainda em fevereiro de 1823. Leonardo

<sup>167</sup> DELUMEAU, Jean. Op. Cit. 1989.

<sup>168</sup> SOUZA MARTINS, Manuel Clementino de. [carta] 14 de Junho de 1823. Pindoba [para] Capitão Mor João Gomes Caminha. 1 p. Pede providências sobre seus animais.

<sup>169</sup> THOMAZ, Jozé. [carta] 26 de Junho de 1823. São Jozé [para] Capitão Mor João Gomes Caminha. 1 p. Conta violências cometidas contra europeus.

<sup>170</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo de Carvalho. [carta] 27 de Fevereiro de 1823. Quartel do Peixe [para] Tenente Coronel Joaquim de Sousa Martins. Nota e registro escrito pelo dito Leonardo informando sobre o andamento da independência e um anexo discorrendo sobre noções de direito.

fazia uma análise geral dos tumultos envolvendo a expropriação de bens, argumentando que isso só poderia acontecer em caso de indenização, o caso dos inimigos da independência, que requerendo a força para aderirem, causavam prejuízos públicos. Mais ainda, afirmava a felicidade dos brasileiros anexa à independência, numa abordagem utilitarista na qual os meios para se chegar a esta felicidade justificam o uso da força e também qualquer batalha que se obre para conseguir tal intento:

O Direito de propriedade é um direito sagrado, e inviolável. Não me canso em provar esta proposição; pois quem não há homem algum, dos [que] pela cultura do seu entendimento merecem este nome que d'ella duvide. Mas a vida também será Direito de propriedade? Não há duvidas; e de huma ordem superior, [por] isso que é dádiva da Natureza. Ella perdida senão torna a adquirir, e sem ella de nada servem todas as riquezas possíveis, [por] estes duplicados motivos é mais estimável, [que] tudo. Segue-se [por] tanto em [primeiro] lugar, [que] homem nenhum tem direito de despojar da vida a outro homem [por] hum modo directo: esta acção é [somente] tolerada como consequencia necessaria [e de] algum acto de defeza da nossa vida, ou dos nossos direitos. Logo n'a [presente] occasião, em [que] pela Independencia do Brazil, a [que] está anexa a nossa [felicidade] so temos direito de tirar a vida a aquelles, [que] se nos oppozerem; e ainda assim é necessario, [que] nao nos restem outros meios, como quazi sempre acontece em huma acção de peleja. Logo ao inimigo [que] rendeu-se, já nos não é licito tirar a vida: [...]. [Quanto] aos bens adquiridos, [que é o segundo] grau do Direito de Propriedade, só podemos: fazer Senhores, do [que] a outro pertença atitulo de indemnização de prejuizos, que d'elle houver-mos recebido, nunca excedendo [...]: e ainda [para] isso, só [quando] os meios Legaes não [tiverem] lugar, podem ser admetidos os da Força. Fazendo applicação d'estes principios ao nosso caso, é certo, [que muitos] individuos tem sido [...] cauza de [grandes] prejuizos publicos; e particulares, a cuja indemnização se achão obrigados pelos seus bens.<sup>171</sup>

Percebemos, nestes apontamentos, a construção de certa postura ou de uma espécie de código de conduta adotado por Leonardo em razão dos conflitos pela independência. Quanto à questão dos crimes cometidos nesse período, por exemplo, é apontada a necessidade de se estabelecerem autoridades capazes de julgarem os crimes de “Leza Nasção”, garantindo, porém, a defesa do réu (inclusive afastando a possibilidade de exílio, a não ser se para a segurança pessoal do próprio réu), e desterrando aqueles que não adotem o sistema político da nação e, por isso, representem perigo. Assim percebemos dois elementos fundamentais discutidos: liberdade e propriedade. Esta é uma das bases para a nobreza da terra, e aquela um importante fator de distinção. Os meios que se utilizavam para a manutenção de ambos, que se aproximam bastante da discussão utilitarista, variavam entre os portugueses e brasileiros.

---

<sup>171</sup> Idem, ibidem.

## 2.6. Desfechos da Independência

Buscando disseminar o grito de independência e querendo levar liberdade às vilas próximas, Leonardo dirigiu-se à fronteira com o Maranhão no intuito de angariar apoio de forma pacífica, acompanhado apenas por dois soldados da tropa que estava sob seu comando, que ficou a sua espera no porto das Melancias. No Maranhão, notadamente alinhado ao governo português, Leonardo é preso em posse de sua Proclamação, permanecendo pouco tempo na cadeia da Repartição, distante duas léguas da vila de São Bernardo da Parnaíba, e sendo remetido para Lisboa a bordo do brigue Sociedade Feliz, onde ficou recluso na cadeia do Limoeiro. Nos autos de seu processo de prisão, Leonardo é colocado como um dos líderes mais perigosos entre os facciosos do partido da independência, e as autoridades do Maranhão comemoram o grande feito.

Severino Alves de Carvalho, Comandante Geral da vila de São Bernardo da Parnaíba, escreveu imediatamente um ofício comunicando “com a maior saptisfação” o “quaze milagrôzo sucesso” no qual José Antônio Correia prendeu “o mais rebellado faciôzo dos Longaristas”. Neste ofício, Carvalho chamava atenção para a atuação de Leonardo como “apóstolo da mentira”, que, passando disfarçadamente para o território maranhense, tentou “seduzir” o comandante Correia para levar sua tropa pacificamente até a outra margem do Parnaíba. Os fatos são utilizados por Carvalho, contudo, de forma a legitimar seu pedido de ajuda, demonstrando a gravidade da crise daquela vila diante de tão acalorados fatos. Pedindo reforço, alegava que logo os inimigos iriam socorrer seu “chefe”, apesar de todos os esforços dele próprio e de todo o povo da sobredita vila em se manterem “firmes, e constantes, ainda a vista do perigo que nos amiássa”.<sup>172</sup> Tal hipótese não se confirmou.

Talvez por se passar numa vila fronteira, limítrofe entre os apoiadores de ideologias contrárias, estes acontecimentos mereceram os sinceros cuidados de ambas as partes, tanto no pedido de reforço do Comandante Geral, quanto no ofício anexo ao do próprio Comandante, no qual Leonardo reiterava sua preocupação com sua própria integridade física. Este último ofício, provavelmente nunca entregue por ter sido utilizado como prova nos autos de seus crimes, é remetido por Leonardo ao Comandante da Força José Francisco de Sousa, que, segundo Carvalho, estava nas proximidades da vila de São Bernardo da Parnaíba. No seu *post scriptum*, Leonardo alertava que qualquer decisão que fosse tomada pelo Conselho Militar devia, antes, levar em conta que oferecia risco direto à sua segurança individual:

---

<sup>172</sup> CARVALHO, Severino Alvez. *Ofício comunicando a prisão de Leonardo Castello-Branco*. [Manuscrito]. São Bernardo da Parnahiba, 1823.

Por razões próprias do meu character e systema pacifico, e acompanhado [somente] de dois soldados, vim à esta Villa, onde ora me acho posto em custódia, mas [honrosamente] tratado; pois [que] todas as [autoridades] são [muito] benignas, e civis; e n'isso se honrão. [...] As mesmas dictas [autoridades], e em particular o Sr. Commd.te Geral, hão-me representado, [que] não querendo esta Provincia adherir a Cauza da Independencia, hé contrario ao Sistema Constitucional obrigação vontades: [que] protestão não fazer [hostilidades] n'essa Provincia, contanto porque se pratique a mesma moderação a seu respeito. Ora eu [tento] alembrar, [que] o Sr. D. Pedro só manda, [que] se socorrão aquellas Provincias, [que] assim o requererem; o [que] esta ainda não fez. Devo acrescentar, [que] o meu gosto fora, [que] assim se praticasse, evitando-se a efuzão de sangue, tão contrária a [humanidade], e às ordens do Sr. D. Pedro nosso Augusto Imperador. Este hé o meu parecer, como nomeado do Concelho Militar de Guerra; os outros [...] como o entenderem [...] rezolverão, o [que] parecer mais acertado.<sup>173</sup>

Não era característico, contudo, de nenhuma das partes, agir com tal cautela solicitada por Castello-Branco aos demais membros do Conselho Militar. Por diversas vezes impôs a força como elemento fundamental para a expansão da independência, em discursos e cartas enérgicas, o que fez com que ganhasse a fama de mais “pirigozo, que tinha aquela Provincia, e mesmo a do Ciará”.<sup>174</sup> Na própria proclamação que fez para abrir “os olhos a todos, [que] houvessem sido enganados pelas leituras das dolozas folhas do Periódico: =Conciliador [...]”<sup>175</sup>, enfatiza o fortalecimento das tropas da independência com armamento. Contudo, apesar de comandar pequena tropa, o maior perigo que Leonardo representava era o de sistematizar no campo das ideias aquilo que se passava no plano concreto.

Decerto, é possível que Leonardo, em suas correspondências, tivesse uma visão superlativa em relação às forças da independência, uma vez que os soldados arregimentados estavam sob comando do Governador das Armas, Major Fidié. No campo discursivo, contudo, era perfeitamente compreensível que houvesse a necessidade de impor força frente à circulação de periódicos e notícias portuguesas, que poderiam estar minando a opinião pública, como alerta o próprio Leonardo. Assim, os embates se firmavam da mesma forma também no campo das ideias, tanto legitimadoras quanto reveladoras do conflito real e concreto. As tropas que enfrentaram Fidié eram compostas sobretudo por populares com pouco conhecimento militar e por reforços vindos do Ceará, mesmo assim, Leonardo Castello-Branco prossegue:

<sup>173</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo de Carvalho. [ofício] 2 de Março de 1823, Quartel em custódia na Vila de São Bernardo [para] Conselho de Guerra da Independência, 1 p. Pede cautela nas decisões.

<sup>174</sup> CARVALHO, Severino Alvez. [ofício] 10 de Março de 1823, Quartel da Vila de São Bernardo [para] Junta do Governo do Maranhão, 1 p. Comunica a prisão de Leonardo Castello-Branco.

<sup>175</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo de Carvalho. [carta] 11 de Fevereiro de 1823, Piracuruca [para] Capitão Valério Alvez de Souza, 2 p. Dá notícias do andamento da independência.

Quereis que a vossa [adesão] a nossa Santa, e Commum Cauza seja obra da força? Pois sereis saptisfeitos. Eia, ella se apresenta. Hum pé de Exercito de 4 a 6 mil homens já deve ter feito em Oeiras, o que [cedo] vereis em vós: Outro de 2 a 3 mil, vai fazer o [mesmo] a Campo-Maior: Hum Corpo de Observação para conter o inimigo [a quem] inquieta com continuas correrias pela Costa: Todos estes trazem os necessários petrêxos de guerra: Várias peças de Campanha tornão [mais] terríveis as suas forças: Alémm destes Corpos hum Batalhão ligeiro de Índios, e brancos [de mais] de seicentas praças destinado á Cortar as Rellaçoens do inimigo com o Sul da Provincia, e do Seu grosso Prezidio, apoderando-ce do seu númerozissimo Armamento: Ali plantou o seu Quartel [Comandante]; e pela voluntária reunião dos póvos circomvizinhos, no curto expasso de 3 dias, tem visto crescer ao dúplo o N° de seus Soldados. Obtida a possivel reunião destas [forças] mencionadas, Seguros da Victoria, marchamos alegres a desalojar o nosso tiranno Déspota do Seu ultimo, e mal seguro azillo.<sup>176</sup>

Era preciso forjar na opinião pública uma noção de força superior à dos “marinheiros”, inculcando nas conversas e nas correspondências a iminência da liberdade “desde além do Prata, até os limites occidentaes do Ciará”. Além disso, a opinião pública era direcionada a cada vez mais firmar o conceito do “outro”, seja o outro “faccioso” ou o outro “marinheiro”, daí a importância de impressos que assumissem um caráter pedagógico neste sentido, ditando os posicionamentos no campo concreto. Por mais que não se possa estabelecer um padrão ou menos ainda traçar uma “opinião pública”, algumas correspondências nos oferecem uma visão limitada daquilo que representava preocupações ou tensões para a vida desses sujeitos.

Ao analisar a circulação de alguns poemas revolucionários na Paris do século XVIII, por exemplo, Robert Darnton<sup>177</sup> mescla a abordagem foucaultiana que percebe a opinião pública epistemologicamente, forjada no campo discursivo, e a abordagem habermasiana que valoriza a percepção sociológica da mesma, na intenção de explicitar essa dualidade: a opinião pública, no caso dos periódicos, escritos e correspondências, é formada no campo discursivo, mas é também reveladora dos conflitos sociais, e é por isso que tem sentido.

Decerto, era necessária uma construção discursiva em torno dos objetivos a serem alcançados, dando origem a uma rede de informações que de qualquer maneira circulava entre os sujeitos, como percebido nas correspondências elencadas. Contudo, não se pode levar esse argumento ao extremo, sob o risco de cair no nominalismo. A opinião pública era cada vez mais utilizada de modo a consolidar como uma força que deveria ser levada a sério, e a

<sup>176</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo de Carvalho. *Proclamação*. [Manuscrito]. Piracuruca, 24 de Janeiro de 1823.

<sup>177</sup> DARNTON, Robert. *Poesia e política: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

abstração dos intelectuais que a construíam discursivamente jamais substituíam o clamor revolucionário que transcendia seus gabinetes silenciosos.

Será que a opinião pública nas ruas alguma vez andou paralela ao discurso dos filósofos? Duvido. Os autores de panfletos ganhavam pontos convocando os soberanos a se apresentar perante o tribunal do público. Oradores procuravam legitimação afirmando falar com a voz do público. Revolucionários tentavam baixar a abstração para o nível das ruas, ao celebrar a Opinião Pública em seus festivais patrióticos. Mas o ideal filosófico nunca coincidia com a realidade social. [...] Na Paris do século XVIII, um público peculiar ao Antigo Regime se formou e começou a impor suas opiniões a respeito dos fatos. Esse público não era uma abstração imaginada por filósofos. Era uma força que jorrava das ruas, [...] quando varria tudo o que estivesse na sua frente, inclusive os filósofos, sem a menor consideração com as tentativas deles para construí-la discursivamente.<sup>178</sup>

Percebendo isso, Leonardo Castello-Branco não se limitava à sua Proclamação. Em nota dirigida ao tenente coronel Joaquim de Souza Martins (escrita no mês seguinte ao da Proclamação) há também menção ao padre Tezinho, “redactor de fábulas, e vendido ao Partido Ante-Brazílico”, em referência ainda aos seus escritos direcionados às autoridades de Caxias, no sentido de alertar quanto aos “prejuízos contraídos [por] leituras e notícias”.<sup>179</sup> Notadamente o periódico *Conciliador* continuava a ser alvo de Leonardo, percebendo “a movimentação política a partir dos jornais e folhetos produzidos no período”, o que nos “abre a possibilidade de reflexão sobre a imprensa como uma das dimensões da esfera pública de representação política.”<sup>180</sup>

A preocupação em torno da ressonância do *Conciliador* não era sem razão. Este periódico fornecia interessantes preposições sobre as prerrogativas políticas de uma separação com Portugal. Como observa Galves,<sup>181</sup> os redatores ponderaram as consequências e, questionando o posicionamento do Piauí, Maranhão e Pará diante do chamado do Rio de Janeiro, concluem: “se o Sul podia se separar de Portugal, o Norte poderia fazer o mesmo com o Sul, a diferença estava no fato de que a atitude do Sul trazia consigo a quebra do pacto social e o despotismo, que ‘mata a liberdade das nações’, enquanto a decisão do Norte reiteraria a Constituição.”<sup>182</sup>

<sup>178</sup> DARNTON, Robert. *Poesia e política: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 142-3.

<sup>179</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo de Carvalho. [carta] 27 de Fevereiro de 1823. Quartel do Peixe [para] Tenente Coronel Joaquim de Souza Martins. Nota e registro escrito pelo dito Leonardo informando sobre o andamento da independência e um anexo discorrendo sobre noções de direito.

<sup>180</sup> GALVES, Marcelo Cheche. Op. Cit. 2015, p. 40.

<sup>181</sup> Idem, ibidem.

<sup>182</sup> Idem, ibidem, p. 144.

Reiteramos aqui a ideia de que a separação transcendia as distâncias político-geográficas, uma vez que era possível o trânsito direto e menos custoso com Lisboa e outras partes do ultramar, como ficou explícito no já citado caso do coronel Simplício Dias da Silva. Isso fica ainda mais claro quando consideramos que o discurso da independência no Piauí não necessariamente configurava um nacionalismo; era, antes, permeado de exclusões e interesses pessoais.<sup>183</sup> Era, porém, tão interessante para os comerciantes a liberdade do controle comercial português, quanto para Portugal a estratégica localização do Piauí diante do norte do país:

Havia uma grande dificuldade para fazer comércio através da navegação do Pará para Pernambuco, demorava em média de três a cinco meses. E até seis para a corte no Rio de Janeiro. [...] A capitania do Piauí ainda espalhava seu rebanho de gado por boa parte do Brasil, entre o norte e o sul, mas mantinha um vínculo maior com o Maranhão. Significava então que o interior e o centro do Piauí seriam a fronteira entre o novo Império do Brasil e a nova Colônia portuguesa no norte, e por conta de seus recursos, seria naturalmente disputado.<sup>184</sup>

As distâncias geográficas entre as províncias eram tão relativas quanto a noção de pertencimento a um território, tal qual imaginamos hoje. E se havia um tom patriótico no movimento revolucionário do Piauí, era consequência de uma ínfima parcela de intelectuais, como o juiz de fora Deus e Silva e o próprio Leonardo Castello-Branco, que souberam construir um discurso capaz de cooptar os piauienses. Afora a unidade proporcionada pela economia escravista, qualquer noção de identidade nacional era questionável. Estas identidades só começam a ser forjadas a partir da construção daquilo que seria o outro, da negação do elemento português, por exemplo.<sup>185</sup> Antes de ser brasileiro, importava não ser português.

As vilas fiéis a Portugal, principalmente no Maranhão, também resistiram o quanto puderam, inclusive aproveitando-se da situação. A câmara da vila de São Bernardo da Parnaíba, por exemplo, em ofício à Junta Administrativa do Governo do Maranhão noticiando a prisão de Leonardo Castello-Branco, exorta “o amor patriótico, e Systêma Constitucional em que estão os habitantes desta Villa [...]”.<sup>186</sup> Junto com o pedido de reforço, ia subentendido um pedido de promoção daquela localidade nos termos da administração

<sup>183</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. “O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823”. In: *Clio: revista de pesquisa histórica*. nº 33.2. pp. 29-48.

<sup>184</sup> Idem, *ibidem*. p. 32.

<sup>185</sup> Idem, *ibidem*. pp. 29-30.

<sup>186</sup> CÂMARA DA VILA DE SÃO BERNARDO. Ofício à Junta de Governo do Maranhão. [Manuscrito]. São Bernardo da Parnaíba, sessão de 5 de Março de 1823.

portuguesa, que seria convenientemente lembrado caso as relações com Portugal permanecessem. A mesma lógica era aplicada a alguns indivíduos que poderiam aproveitar o momento de revolução para ascender nos cargos da coroa, como fica explícito quando Severino Alves de Carvalho, comandante geral da vila de São Bernardo, em ofício para a Junta do Governo do Maranhão, destacava o “patriotismo, do Commandante do Destacamento, [...] José Antônio Correa”, cujo contato com Leonardo Castello-Branco quase o fez sucumbir, mas que “tudo lho foi [baldado], e só isto basta para V. Ex.as vêrem o merecimento daquele onrado Cidadão, e do muito, que a Nação naquela parte hé devedora ao seu firme patriotismo.”<sup>187</sup>

Com rumos incertos, a revolução era propícia ao engajamento de sujeitos que visavam títulos e graças, da mesma forma que as vilas ou lugarejos pretendiam ascender em categoria, com afirmações que garantiam que todo o povo estava empenhado em combater a independência. Para que isso acontecesse, depositavam as esperanças na campanha do major Fidié, mas a falta de informações sobre o deslocamento de suas tropas fazia aumentar ainda mais o medo entre os dois lados do conflito.

Carvalho continuava: “O ex.mo Governador das Armas do Piauí, fez a sua marcha no dia primeiro do Corrente, e athe agora ainda de nada sei, a seu respeito. Deos o queira ajudar a deitar fora aqueles malvados”.<sup>188</sup> Encerrava seu ofício reafirmando seu compromisso com a Junta do Governo do Maranhão, reiterando a necessidade de instruções e informações para frear os esforços das tropas da independência: “nada mais me ocorre prezenemente dizer a V. Ex.as pelas grandes confuzoes, de que [me vejo cercado], e só das Sabias deliberações de V. Ex.as espero todo o ricurço, para animar os meus débeis, [e fracos] conhecimentos.”<sup>189</sup>

Ao tomar conhecimento dos insurgentes em Oeiras, o major Fidié prontamente iniciou sua viagem de volta à capital, que foi interrompida em Campo Maior, onde encontrou com as tropas piauienses e cearenses, no episódio que ficou conhecido como Batalha do Jenipapo.<sup>190</sup> Este conflito armado foi fundamental para os rumos da independência, uma vez que Fidié venceu a batalha, mas não ganhou a guerra, deixando margem para a sutileza das tropas da independência de capturarem seus suprimentos, deixando-o enfraquecido e cercado em Caxias, no Maranhão, para onde fugiu logo após a batalha. Pouco tempo depois o major se renderia e a independência estaria completa.

<sup>187</sup> CARVALHO, Severino Alvez. [ofício] 10 de Março de 1823, Quartel da Vila de São Bernardo [para] Junta do Governo do Maranhão, 1 p. Comunica a prisão de Leonardo Castello-Branco.

<sup>188</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>189</sup> CARVALHO, Severino Alvez. [ofício] 10 de Março de 1823, Quartel da Vila de São Bernardo [para] Junta do Governo do Maranhão, 1 p. Comunica a prisão de Leonardo Castello-Branco.

<sup>190</sup> NEVES, Abdias. Op. Cit. 1985, p. 117.

Leonardo só foi posto em liberdade novamente após a vitória completa do movimento separatista, não se sabe se sem notícias dos acontecimentos. Clodoaldo Freitas afirma que este só tomou conhecimento da rendição do major Fidié na Bahia, quando de seu retorno ao Brasil, em 1823. O fato é que Leonardo tomou conhecimento de um decreto de junho deste mesmo ano, que concedia indulto real para todos os presos políticos, e oficiou ao rei alegando ter “sido prezo por motivo de openioens politicas”, solicitando sua liberdade:

e como V. Mag.e pelo Decreto de 6 de Junho do corrente anno se dignou Mandar pôr em liberdade a todos os presos pelo referido motivo, o [Suplicante] confiando na justiça e rectidão de V. Mag.e em favor dos opprimidos, principalmente d’aquelles que, como o [Suplicante] nas opinioens que o arrastarão a penozissima cituação a que hoje se acha reduzido, nunca se esquecerão das mais sérias concideraçoes e deveres que caracterizão o homem probro e amantíssimo de V. Mag.e e da Religião.<sup>191</sup>

Posto em liberdade, Leonardo pagou promessa feita no cárcere, e passou a se denominar como Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco. A invocação a esta titulação de Nossa Senhora, religioso que era, talvez indique a agonia que sentiu frente à incapacidade de participar do movimento pelo qual abriu mão da própria liberdade, em referência àquela que sofreu diante da crucificação de seu filho. A mudança de seu nome significava também o renascimento, um nome sem a mácula do cárcere. Muito embora mais à frente se envolva novamente em um conflito separatista, como veremos mais adiante, Leonardo adentrou o pós-independência muito mais voltado às suas questões científicas e filosóficas que políticas. Era um recomeço, muito embora saibamos que toda pretensa ruptura, tanto no sujeito quanto nos momentos históricos para fim de divisão, se mostra problemática e não menos digna de questionamentos.

É interessante, pois, perceber a configuração política do pós-independência, uma vez que a divisão comum entre brasileiros e portugueses não dá conta de explicar a interação política dos sujeitos envolvidos, na medida em que nem todos os portugueses foram impossibilitados de se realinharem ao Império de D. Pedro, da mesma forma que nem todos os brasileiros tiveram participação no mesmo. Durante o conflito era comum, como dito, a barganha de honrarias pelo desempenho dos sujeitos e das próprias vilas. Além disso, nunca foi fácil, mesmo durante o conflito, estabelecer critérios definidores dos posicionamentos políticos dos sujeitos que estavam envolvidos, que giravam muito além do simples conflito

---

<sup>191</sup> Assim consta no pedido de indulto anexo à” Ordem Régia e Certidão de Prisão em que é Réu Leonardo de Carvalho Castelo Branco e autora a Justiça”, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4269883>>. Acesso em 20/11/17.

entre gentílicos: Monarquia e República eram conceitos mais complexos e dinâmicos. “A questão parece residir no que se entendia por república no século XIX”,<sup>192</sup> ou nas imagens que se faziam do projeto de independência, algumas vezes distintas daquilo que se concretizou. Severino Alves de Carvalho ilustra bem esse quadro do pós-independência:

Outra reintegração que chama a atenção é a do tenente-coronel Severino Alves de Carvalho. Nascido na Bahia, mas radicado na região de Brejo, interior do Maranhão, Carvalho se destacou no comando das tropas que, em Brejo, Itapecuru e Alcântara lutaram contra o avanço dos independentistas. Em junho de 1823, fez publicar no *Conciliador* a relação dos “beneméritos oficiais”, “verdadeiros portugueses”, que na vila de São Bernardo da Parnaíba resistiram até quando puderam ao cerco de “mil e duzentos facciosos”. Por portaria de Costa Barros, Carvalho assumia agora o comando do 2.º Batalhão de Milícias de São Bernardo do Brejo.<sup>193</sup>

O fato é que a presença de estratos sociais indesejados, como negros e índios, deveria ser estancada junto com qualquer ideal de republicanismo. Por todo o século XIX iria se construir uma imagem negativa em torno dos acontecimentos que o Piauí comungou, delegando aos poucos o caráter de barbárie aos sertões. “Afinal, naqueles Sertões, rebelava-se ‘uma massa enorme de homens ferozes, sem moral, sem religião e sem instrução alguma, eivados de todos os vícios da barbaridade! [...]. Nem o sexo, sem a idade, nem a propriedade, nada respeitavam!’”.<sup>194</sup> Para o projeto de império nascente, era tão importante se distanciar dos sertões da barbárie quanto das repúblicas latino americanas,<sup>195</sup> e nesse caso o conservadorismo era o progresso.

Talvez isso dê resposta ao inconformismo de Clodoaldo Freitas sobre a falta de reconhecimento do Império em relação aos feitos de Leonardo Castello-Branco,<sup>196</sup> uma vez que, liberto, só voltou ao Piauí após dois anos, depois de passar pela Bahia e Pernambuco, e neste último se envolvendo na revolução de 1824, atraindo piauienses para apoiar a Confederação do Equador. Sendo preso e remetido novamente ao Maranhão, o fato de seu retorno ser marcado pela participação em um movimento separatista e republicano explica a omissão por parte do Império.

O rompimento com Portugal, longe de representar uma pátria livre, consolida a divisão de classes e os interesses da elite comercial, numa contra revolução responsável por conter os

<sup>192</sup> GALVES, Marcelo Cheche. Op. Cit. 2015, p. 309.

<sup>193</sup> Idem, ibidem, p. 397.

<sup>194</sup> MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 124.

<sup>195</sup> DIAS, Claudete Maria Miranda. “A ‘Independência para Inglês ver’”. In: R. Mestr. Hist., Vassouras, v. 4, n. 1, 2001/2002, p. 87.

<sup>196</sup> FREITAS, Clodoaldo. Op. Cit. 2012, p. 81

ânimos mais exaltados. Como vimos, Portugal não assistiu alheio, mas o movimento que teve seu ápice em 1822 foi muito mais complexo que os ditames da estrutura colonial tal como era pensada pela metrópole. De fato, a emancipação administrativa proporcionou uma liberdade aos escravocratas, latifundiários e grandes comerciantes, mas sem alterar a estrutura social e beneficiando um restrito grupo, foi se caracterizando uma “independência para inglês ver”.<sup>197</sup>

---

<sup>197</sup> DIAS, Claudete Maria Miranda. Op. Cit. 2001/2002, p. 112.

## PARTE II – LEONARDO CASTELLO-BRANCO, RACIONALISTA

Por ti suspiro, Eterna Sapiência!...  
 Minhas instantes súplicas ouvistes,  
 Oh bom Deus dos Cristãos! Meu também sempre!  
 Possa eu louvar-Vos séculos de séculos!...  
 Deusa! Estimável Deusa! Sapiência,  
 Meus votos ouve; pois prezei-te sempre!  
 A minha empresa vês: vês meu perigo:  
 Ou toma a causa a ti, ou presta as armas,  
 Com que do Ímpio vencedor me veja!<sup>198</sup>

### 3. “SEM AULICOS ESTUDOS, MIL ARCANOS DESCOBRIU”: O IMPÉRIO DA CIÊNCIA

Preso pelo visconde da Parnaíba por ocasião da revolução de 1824, mais um ano de prisão pode ter confirmado em Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco a desilusão ou pelo menos a indisposição para a vida política. No entanto, nosso sujeito deixou novamente o ambiente doméstico, após retornar muito brevemente, para dar início a uma série de viagens com a finalidade de aprofundar seus estudos, como indica Sacramento Blake.<sup>199</sup> Na verdade, os estudos de que dispunha versavam apenas sobre latim, português, matemática, física e geografia, através do ensino humanista possibilitado pela instrução que seu pai teve em colégio jesuíta, como dito anteriormente. Sua ida para Lisboa em 1833 é, em partes, para suprir essa necessidade. Depois disso, Leonardo só retorna ao Piauí duas vezes, em 1850 e em 1859, definitivamente.

A priori, suas aventuras nos levantam diversos questionamentos, dentre os quais a trajetória de sua esposa, Judith da Mãe de Deus Castelo Branco. Apesar de não termos maiores informações sobre seu casamento, além de que teria acontecido em tenra idade, o histórico de casamentos da família Castelo Branco indica que geralmente estes enlances aconteciam com a finalidade de manter ou mesmo aumentar seu poder e influência. A menos que se trate de uma exceção, sua esposa também deveria advir de família abastada. Em todo caso, suas viagens indicam que sua esposa ficou encarregada de administrar sua fazenda, o que parece ter feito com sucesso, visto que Clodoaldo Freitas só indica sua falência por ocasião de sua obsessão com os intentos mecânicos, já próximo de sua morte, quando voltara

<sup>198</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. *Poema filosofico, O Ímpio Confundido, ou refutação a Pigault LeBrun*: em que se demonstra innegavelmente pela filosofia, e pela historia, a existencia de deos, e a verdade da religião catholica. Lisboa: Tipografia da Viuva Silva e Filhos, 1837, p. 177.

<sup>199</sup> SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Volume 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 298-300.

definitivamente ao Piauí.<sup>200</sup> De qualquer modo, são hipóteses válidas para uma realidade em que os documentos históricos negligenciam a participação das mulheres, colocando no centro o heroísmo de Leonardo e deixando nas entrelinhas a atuação de sua companheira com quem teve nove filhos.

Sua saída do Piauí nos demonstra não a falta de circulação de sujeitos, ideias e ciência aqui, mas a busca de um maior aprofundamento sobre as questões científicas, especialmente sobre seus intentos em torno da construção de máquinas mecânicas. Essa busca reflete toda a política, discutida na primeira parte deste trabalho, que direcionou a construção de ciência na dicotomia metrópole/colônia, segundo a qual o reino deveria concentrar a produção científica e às partes caberia a reprodução. Assim, a falta de um conhecimento mais aprofundado em determinadas questões era uma deficiência do Piauí, mas não pelo determinismo que o apresenta como um espaço prático onde a vida na fazenda e no curral requer o abandono das letras, mas assim o era aqui e na maior parte do Brasil. Exceto em alguns poucos centros urbanos aonde as academias vão se instalar, o restante do território sofreu com a carência ocasionada pelas políticas centralizadoras do reino.

O que devemos perceber, contudo, é que a pretensa dicotomia metrópole/colônia se baseava na centralização da construção do saber europeu, que (assim como percebemos em todo o decorrer deste trabalho) esbarrou com o contato entre as diferentes sociedades que, à revelia da ciência europeia, também produziam conhecimento. Leonardo, apesar de ter ido buscar fontes em Lisboa, é um bom exemplo disso, na medida em que é fruto da circulação dessas ideias no Piauí.

O empreendimento colonial homogeneizador não conseguiu barrar o inevitável trânsito de informações e técnicas que vão ser institucionalizadas no pós-independência no sentido de firmar uma nação independente também no âmbito intelectual. Estas trocas entre o global e o local afetavam a forma como o processo de ocidentalização (tal qual o de difusão da Revolução Científica europeia proposto por George Basalla) sofria resistência, contrariando a ideia de que todo o conhecimento “colonial” era construído pelo contato com a ciência europeia e à sua luz.<sup>201</sup> Assim a inexistência de centros científicos não impedia a circulação de ideias que fomentavam a prática científica, possibilitando a saída em busca de novas perspectivas, tal qual aconteceu com Leonardo, ainda que este tenha bebido em grande medida das ideias em voga na Europa.

---

<sup>200</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Vultos Piauienses: apontamentos biográficos*. 3 ed. Teresina: APL/EDUFPI, 2012. p. 82.

<sup>201</sup> BASALLA, George. Op. Cit. 1967.

Neste sentido, buscamos perceber uma ciência transnacional dentro de uma nova concepção de limites geográficos, já delimitados pelos nacionalismos, pela qual a construção do conhecimento circula, valorizando os atores e as redes construídas nos mais diversos contatos.<sup>202</sup> Ainda que este conceito mereça ressalvas para que não deixe transparecer relações suaves e abertas entre estas fronteiras nem sempre transponíveis, o mesmo dá conta de perceber a multidirecionalidade da ciência, analisando não apenas a disseminação dos ideais científicos como no processo de ocidentalização e de legitimação da ciência europeia, mas nas próprias interações comunicativas que (trans)formavam o pensar científico, para além de suas fronteiras geográficas e culturais.

Estas ressalvas se manifestam na preocupação em afirmar que qualquer circulação pode se apresentar de maneira enganosa, na medida em que requeriam grandes esforços, negociações e desordens, chamando atenção ainda para o fato de que nem tudo circulava igualmente. Lembremo-nos, portanto, de que qualquer contato neste sentido é em grande medida fruto de um conflito de interesses, no qual as relações podem ser assimétricas quando pendentes para a discordância.<sup>203</sup> Vejamos um pouco destes contatos estabelecidos já no continente europeu.

### 3.1. Redes, contatos e espaços

Em Lisboa, Leonardo hospedou-se, ao menos inicialmente, na casa do ministro plenipotenciário do Brasil, Antônio de Menezes Vasconcellos de Drumond, o que justifica as sucessivas referências ao dito ministro em suas publicações, como veremos. Nascido no Rio de Janeiro, Vasconcellos de Drumond exerceu ofício na Chancelaria do Reino e obteve o Hábito de Cristo, além de uma tença de doze mil réis, como afirma Sacramento Blake.<sup>204</sup> No entanto, em 1821, durante sua estada em Portugal, soube dos movimentos separatistas que ocorriam no Brasil e prontamente veio tomar partido pela independência, inclusive fundando o periódico político *O Tamoyo*,<sup>205</sup> compartilhando os ideais políticos de Leonardo. O reconhecimento do Império no pós-independência garantiu-lhe uma carreira diplomática notável, findando no cargo de ministro plenipotenciário do Brasil em Portugal. É notável nas suas obras e manuscritos o interesse por questões relativas à história, e sua coleção enriqueceu o acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual era sócio.

<sup>202</sup> TURCHETTI, Simone; HERRAN, Néstor; BOUDIA, Soraya, “Introduction: have we ever been ‘transnational’? Towards a history of science across and beyond borders”, *The British Journal for the History of Science*, v. 45, n. 3, September 2012, p. 319-336.

<sup>203</sup> FAN, Fa-Ti, Op. Cit. 2012.

<sup>204</sup> SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. Op. Cit. 1899.

<sup>205</sup> Periódico político fundado no Rio de Janeiro em 1823 por Antônio de Menezes Vasconcellos de Drumond.

Decerto, o contato entre Leonardo e o ministro Vasconcellos de Drumond, envolvendo suas ideias e leituras, resultou em canais para os quais nosso sujeito chegasse a determinados espaços. Por volta de 1841, o dito ministro envia para o IHGB um manuscrito intitulado *Thesouro descoberto no máximo Amazonas*, cuja parte foi publicada na Revista Trimestral de História e Geografia do mesmo instituto. Na ata da 70ª sessão, de 13 de setembro de 1841, acusa-se o recebimento de uma cópia da sexta parte do dito manuscrito, juntamente com um parecer sobre este escrito por Leonardo Castello-Branco.<sup>206</sup> Buscamos nas edições seguintes outras partes do manuscrito ou mesmo o próprio parecer, mas não encontramos outras publicações nesta revista. Ao que parece, tal manuscrito e parecer serviriam para enriquecer os arquivos do IHGB. Importa que, pelo contato estabelecido, Leonardo chega até um dos maiores espaços de difusão da ciência no império do Brasil.

Escrita “sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional” e sob a proteção de D. Pedro II, a Revista Trimestral de História e Geografia trazia a produção dos seus sócios, além de contribuições de sujeitos que tivessem contato com aqueles, tendo uma relação muito próxima com outras revistas de circulação de ciência e ideias. Inclusive o próprio IHGB é fundado em 1838, por iniciativa de sócios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Esta, forjada nos ideais da ilustração, reunia cientistas, letrados e homens de negócios em torno de questões científicas para o progresso do país, alinhada à discussão feita no primeiro capítulo deste trabalho, sobre quando o papel da ciência é realocado a partir das ciências naturais, distanciando-se da humanística e atrelando-se ao conhecimento como poder.

A SAIN fazia circular projetos, máquinas e artigos de descobertas científicas no sentido de contribuir com a prosperidade nacional, como consta em seus estatutos. Baseando-se na ideia de aptidão agrícola brasileira, construída ainda durante o período colonial, as discussões buscam constantemente converter a agricultura rotineira em uma atividade “moderna” e “revigorada”, dentro de um movimento maior de consolidação de uma nação independente e civilizada, buscando reconhecimento através da institucionalização mesmo da ciência.<sup>207</sup> A fim de “popularizar” as novas técnicas discutidas, lançou a revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*, uma “collecção de memorias e noticias interessantes aos fazendeiros,

---

<sup>206</sup> SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. *Revista trimestral de História e Geografia*: ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1841, p. 367.

<sup>207</sup> BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens”. *XIII Encontro de História ANPUH-RIO / Identidades*. (online). Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://encontro2008.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares#P>>. Acesso em 16/06/18.

fabricantes, artistas, e classes industriosas no Brasil [...]”.<sup>208</sup> Além destes, a revista trazia traduções de artigos estadunidenses, franceses e ingleses. Constam inclusive alguns artigos reproduzidos de outro periódico ligado à ciência útil, *O Patriota*, o que ressalta a proximidade entre estes canais de difusão da cultura científica no Brasil, para além da temporalidade.

Era importante localizar o Brasil na discussão ocidental de ciência, daí a importância destes periódicos na consolidação desta nação recém-independente. *O Patriota* foi um dos periódicos que teve menor duração, apenas entre os anos de 1813 e 1814, mas teve igual importância em levar as verdades “úteis” e demonstrou que esta linha de propagação da ciência conhecimento ligando o país ao cenário internacional,<sup>209</sup> dando espaço aos homens de letras, vem ainda do período colonial.

Isto corrobora com o nosso posicionamento em não dividir os momentos vivenciados pelo nosso sujeito a partir da divisão dos períodos históricos, uma vez que estas rupturas não encerram movimentos mais amplos como, por exemplo, a circulação de saberes escravistas que sustentaram a agricultura no período colonial e também no Brasil império.<sup>210</sup>

Contudo, estes periódicos serviam também para demonstrar a forçosa aproximação entre a ciência brasileira e o que se pensava na Europa. O próprio IHGB foi inspirado, se não copiado, no modelo francês. Um contínuo diálogo entre a “Europa iluminista” e o Atlântico, na mais fidedigna tradução da ilustração, relacionando técnicas, máquinas e memórias dos homens de letras no estilo enciclopédico.<sup>211</sup>

A circulação do *Patriota* entre 1813 e 1814 denuncia também a mudança de eixo das relações coloniais, de quando o próprio Brasil se torna o centro, recebendo a família real em 1808. Neste contexto, também vai se propor aqui no Brasil uma ciência voltada para o progresso (mais nítida a partir de 1808), a ser incorporada pela elite que busca se legitimar através do prestígio científico que vai se firmar com as novas diretrizes proporcionadas pela presença da família real.

Desta forma, os autores presentes nestas revistas fazem parte da elite ilustrada brasileira. Eram na verdade senhores de terras e de escravos que afirmavam a predisposição agrícola através da ciência, requerendo novas técnicas para esta atividade que se pretendia

<sup>208</sup> O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro: SAIN, vol. 13, 1845.

<sup>209</sup> Para mais informações e bibliografia sobre “O Patriota”, conferir a página eletrônica *Brasiliiana*, disponível em: < <http://www.fiocruz.br/brasiliiana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=33&sid=21>>. Acesso em 16/06/18.

<sup>210</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. “A Ilustração luso-brasileira e a circulação de saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, out.-dez. 2009, pp. 855-880.

<sup>211</sup> KURY, Lorelai. “A Ciência útil em *O Patriota* (Rio de Janeiro, 1813-1814)”. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul./dez. 2011, p. 116.

moderna, inovações estas que sempre esbarravam no que essa elite tinha de mais atrasado: a utilização de mão de obra escrava. *O Patriota* assume então, dentro deste novo centro que era o Rio de Janeiro, o papel de inserir o Brasil num todo maior através da linguagem homogeneizadora (leia-se eurocêntrica) da ciência, juntando diversos homens de letras e distintas noções de iluminismo.<sup>212</sup>

A questão da tradução de artigos e periódicos europeus para publicação aqui no Brasil também suscita uma discussão interessante, na medida em que questionamos a efetividade de tais traduções e sua popularização, uma vez que, principalmente na agricultura, as experiências de sujeitos em trânsito eram mais valorizadas. Exemplo disto já foi explicitado no decorrer deste trabalho, quando das semelhanças de técnicas de cafeicultura entre o Brasil e São Domingos.<sup>213</sup>

São contextos mais ou menos compartilhados entre a maioria destes espaços de difusão da ciência, mas principalmente pela SAIN, que irá inclusive (apesar do estatuto privado) atuar como órgão de conselho do império. Desta forma, o *Auxiliador* era também espaço de publicação de compêndios, memórias, descobertas, nacionais e internacionais.

### 3.2. Técnicas e saberes: as abelhas do Piauí

Em 1845, Leonardo Castello-Branco publica no periódico *O Auxiliador* um tratado descritivo intitulado “Memória acerca das abelhas da província do Piauhy no império do Brasil”, oferecendo-o ao ministro Antônio de Menezes Vasconcellos de Drumond, ainda em 1842. Com uma escrita voltada aos detalhes, Leonardo Castello-Branco descreve as mais diversas informações sobre as abelhas existentes no Piauí, bem como de outras espécies localizadas nos limites territoriais com o Ceará, ressaltando a diversidade de nomes, comportamentos e utilidades e cada uma das vinte e quatro espécies catalogadas.

Tão interessado na descrição dos hábitos naturais das abelhas, Leonardo Castello-Branco volta-se, igualmente, para aqueles que tivessem interesse na domesticação destes insetos, inclusive defendendo métodos mais adequados para a região que aqueles utilizados na Europa, quando indica o uso de caixões para a disposição das abelhas ao invés dos cortiços europeus.<sup>214</sup>

Trata-se de um considerável espaço na dita revista, totalizando vinte e quatro páginas, das quais tem grande destaque a espécie *tiúba*, que ocupa seis daquelas páginas. Pelo que se

<sup>212</sup> KURY, Lorelai. Op. Cit. 2011.

<sup>213</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. Cit. 2009.

<sup>214</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. “Memória acerca das abelhas da província do Piauhy no Império do Brasil”. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 13, 1845, p. 52.

percebe, o autor observou em viagens pela província o funcionamento e a organização destas colmeias, além da engenharia dos habitats, de forma a dissecar e moldar com a maior fidelidade possível um ambiente artificial capaz de domesticar as espécies com o maior proveito, “pois que as via neste acto horas e horas”.

É necessário que os cortiços, ou caixões destinados para morada d’estas abelhas, sejam postos bastantemente elevados da superfície da terra, pelo menos de nove a dez palmos, e ainda mais, por quanto este é o gosto d’ellas, como se observa nos bosques e mattas, onde suas moradas nos ocios das árvores jamais são de menos d’esta altura, e o ordinário é ver de trinta a quarenta palmos, mas nunca em galho fino, porque querem caza assás espaçosa, que tenha approximadamente um palmo de diâmetro, e de quatro para cima de comprimento: nós costumamos pôr os caixões em posição horisontal, por ser assim mais comodo.<sup>215</sup>

E intrigado com a destreza das abelhas em trabalharem e controlarem o fluxo de entrada e saída, indagou: “A vista disto ainda haverá philosopho que pense que estes bichinhos tenham o preciso entendimento para a sua conservação?”.<sup>216</sup> Este trecho apresenta-se ambíguo, se levarmos em consideração o contexto da narrativa que o autor desenvolve, exaltando a natureza pela sua perfeição. No entanto, pode demonstrar como o mesmo apresentou suas observações de forma a explicitar a dependência das abelhas à domesticação para que se tornassem úteis dentro da lógica do progresso.

Tal hipótese pode ser confirmada pela descrição da abelha *urussui*, que por fazerem morada em locais próximos à superfície da terra estavam sujeitas aos “camponezes”, às lagartixas e ao papa-mel. Não apenas a abelha está aqui como indefesa e carente de técnicas que a façam mais útil, mas também as classes sociais que estão fora do círculo científico europeu progressista, que não conseguem se preocupar senão com o tempo presente, acabando com a “abundância” que possibilitaria o acúmulo e a inserção destas espécies numa lógica mercantilista:

Este barbaro e estragador comportamento dos taes camponezes (que são os Indios e a gente de côr, com pouca excepção), e dos escravos, é entre elles practica geral para com todas as abelhas, cuja morada descobrem nas suas correrias d’este gênero, a que chamão *ir melar*: e por isso a abundancia primitiva das abelhas vai a diminuir acceleradamente, e tempo virá que serão raríssimas, para o que contribue muito também o descuido dos homens ricos

<sup>215</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. Cit. 1845, p. 52.

<sup>216</sup> Idem, ibidem, p. 52.

em terem seus colmeaes, d'onde sahirão todos os annos muitos enxames, que supprirão esses estragos.<sup>217</sup>

Não apenas essas classes são responsáveis pela incoerência com a lógica de acúmulo, como sugere o autor, mas também o são os “homens ricos”, aos quais dirigiu suas observações, por não empregarem as técnicas suficientes para multiplicarem os enxames e repararem tais faltas. Por isso não classifica as abelhas apenas pelas características próprias à cada espécie, mas também pela utilidade em criá-las, segundo a quantidade, qualidade e praticidade. E Leonardo falou também como um destes homens ricos a quem se dirige, indicando sua posse de um “bom colmeal”, no qual desenvolveu as observações necessárias para a firmar que o *samborá*<sup>218</sup> não se transforma em mel como acreditava o “povo rude”, mas serve de alimento para os “filhos, em quanto estes estão encerrados nos pequenos casulos”.<sup>219</sup>

Não fica claro a quem Leonardo denominou “povo rude”, uma vez que voltou a tecer críticas aos saberes populares quando se referiu à lenda pela qual quem comia o mel de certa abelha e dizia “*vamo-nos embora*” morria, daí o nome *feiticeira* para designar esta espécie. Na verdade este compêndio não se interessou em nenhum momento pelas características culturais que envolviam estas abelhas em solo piauiense, o que fica nítido na dúvida expressada por Leonardo quanto à origem do termo *mangangá*, que o autor não sabia se “pertencente à língua dos pretos d'África, ou dos Brasileiros indígenas, o que hoje se acha adoptado pelos brancos”.<sup>220</sup> Quanto à “gente de cor” e aos pretos da África, não especificou o tema escravidão, apesar de em outra obra ter se posicionado docilmente, citando etíopes que, lutando contra a preguiça,<sup>221</sup> ao fumarem seus cachimbos esqueciam das suas intempéries.<sup>222</sup> E mais ainda, em comparação com a natureza, asseverou que o mal de uns é o bem do “Homem”.<sup>223</sup>

Para além da utilidade, aliás, Leonardo só conseguiu perceber um aspecto: o naturalismo religioso. Nas páginas que dedicou à espécie *tiúba*, sua análise teceu uma forçosa aproximação entre a valorização dos aspectos naturais, a exaltação devota da criação, e o determinismo em confiar aos homens o proveito das abelhas. Pelo ciclo natural, assim, o mel

<sup>217</sup> Idem, ibidem, p. 58-9.

<sup>218</sup> Pólen das flores que apresenta uma substância amarela e pouco ácida.

<sup>219</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. Cit. 1845, p. 54.

<sup>220</sup> Idem, ibidem, p. 69.

<sup>221</sup> Em uma nota de rodapé, Castello-Branco afirmou que a “casta negra” era inclinada à preguiça, tanto que, quando postos em liberdade, somente à ela se entregavam completamente. CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. *Poema filosofico, O Ímpio Confundido, ou refutação a Pigault LeBrun*: em que se demonstra innegavelmente pela philosophia, e pela historia, a existencia de deos, e a verdade da religião catholica. Lisboa: Tipografia da Viuva Silva e Filhos, 1837.

<sup>222</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. Cit. 1837, p. 31.

<sup>223</sup> Idem, ibidem, p. 78.

seria extraído das flores e das árvores derivaria a cera, esta que sustenta os reservatórios das colmeias, daí a ideia do autor de que se trataria do melhor vaso para se guardar o mel extraído, até que este venha a “ter ultimamente às mãos dos homens, segundo o Creador Universal havia mui bem previsto”.<sup>224</sup>

Em alguns pontos de sua escrita, chega inclusive a comparar o comportamento das abelhas à moral humana. Para além da perfeição e da organização, que “jamais deixarão de ser digno objeto das meditações e assombro do homem pensador”,<sup>225</sup> que deveriam servir de exemplo, os homens sobretudo deveriam evitar se comportarem como as abelhas inimigas. Este era o caso da abelha *limão*, cujo nome fazia referência à acidez e ao cheiro do seu mel. Sobre as contendas que observou entre esta e a *tiúba*, relatou:

[...] porém como os enxames dos Limões são mui grandes, e continuam a investir, vencem finalmente, porque os moradores, não podendo suportar o seu mau cheiro, lhe cedem a caza, se não tem tempo de fecharem a porta, e o Limão toma posse d’ella, mas tão somente para desfructar em ócio o que ahi os proprietários tinham a juntado à força de trabalho. Não me admira que os irracionaes, que só attendem à sua conservação phisica, e não tem conhecimento dos deveres moraes, procedam d’este modo, mas que o homem faça outro tanto, e aos seus semelhantes, é uma mancha bem vergonhosa, e falta indesculpavel.<sup>226</sup>

Sem dúvidas, ressaltou a inutilidade da criação desta espécie, para a qual compensava ainda mais extingui-las. Percebe-se que o grau de utilidade dependia também da disposição das espécies em serem domesticadas, tendo em vista comportamentos como por exemplo a da *preguiçosa*, que entra sem cerimônia nas colmeias de outras espécies e lhes rouba o mel. A indicação do autor dependia ainda do ritmo de trabalho das abelhas em relação ao sol, da altura e tamanho dos caixões, da quantidade e da qualidade do mel e da cera fabricados, dentre outros. A espécie *Miguel de breu*, por exemplo, era útil não pela quantidade de mel que conseguia produzir, irrisória, mas pela qualidade e o sabor de sua geleia. Já a *Moça branca*, que produzia mel em pouca quantidade e de mesma qualidade de outras espécies que produziam mais rapidamente, não mereceu nem o interesse pela criação, “e nem mesmo uma descrição histórica mais extensa”.<sup>227</sup>

Havia as abelhas ofensivas, como a *tataíra amarela*, que possui um humor caustico forte o suficiente para queimar qualquer parte do corpo com que entre em contato, a ponto de

<sup>224</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. Cit. 1845, p. 53.

<sup>225</sup> Idem, ibidem, p. 55.

<sup>226</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. Cit. 1845, p. 63-4.

<sup>227</sup> Idem, ibidem, p. 62.

causar febre e, no caso de contato com os olhos, cegueira, “se não acode logo a lavar com leite, ou mesmo com agua, em falta do leite, principalmente leite de gente”.<sup>228</sup> Ou ainda a *sanharó*, que produz um chiado agudo capaz de assustar os cavalos dos viajantes, além de estragar algumas flores e frutos. Mas havia também as abelhas utilizadas para fins medicinais, segundo o autor observou a melhora de doentes de mal venéreo que tomaram “em água os casulos dos filhos mais novos destas abelhas”,<sup>229</sup> ou a *mosquito grande*, que tinha “fama de ser medicinal”.<sup>230</sup> Havia as que serviam no ofício de sapateiro. Ou ainda as que eram tão indefesas a ponto de precisarem da ajuda do autor durante as observações:

Tem estas abelhas, e todas as de vôo pouco rápido, hum formidavel inimigo no passaro que chamamos Bentevi, o qual he do tamanho de uma Rôla do Brasil, e menor que as de Portugal; e isto sem fallar nos outros dois inimigos, que já mencionei acima, e que são o Papa-mel e a Lagartixa. O tal Bentevi pousa em alguma arvore defronte da colmea, e d’ahi espreita occasião de fazer a sua preza: era portanto necessário que eu sahisse com a minha espingarda em socorro das perseguidas abelhinhas.<sup>231</sup>

Leonardo conclui seu compêndio lamentando o pouco proveito que se tira de tantas riquezas de que dispõem os brasileiros, que só tratam “indiscretamente de gozar o presente, sem olhar para o futuro; e por isso em todos os ramos de riquezas públicas naturaes não se vê senão huma estúpida e cruel devastação”.<sup>232</sup> Compêndios como este eram bastante valorizados para darem conta das potencialidades do império, por exemplo no contexto das Exposições Nacionais e Universais, grandes eventos que reuniam as descobertas e técnicas científicas, além de objetos, fauna, flora, etc. A SAIN, que mantinha a revista na qual este compêndio foi publicado, chegou a organizar a primeira Exposição Nacional, em 1861, no Rio de Janeiro, mas a primeira participação da província do Piauí nas exposições nacionais data de 1866,<sup>233</sup> quando enviou entre seus produtos cera de abelha.<sup>234</sup>

---

<sup>228</sup> Idem, ibidem, p. 66.

<sup>229</sup> Idem, ibidem, p. 56.

<sup>230</sup> Idem, ibidem, p. 66.

<sup>231</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. Cit. 1845, p. 60.

<sup>232</sup> Idem, ibidem, p. 72.

<sup>233</sup> CUNHA, Matheus da; GALVÃO FILHO, Rafael Arcanjo. *Catálogo da Segunda Exposição Nacional, 1866*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1866, p. 486.

<sup>234</sup> As exposições subsequentes não citam abelhas do Piauí especificamente, antes colocando outras províncias como principais produtoras, mas no “Catálogo dos productos do Estado do Piauí da Exposição Nacional de 1908” consta o envio de garrafas de mel da espécie *tiúba*, à qual Leonardo dedica a maior parte de seu compêndio. O catálogo demonstra que ainda no século XX se sente a necessidade de inserir as abelhas do Piauí no mapa do progresso, afirmando que a “apicultura não é ainda desenvolvida no estado, mas em suas florestas abundam abelhas de uma imensidade de variedades, algumas produzindo mel saborosíssimo e de grandes propriedades medicinaes”, corroborando com a visão de Leonardo.

Ainda sem a devida distinção entre ciência teórica e ciência aplicada, e baseado na lógica operacionalizada neste trabalho segundo a qual conhecendo as leis da natureza se potencializaria a vida dos homens, Leonardo Castello-Branco estava ao mesmo tempo interessado na filosofia naturalista e nos aspectos práticos de seus estudos sobre mecânica, como iremos perceber mais adiante.<sup>235</sup> E neste caso, vale lembrar que a distância dos centros europeus pode representar vantagem quanto à pesquisa *in loco*, posteriormente publicada no próprio Brasil, em um processo próprio do início do século XIX, pelo qual toda uma geração de homens de ciência passaram a criticar a falta de ambição e racionalidade em tornar mais rentáveis os produtos naturais, processo este absorvido pelos homens de ciência do Brasil.<sup>236</sup>

Para além de se conhecer a ciência, era necessário “refundar o próprio conhecimento”, buscando lugar nas disputas científicas internacionais,<sup>237</sup> independente da coleta e análise de viajantes, cujos resultados nem sempre voltavam ou circulavam. A ciência não é, pois, um campo neutro; atrelado à política e às disputas, é também um “espaço de afirmação de poder”.<sup>238</sup>

### 3.3. Contatos literários e experiências religiosas

Residindo por alguns anos em Lisboa, Leonardo Castello-Branco entrou em contato não apenas com sujeitos que lhe possibilitaram adentrar espaços privilegiados, como ressaltado neste trabalho, mas também com obras que lhe ataçaram o espírito, a exemplo de *O Citador*, tradução de *Le Citateur*, do escritor francês Charles Antoine Guillaume Pigault de L’Espinoz. Assinada pelo pseudônimo Pigault LeBrun, a obra foi publicada originalmente em 1815, em dois volumes, mas foi lida por Castello-Branco a partir da tradução para o português em 1834. Com um tom ácido e direto, LeBrun visou a construção de antíteses aos eventos e personagens históricos da bíblia, citando (daí o título da obra) diversos fatos que demonstravam a fragilidade das narrativas que fundaram o cristianismo.

Sua análise centrou-se no cristianismo, mas buscou nas suas raízes judaicas os elementos capazes de sustentar suas críticas. Ao tempo em que associou inúmeras passagens bíblicas a antigos relatos, mitos e fábulas (que só o são justamente numa visão eurocêntrica e

<sup>235</sup> KURY, Lorelai. “Auguste de Saint-Hilaire: viajante exemplar”. *Intellèctus*, ano II, pp. 1-11, 2003. Disponível em: <<http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano2n1/Texto%20de%20Lorelai%20Kury.pdf>>. Acesso em: 28/05/18.

<sup>236</sup> KURY, Lorelai. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, supl. 1, pp. 109-129, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702004000400006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000400006)>. Acesso em 28/05/18.

<sup>237</sup> KURY, Lorelai. Op. Cit. 2004, p. 125.

<sup>238</sup> Idem, *ibidem*, p. 126.

cristã), foi incisivo a ponto de afirmar que era preciso ser imbecil para que se pudesse ser cristão.<sup>239</sup> Percebemos em toda a obra a construção de uma narrativa que vai colocando o cristianismo, quando muito, como uma reescrita da história antiga. Segundo LeBrun, a descrição histórica e os eventos protagonizados por Moisés em muito se assemelham à fábula do antigo Baccho, podendo mesmo ter havido nela inspiração para se retratar Moisés a partir de preceitos cristãos. Além disso, havia também paridades e analogias entre os seus dias do gênesis e a divisão dos fenícios e caldeus.<sup>240</sup> Dessa forma, o cristianismo nada traria de novo:

Foé, deus dos Chinas, nasceu d'uma virgem fecundada por um raio de sol; Christo nasceu d'uma virgem fecundada pelo Espirito santo. Xaca, Brama e Sammonocodom forão encarnados. Vitsnou encarnou quinhentas vezes; Christo uma só, o que é bem pouco à vista d'aquelle ultimo, como todos convirão. Os Christãos vanglorião-se com a sua revelação, e com razão; pois uma religião revelada mesmo por Deus não é para desprezar-se. É pena que o Indio muito antes tivesse dito que Brama veio revelar o culto, que mais lhe agradava; que o Escandinavo tenha dito outro tanto do seu terrível Odin, e o Preuviano de Manco-Copac! “O Indio, o Escandinavo e o Periviano mentirão, dirá talvez algum padre mestre, não é a essa casta de gente que Deus se digna a revelar-se. [...]”<sup>241</sup>

LeBrun continuou afirmando a proximidade entre o cristo ressuscitado e o caso de Osíris, ou ainda o batismo cristão ao banho no Ganges, que da mesma forma lavava o corpo e a alma dos pecados. “A predestinação no christianismo é o fatalismo dos Gregos”, afirmou.<sup>242</sup> Comparou os antigos rituais de beijo ao prepúcio aos seus contemporâneos escândalos sexuais dos padres que “em segredo” praticavam aquilo que condenavam. Questionou o poder de deus frente a um diabo que tinha o poder de carregá-lo em tentações, em referência à quando o demônio tentou Jesus no deserto mostrando-lhe todos os reinos da terra. Enfim, somente na moral do evangelho LeBrun ressaltou pontos positivos, mas mesmo aí via precedentes:

Jesus disse: Não faças aos outros o que não quizeras que os outros te fizessem; e antes Zoroastres tinha dito: Faze aos outros o que tu quizeras que os outros te fizessem: quando duvidares se uma acção é boa o má abstem-te de a praticar. Confuncio também tinha dito: Esquece as injurias, e lembra-te só dos benefícios. Sammonocodom disse: Não falles senão de justiça, e não trabalhes senão para ella. Seneca disse: Se queres ter Deus por ti, sê justo; honra-se-o imitando-o. Tambem do Alcorão eu citaria algumas passagens; mas como sou chronologista sei que Mafoma é posterior a Jesus. Por fim de tudo podemos afoutamente concluir que tudo o que o christianismo tem de

<sup>239</sup> LEBRUN, Pigault. *O Citador*. Tomo primeiro. Rio de Janeiro, Casa de Souza & Cia., 1834, p. 2.

<sup>240</sup> Idem, *ibidem*, p. 7.

<sup>241</sup> LEBRUN, Pigault. Op. Cit. 1834, p. 13-14.

<sup>242</sup> Idem, *ibidem*, p. 23.

invenção própria é a Eucharistia. Com effeito só os Christãos imaginárão que se podia comer Deus, encerrar o infinito no estomago, dirigi-lo, e lanca-lo de nós para fóra, todos sabem por onde.<sup>243</sup>

Apesar das críticas contundentes, Le Brun não duvida da existência de Deus, apenas questiona as narrativas institucionalizadas em torno dele, como ele mesmo afirma: “Um sábio da antiguidade disse, que Deus era um circulo, cujo centro está por toda a parte e cuja circumferencia em nenhuma. Senhores Doutores da Igreja, quando poderem conceber idéas como esta, poderão fallar diante de gente.”<sup>244</sup> Questionava-se os atos de Deus em excitar Cain contra Abel, ou ainda sua noção da possibilidade do pecado de Adão e sua permissão para tal, ou das suas promessas à Abraão, mesmo quando seus filhos só estiveram no Egito enquanto escravos. Enfim, questionava-se todas as contradições contidas no livro que dá base ao cristianismo, e que LeBrun reconhecia historicamente construído e localizado.

Por isso direcionou sua narrativa de forma a demonstrar a impossibilidade de Moisés ter escrito o pentateuco<sup>245</sup>, diante de suas condições históricas e, mais ainda, da impossibilidade da maioria dos fatos retratados nestes livros terem acontecido no deserto, onde se passam boa parte deles, chegando a uma conclusão:

Moysés não escreveu; seus livros são por tanto apocryphos; e como n’elles se funda a religião judaica, por terra fica o edificio. Desejára saber a que ramo se agarra agora o meu confessor, porque Christo declara em S. Matheus, que não veio abolir a lei de Moysés, mas completa-la; e Jesus sabia (por isso era Deus) que aquella lei estava sobre documentos falsos. Com effeito é difficil tirar-se bem do negocio.<sup>246</sup>

Diante de críticas tão sedutoras, Leonardo Castello-Branco assumiu para si o intento de refutar o ousado autor francês, escrevendo, com esta finalidade, um *Poema Filosófico, o Ímpio Confundido, ou refutação a Pigault LeBrun, em que se demonstra innegavelmente pela Filosofia, e pela Historia, a existencia de Deos, e a verdade da religião Catholica*. Publicado em Lisboa no ano de 1837, na Typografia da Viuva Silva e Filhos, o poema divide-se em três cantos, sendo o primeiro para “provar” a existência de um deus, o segundo para demonstrar a verdade da religião judaica, e o terceiro para fundamentar a verdade da “revelação” cristã. “A predestinação no christianismo é o fatalismo dos Gregos”, afirmou LeBrun, e obedecendo a esta máxima Castello-Branco colocou-se à disposição da divindade:

<sup>243</sup> Idem, ibidem, p. 33-34.

<sup>244</sup> Idem, ibidem, p. 36.

<sup>245</sup> Os cinco primeiros livros da bíblia, atribuídos a Moisés, nos quais contam o Genesis e o Êxodo.

<sup>246</sup> LEBRUN, Pigault. Op. Cit. 1834, p. 134-5.

Eu Brasileiro sou: o sólo habito,  
 Qu' o Parnahiba réga: pavor tive:  
 Hesitei; mas em fim, deliberei-me:  
 Creio, animou-me hum invisível Ente:  
 Da penna lanço mão: esta obra escrevo;  
 E o meu trabalho não baldar espero:  
 S'ha Leitor obstinado, ha também dócil:  
 Aquelle o Vicio ama, e o Erro busca:  
 Este busca a Verdade, e ama a Virtude:  
 Eis o homem sensato; e eis com quem conto.<sup>247</sup>

As declarações feitas por LeBrun irritaram profundamente Castello-Branco, a ponto de fazerem com que este se colocasse no dever de defender não apenas suas crenças, mas todas as suas noções de mecânica, de filosofia, e da ciência no geral. Na verdade, sua narrativa buscou pontuar, a partir de suas hierofanias, como o homem se assemelha ou deve se assemelhar à natureza, que é, por excelência, a imagem ou expressão de deus. Atribuiu o comportamento humano dos ladrões ao lobo e dos criminosos à onça, e em clara referência a Maquiavel, por exemplo, argumentou que é preferível o homem agir como elefante, que tendo poder não o usa e é amado, que ser como o leão que tem escravos, mas amigos jamais.<sup>248</sup> E foi justamente por Maquiavel que Castello-Branco definiu seu conceito de *ímpio*, como aquele indivíduo egoísta a ponto de sobrepor seus interesses ao melhor de seus amigos, que não hesita em traí-lo se aí houver lucro.<sup>249</sup> Exemplo deste, para Castello-Branco, seria Voltaire,<sup>250</sup> e seu contrário seria o legítimo cristão:

*Do Ímpio poderoso he ésta a imagem:  
 Não ha tormenta mais funésta, e horrível!  
 Bem ao contrário o Homem virtuôso:  
 O Christão verdadeiro, he semelhante  
 À serena manhã d'hum claro dia:  
 Sua vida tranquilla, e nunca inútil,  
 Imita os mansos Rios, cujas ágoas,  
 Fecundas sempre, em tôd'a parte espalham  
 Abundancia, prazer, felicidade!...  
 He tudo, para tôdos, qual o manda,  
 E qual permite o seu estado, e pôsses.  
 He, pôis, bom Pai: bom filho: espôso fido:  
 Véro amigo: senhôr compadecido:  
 Humano Rei: vassallo confidente:*

<sup>247</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. *Poema filosofico, O Ímpio Confundido, ou refutação a Pigault LeBrun*: em que se demonstra innegavelmente pela filosofia, e pela historia, a existencia de deos, e a verdade da religião catholica. Lisboa: Tipografia da Viuva Silva e Filhos, 1837, p. 15.

<sup>248</sup> Idem, ibidem, p. 37-8.

<sup>249</sup> Idem, ibidem, p. 270.

<sup>250</sup> Idem, ibidem, p. 274.

Nos tratos sêus *sincero*, e *verdadeiro*;  
E em *tôdos* ' sêus negócios *liso*, e *franco*.<sup>251</sup>

Leonardo, como homem religioso, buscou uma existência *trans-humana* no sentido de viver a partir do exemplo de seu deus, do modelo divino que é contrário a uma existência profana.<sup>252</sup> Tendo se colocado como transcendente, sua existência pode parecer, aos olhos da modernidade, insuportável ou humilhante, diante das novas vivências e descobertas, no entanto, o hábito de “criar seu próprio mundo” requer uma enorme responsabilidade, de certa forma diferente das de ordem histórica, mas ligada à moral.<sup>253</sup> Assim, uma “simples contemplação da abóbada celeste é suficiente para desencadear uma experiência religiosa. O céu revela-se infinito, transcendente. [...]. As regiões superiores inacessíveis ao homem, as zonas siderais, adquirem o prestígio do transcendente, [...] da eternidade.”<sup>254</sup>

A apreciação do firmamento seria uma dupla tomada de consciência ao homem religioso: “em face do céu, o homem descobre ao mesmo tempo a incomensurabilidade divina e a sua própria situação no Cosmos.”<sup>255</sup> Por isso essa se tornou uma questão cara a Castello-Branco na sua refutação, quando o autor de *O Citador* asseverou: “Eis pois Deus-filho baixado do ceo, isto é, baixado de nenhuma parte, porque todos sabemos que o que se chamava, e ainda se chama ceo, não é senão o espaço, onde gírao todos os globos [...]”<sup>256</sup> Sua tese de refutação se baseou, por isso, na onipotência de deus sobre os fenômenos naturais, inclusive sobre os astros e sobre o próprio céu, recôndita morada do Eterno.<sup>257</sup> Lebrun rebate: “O Senhor ganha em prodígios o que perde em conhecimentos astronomicos; mas sempre é bem notavel que elle nada conheça da marcha dos globos, que faz girar.”<sup>258</sup> O poder que deus exercia sobre a natureza relativizava, assim, as próprias leis naturais. Para a modernidade pode ser difícil entender, mas devemos analisar a hierofania de modo particular:

Para o homem religioso, a Natureza nunca é exclusivamente “natural”: está sempre carregada de um valor religioso. Isto é facilmente compreensível, pois o Cosmos é uma criação divina: saindo das mãos dos deuses, o Mundo fica impregnado de sacralidade. Não se trata de uma sacralidade comunicada pelos deuses, como é o caso, por exemplo, de um lugar ou um objeto consagrado por uma presença divina. Os deuses fizeram mais: *manifestaram as diferentes modalidades do sagrado na própria estrutura do Mundo e dos*

<sup>251</sup> Idem, *ibidem*, p. 277.

<sup>252</sup> ELIADE, Mircea. Op. Cit. 1992, p. 88.

<sup>253</sup> Idem, *ibidem*, p. 82-3.

<sup>254</sup> Idem, *ibidem*, p. 100.

<sup>255</sup> Idem, *ibidem*, p. 101.

<sup>256</sup> LEBRUN, Pigault. Op. Cit. 1834, p. 148.

<sup>257</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. Cit. 1837, p. 19.

<sup>258</sup> LEBRUN, Pigault. Op. Cit. 1834, p. 77.

*fenômenos cósmicos.* O mundo apresenta-se de tal maneira que, ao contemplá-lo, o homem religioso descobre os múltiplos modos do sagrado e, por conseguinte, do Ser. Antes de tudo, o Mundo *existe*, está *ali*, e tem uma estrutura: não é um Caos, mas um Cosmos, e revela-se portanto como criação, como obra dos deuses. esta obra divina guarda sempre uma transparência, quer dizer, desvenda espontaneamente os múltiplos aspectos do sagrado. O Céu revela diretamente, “naturalmente”, a distância infinita, a transcendência do deus. A Terra também é “transparente”: mostra-se como mãe e nutridora universal. [...] No conjunto, o Cosmos é ao mesmo tempo um organismo *real*, *vivo* e *sagrado*: revela as modalidades do Ser e da sacralidade. Ontofania e hierofania se unem.<sup>259</sup>

Assim, não somente a natureza revelaria deus, mas todo e qualquer projeto que não fossem em razão ou contrário a este mesmo deus, seria o inverso da ordem natural das coisas. Isto ficou um pouco mais claro quando Castello-Branco afirmou que a circulação de sujeitos, saberes e obras, por si, não significava a produção das Luzes necessárias às sociedades, pelo contrário: aquela obra que atacava deus e o cristianismo produzia em seu lugar as trevas:

Labareda infernal d'impuro fogo,  
 Qu'alumiar parece, e produz trevas,  
 E em que só ha de fogo calor summo;  
 Obrar começa nas lethaes substancias.  
 Eis qu'um fumo s'exhala; e hum fumo sóbe  
 Em negro, e espesso turbilhão horrisono,  
 Que do Edificio desabando o tecto,  
 No immenso espaço d'Universo espalha-se!..  
 Onde, ó Sol, onde estão as luzes vossas?  
 E onde, ó Dia, a claridade tua?  
 Só vejo escuridão!.. Só trévas vejo!..  
 Magestoso Universo!.. Ah! Que desgraça  
 Vai succeder-vos!.. Inda o velho Cáhos,  
 Reassumindo o seu dominio antigo,  
 Conseguirá de novo sepultar-vos  
 No seu confuso, tenebroso seio!..<sup>260</sup>

Quando afirmou que, ao invés de produzir Luzes, a obra de LeBrun difundiu trevas, Castello-Branco firmou sua crítica contra o ceticismo que baseou a ciência moderna. Na sua linguagem figurativa, o teto do “Edifício” desabou para espalhar pelo “Universo” o “fumo negro”. Se considerarmos o “edifício” enquanto a terra e seu “teto” o céu, uma das essências da Revolução Científica seria exatamente tirar o atributo sagrado do céu para estudá-lo matematicamente, como a terra, de maneira a ser seu complemento, não seu inalcançável oposto. O “velho caos” era, portanto, para Castello-Branco, tudo aquilo que remetia aos

<sup>259</sup> ELIADE, Mircea. Op. Cit. 1992, p. 99-100.

<sup>260</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. Cit.1837, p. 8.

tempos anteriores ao cristianismo e aos “incrédulos” que minavam, através de críticas, a “revelação cristã”. Se, pois, a essência de Deus está na natureza, é da natureza que deve advir as verdadeiras “Luzes”, que Castello-Branco representa no “sol” e na “claridade do dia”. A ciência moderna teria de conviver com a hierofania do homem religioso.

O pensamento científico de Castello-Branco, assim, girou em torno de um mundo próprio, organizado, consagrado (sobre o qual a imagem divina se reflete através dos elementos naturais) e antagônico ao céu, não aquele fragmentado e matematizado, mas aquele pelo qual o ser humano aspira, onde reside o próprio divino. Assim, não causa surpresa perceber que ele considerou como “velho caos” tudo aquilo que remete ao *outro*, na medida em que este “outro mundo”, não consagrado, abriga “demônios” e toda estranheza que remete ao espaço caótico. O desconhecido gera o caos por não imitar a criação universal, por não se converter em *cosmo*, por onde o divino se manifesta, por não se separar do mundo.<sup>261</sup> O que, segundo Castello-Branco, não se aplica ao Atlântico, justamente por este estar conectado à expansão das monarquias católicas. O *outro*, no seu caso, seria qualquer contato que discordasse de sua verdade cristã e de seu deus.

Dessa forma, Castello-Branco teceu sua crítica em torno deste *outro* que, por não se separar do mundo, tal qual o criador, espalhou o “espestante licôr”, bebida amarga por não comungar com o *meu* cosmo. Percebe-se a separação puramente religiosa do *eu* com o *outro* justamente por colocar o *meu* lugar e a *minha* experiência sagrada no *centro*<sup>262</sup>; quando este outro passa a ocupar outros espaços, a estrutura é colocada em risco:

Pigault, da escolha ufano, o vaso exhaure  
Do empestante licôr na escripta sua;  
E da ordem o mais cumprir s’apressa.  
Um Luso encontra, d’este nome indigno,  
Qu’o ajuda a espalha-lo ao Sul d’Eropa,  
Limite Occidental do Mundo Velho;  
E avançando ‘inda a mais, transpõe o Athlantico;  
E do Averno o miasma, em semi-círculo,  
Na face Oriental do Novo Mundo,  
Com mão pujante, a que vigora o Genio,  
Diffunde, espalha do Amazona ao Prata.<sup>263</sup>

Sua crítica se estendeu não somente ao autor da obra, mas também a quem a difundiu. Apesar de ter escrito em Lisboa e afirmado que é um indigno luso aquele que difunde a obra

---

<sup>261</sup> Idem, ibidem, p. 32.

<sup>262</sup> Idem, ibidem, p. 38.

<sup>263</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. Cit. 1837, p. 10.

de LeBrun, Castello-Branco foi encorajado a contrapor os efeitos da obra apenas quando esta “transpõe o Atlântico”, atingindo seu sagrado particular, seu espaço de referência, sua experiência primeira com o divino, o seu orgulho de se colocar como autor piauiense.<sup>264</sup> Foi na sua “Introdução Allegorica ao Poema” que, se utilizando de metáforas, justificou seu trabalho e descreveu a reação do Rio Parnaíba ao ver a “perdição” de seus filhos diante do “veneno” de LeBrun. Surgiu, então, uma “criatura” que suplicou a ação imediata de algum filho seu para impedir a proliferação do mal, quase que em tom nacionalista:

“Filhos meus! S’entre vós ‘inda s’encontra:  
 “Se, por minha fortuna, ainda existe  
 “Hum homem virtuoso, e assás valente,  
 “Appareça, e combata o Monstro infame,  
 “Qu’eterna ruina a todos vos prepara!..  
 “Eu velho sou: não posso!.. Ah, se eu podéra!..”  
 Cessa então de fallar; e os olhos volve  
 Por toda a turba dos juncados filhos,  
 A ver s’algum se move; e eus que fictando  
 Em mim os olhos seus, irado, exclama:  
 “Até tu, Leonardo!.. Tu, que sempre  
 “Mostraste affecto ter á Lei de Christo,  
 “Immovel te conservas!.. Pois taes provas  
 “São, as que dás d’amor a Deos, e ao Proximo?”<sup>265</sup>

Esta sua alegoria deixou transparecer tanto seu sentimento de protagonismo, quanto seu sentimento de pertencimento a esta região. Mas o fato de sair do Rio Parnaíba nos leva um pouco além: a água é um elemento essencial na *transformação* do caos no cosmo organizado e consagrado, para o homem religioso. Desde a formação da terra a água tem função renovadora, e é através dela que o sagrado chega a todos os povos, carregando consigo o signo da transparência, bastante difundido através do batismo. Assim, Castello-Branco pode ter pretendido demonstrar que das águas do Parnaíba sairia a renovação do mundo tanto quanto o fato de sair uma criatura da água pode denotar uma missão divina, um novo dilúvio, desta vez para renovar o campo ideológico, “lavando” o velho caos. Ao tempo em que a imersão significava a morte (do pecado, por exemplo), da dissolução, a emersão demonstrava o renascimento, uma criação de uma nova vida, de uma salvação.<sup>266</sup> Por isso Castello-Branco, vendo a salvação emergir do Parnaíba, aceita sua ilustre tarefa:

Do lethargo desperto á voz sonora,

<sup>264</sup> ELIADE, Mircea. Op. Cit. 1992, p. 27-8.

<sup>265</sup> Idem, ibidem, p. 12.

<sup>266</sup> ELÍADE, Mircea. Op. Cit. 1992, p. 110.

Que desde o Ceo troava: era do Imperio  
 O Anjo tutelar, que assim me falla:  
 “Aquelle, cujo Braço Omnipotente,  
 [...]”  
 “Esse mesmo Senhor, que tudo sabe:  
 [...]”  
 “Sem réplica, t’ordena o cumprimento  
 “Exacto, e prompto, da promessa tua,  
 “Que de fazer acabas. Mais te digo,  
 “Qu’esse Genio do Mal, que a ti s’antolha  
 “Tão forte, e poderoso, he para o Eterno  
 “Inda menos, qu’o Nada. Eia: dispõe-te;  
 “E confia desde já, com certo teres  
 “Triunfo, protecção, eterno prémio.”  
 De fallar céssa; e eu prostrado adoro  
 Ao Todo-Poderoso; e á Virgem rogo  
 Maternal protecção: a penna empunho,  
 Qual forte espada; e, animoso, escrevo.<sup>267</sup>

Assim, a escrita de Leonardo denota não apenas sua experiência religiosa, mas também sua concepção teleológica de seus atos, própria do catolicismo. Foi visando a um fim útil e agradável ao divino que se colocou à disposição do universo, empunhando a “penna” como sua arma. Sua análise minuciosa buscou forjar um modelo no qual a natureza regente ordena todo o “majestoso edificio” que é o mundo, ou mais: o mundo enquanto oficina da sábia natureza, que provas tantas dá de sua sabedoria que só cego o não veria:

Próvas tão grandes são: tão evidentes,  
 As qu’*hum Deos nos demonstram: nos attestam,*  
 (Deos bom: Deos sábio: Deus em tudo immenso)  
 Qu’he cégo, o qu’as não vê: *bruto*, o qu’as nega.  
 Se és cégo, a *mão te dou*: se bruto, o *açoute*:  
 De qualquer sorte, ou *segue-me*, ou *precede-me*.  
 Do fundo abysmo em que *submerso vives*,  
 (S’a vida do peccado he também vida)  
 Levar-te-hei à vastissima Officina,  
 (Onde labora a Sábia Natureza)  
 Firmada d’huma à outra *Eternidade*:  
 A qu’*ha de haver depois*: a qu’*antes houve*  
 Do ser creado, o que chamâmos =*Tempo*=;  
 E dos termos, *sem termo o meio occupa*.<sup>268</sup>

### 3.4. Forjando suas próprias Luzes

Leonardo Castello-Branco despertou, de fato, admiração por sua personalidade interessante. Innocêncio Francisco da Silva, em seu *Diccionario bibliographico portuguez*,

<sup>267</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. Cit. 1837, p. 13-14.

<sup>268</sup> Idem, ibidem, p. 18.

destacou que por algumas vezes teve contato com este sujeito, que aparentava “ser excellente pessoa, mui affavel e sincero no seu tracto, divisando-se-lhe apenas tal qual excentricidade, quando mui seriamente expunha e analysava as suas invenções e descobertas mechanico-astronomicas!”.<sup>269</sup> Não podemos deixar de destacar tal excentricidade em conceber o movimento iluminista como reflexo da expansão das monarquias católicas.

Sua escrita remete sempre a dois pontos: a afirmação de que é “natural do Piauhy”, e de que não possui “áulicos estudos”. No entanto, seu pensamento científico é precedido sempre por advertências que o colocam como estudioso teórico de matérias metafísicas, como que requerendo legitimidade ao se colocar como filósofo ou cientista. No prólogo de seu poema *A Criação Universal*, publicado no Rio de Janeiro em 1856, Castello-Branco deixa isto claro, afirmando ainda que a falta de estudos era compensada pelo dom de contemplar a natureza:

Previno-vos, talvez em meu desproeito, que eu não estudei em Aulas: até não sei nenhuma lingua estrangeira: apezar disto julgo poder jactar-me, que sei mechanica, e astronomia theoreticamente; e em cujos ramos de sciencias, principalmente n'este ultimo, tenho feito consideraveis refórmas, e inovações. Isto vos parecerá incrível, e com razão: mas reflecti, que a mechanica consiste no conhecimento das Leis da Natureza, que não são convenções humanas. Quem recebeu d'ella o dom de as escutar, e entender, só fica ignorando os termos técnicos para se fazer entender dos outros homens; pois estes termos, e só elles, lhes devem a origem. Mas pude encontrar em authores portuguezes, quem me fizesse saber, se não todos, ao menos parte d'estes termos.<sup>270</sup>

O embate entre ciência como meio para o progresso ou para se provar a existência de Deus parece ser, em Leonardo, um falso dilema, uma vez que o simples reconhecimento e valorização da hierofania na natureza já representava, por sua vez, o reconhecimento da existência de Deus, sem deixar de visar um fim útil para o progresso da humanidade. Assim, só se configura um dilema quando analisamos Castello-Branco a partir dos padrões de cientificidade modernos. Aqui nos remetemos à análise de Thompson sobre os escritores românticos ingleses do final do século XVIII, no que se refere justamente à problemática do pretensível caráter de neutralidade da ciência moderna. O limite das tênues fronteiras entre cientificidade e religiosidade desses sujeitos “nos espanta [...] por causa de sua capacidade de conter dentro de si tantos impulsos filosóficos oscilantes, contraditórios [...]. Se falarmos de

---

<sup>269</sup> DA SILVA, Innocência Francisco. *Diccionario Bibliographico Portuguez: estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Tomo Quinto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860, p. 175.

<sup>270</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. *A Criação Universal descripta poética, e philozoficamente*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856.

‘exploração e desenvolvimento’, devemos também falar de limitação e rejeição. E a questão da apostasia permanece importante [...]”<sup>271</sup>.

A questão parece ser exatamente saber reconhecer quando devemos falar de desenvolvimento e quando devemos reconhecer limitação, como alerta Thompson, ou de perceber como um sujeito pode se colocar entre o excepcional-normal.<sup>272</sup> A dinâmica desses sujeitos alerta ainda para a necessidade de abordagens diferentes da que propõe uma ciência europeia homogênea, na qual Castello-Branco, por exemplo, não se enquadraria com sua vivência religiosa.

Sua concepção de Luzes é intrínseca ao divino, de onde elas provêm, sendo assim impossível dissociar o homem religioso do homem cientista. “Da sã Filosofia as *claras luzes*” derivam, pois, das leis divinas, que são as leis naturais.<sup>273</sup> Segundo esta lógica, aqueles que estudavam a natureza estavam, por conseguinte, estudando deus, pois que seria o acaso, na visão religiosa, que não este mesmo deus com outro nome?

S’hum Deos não he, quem he, *que tanto póde?*  
 Como a esse Senhor chamar devemos?  
*Dons tantos* serão Dons do *cégo Acaso?*...  
 O *estupendo, portentoso* Iman,  
 Será também do Acaso *obra, e offerta!*  
 E o Acaso he, que faz, que busque, e *sempre,*  
 No fixo, térreo Pólo *fixo norte!*  
 Qu’alguem o creia assim *será possível?*...  
 Oh *delírio! Oh loucura das loucuras!*...  
 Homem de *Grão saber!* Explicai-me isto:  
 Se não m’o explicas, *por Mystério o tenho;*  
 E a *Deos repugnancia,* ao *qu’he Mystério:*  
 A *Deos Pigault:* a *Deos doutrinas tuas.*<sup>274</sup>

O medo diante do acaso o fez atribuir a deus causas desconhecidas, e por isso mesmo descreveu a divindade como causa primeira através de seus estudos sobre física mecânica, considerando o comportamento dos astros, da natureza, etc. A experiência profana o assustou de tal modo a suplicar, ironicamente: “Dissipa, ó *Sol de luzes,* trevas tantas! / *Ilumina-nos,* Home’ *extraordinário!* / Mas no entanto, *benigno* não me empêças, / Qu’hum *Ente Creadôr*

<sup>271</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 176.

<sup>272</sup> WITT, Marcos Antônio. “Excepcionais normais? A(s) trajetória(s) de três pastores no Sul do Brasil (1824-1893)”. *História – Unisinos*. vol. 20, n. 3, setembro/dezembro 2016. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/issue/view/574>>. Acesso em 16/06/18.

<sup>273</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. Cit. 1837, p. 103.

<sup>274</sup> Idem, *ibidem*, p. 87.

prostrado adore.”.<sup>275</sup> Afirmando que LeBrun não teria argumentos para dar-lhe respostas satisfatórias, repete: “A Deos, Pigault: *a Deos doutrinas tuas.*”.<sup>276</sup>

Castello-Branco teve consciência de que, sem os limites que sua visão religiosa impunha ao mundo moderno, o homem poderia ser um deus, em clara referência às grandes navegações. Domando os mares, se o destino não tivesse feito do homem efêmero e frágil mortal, se desse-lhe a eternidade, “serias um portentoso”.<sup>277</sup> Se as baleias, “ilhas viajantes”, conseguiam rasgar os oceanos, também o homem “*com ser débil, o faz; e em frágil lenho.*”.<sup>278</sup>

Se o Homem não contente ainda se acha:  
S’inda não satisfeitos seus desejos,  
Com quanto em seu Paíz encontra, e gósa:  
Por bens suspira: aneia por prazeres,  
Qu’em longínquo Paíz, d’hum *Novo Mundo*,  
Além do Império dos Marinhos Monstros,  
A vastidão dos Mares lhe denega:  
D’arte o provê: provê do necessário,  
Com que *boiante, cavernosa casa*,  
De *retalhante* fundo, e *aguda* frente,  
Hábil *inventá*: industriôso *acaba*;  
A que logo *azas* dando, e Éolo os *vôos*,  
Eis qu’a *Árvore antiga, e nova Casa*,  
Surdindo ufana, em *triplicada fôrma*,  
*Árvore he; e he Casa; e he Ave aquática!*...<sup>279</sup>

Ao falar de sua época, contudo, se contrapôs à corrente positivista, afirmando mesmo que Moisés já era capaz de grandes coisas mesmo sem as Luzes do século XVIII,<sup>280</sup> e demonstrando preocupação com as relações de seu tempo, que sofriam com a frivolidade da “Idade Férrea”.<sup>281</sup> Isto pela insuficiência das Luzes do oitocentos em socorrer a fraca Razão dos homens, que só poderia ser complementada pela natureza, por deus.<sup>282</sup> As massas (planetas), por exemplo, não poderiam ter se organizado sozinhas pelo universo, e como nem sempre houve astrônomos, só deus, que havia organizado o universo, poderia ter revelado isto aos homens. Tudo isto foi apontado com aspereza à LeBrun, e refutações à Copérnico, por

<sup>275</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. Cit. 1837, p. 102.

<sup>276</sup> Idem, ibidem, p. 92.

<sup>277</sup> Idem, ibidem, p. 85.

<sup>278</sup> Idem, ibidem, p. 58.

<sup>279</sup> Idem, ibidem, p. 83.

<sup>280</sup> Idem, ibidem, p. 149.

<sup>281</sup> Idem, ibidem, p. 75.

<sup>282</sup> Idem, ibidem, p. 108.

exemplo.<sup>283</sup> Assim, tal como Jesus parou os ventos durante a tempestade no mar, sem aquele que exerce poder sobre a natureza, as navegações e o Novo Mundo não seriam possíveis.<sup>284</sup>

Enfim, Castello-Branco utilizou a bíblia como testemunho que, embora historicamente localizado, teria inspiração divina, para refutar a tese de LeBrun de que o cristianismo seria uma seita judia, quando afirmou que, ao invés disso, os judeus eram uma sombra do cristianismo, da qual só se salvam os profetas, por terem revelado a vinda do cristo.<sup>285</sup> Tal não poderia ser mentira, segundo o mesmo, já que uma mentira não poderia ter se sustentado por tanto tempo quanto a igreja católica. Diante dessa imensidão temporal, dos milhões de planetas, de sóis, de sistemas e da vastidão do universo, Castello-Branco se colocou como um nada, diante do chamado divino:

“*Orgulhoso mortal! Como presumes  
 “Ciência possuir em grão tão alto:  
 “Que te julgas capaz de decidires,  
 “Do qu’hum Deos fazer deve, ou que não deve,  
 “Se do qu’ Elle creou, tu tanto ignóras?”  
 “Será crível, que tu, qu’hes quasi hum nada:  
 “Que creatura hes: qu’hes de Deos obra:  
 “O teu Divino Authôr melhor compr’endas,  
 “Qu’as outras, como tu, *tambem creaturas?*”<sup>286</sup>*

Apesar disso, Leonardo Castello-Branco não se considerava um homem de seu tempo, e a escrita de si que elaborou em torno de seus intentos o colocou como uma possibilidade desvalorizada para o progresso de sua região. Ao tempo em que fazia questão de se colocar enquanto “natural do Piauí”, descrevia-se como filho de uma das mais rústicas províncias do norte do Brasil, sem nenhuma assistência. Os relatos disponíveis nos dicionários bibliográficos consultados apontam que suas obras não atingiram um público grande, mas, além dos registros no catálogo de livreiros, Sacramento Blake indicou que teve seus escopos mecânicos valorizados inclusive com a proteção do Imperador, que lhe forneceu material do arsenal da marinha no Rio de Janeiro para que desenvolvesse seu *moto-contínuo*, sem resultados satisfatórios.<sup>287</sup> Mesmo assim atribuiu seu malogro à ignorância de seu público:

Estes meus obtidos conhecimentos, desenvolvidos em huma Obra  
 mechanico-astronomica, em cuja composição gastei muitos Annos, que

<sup>283</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op Cit. 1837, p. 179.

<sup>284</sup> Idem, ibidem, p. 174.

<sup>285</sup> Idem, ibidem, p. 188.

<sup>286</sup> Idem, ibidem, p. 177-8.

<sup>287</sup> SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. Op. Cit. 1899, p. 299.

foram outros tantos de assíduo estudo, me habilitaram á inventar várias máchinas interessantes: mas, nem éstas, nem a impressão d'aquela. Obra pude realizar por falta de meios próprios, e de protecção alheia, que em vão tenho solicitado. Eu disto não me admiro; pois não tenho condiscipulos, e nem Mestres, que me abonem: só tenho a appellar para as minhas Obras; pois que, segundo o Senhor Jezus, — A arvore se conhece pelos fructos: porem os meus ainda não pódem ser apreciados pelo Público, que os ignora. Nascido, e creado em huma das mais rústicas Provincias do Norte das do Imperio Brasileiro, tive de experimentar em mim a verdade, do que disse Chateaubriand nos seus — Pensamentos Moraes, concebido nestes termos, que aqui reproduzo, para fazer Sensível a exactidão da sua applicação para commigo. — « Os homens de talento (diz este acreditado Author) são ordinaria mente filhos do seu Século; e como o seu compendio: são os que representam as luzes, as opiniões, e o talento: porem tam bem nascem ás vezes demaziado cêdo; ou demaziado tarde. Se nascem muito cêdo, antes do seu Século natural, passam ignorados; e a sua glória comessa, quando eles ja não existem: isto he, quando brilha o Século, á que deviam ter pertencido &c.»<sup>288</sup>

Interessa notar que, à parte das (des)continuidades entre os períodos históricos que este sujeito ocupou, Leonardo Castello-Branco lançou sobre os espaços que ocupou uma visão analítica capaz de fornecer subsídio para formular, se não uma intervenção, ao menos uma leitura contextual própria. Por isso escreveu a *Memória sobre as abelhas...*, por isso planejou um *moto-contínuo* para otimizar a navegação no rio Parnaíba, por isso refutou o *Ímpio confundido...* e escreveu uma *Investigação da causa eficiente do alvoroço anti-religioso em Lisboa...*, à qual não tivemos acesso.

Frustrado pelas tentativas não exitosas de pôr em prática seu *moto-contínuo* no Rio de Janeiro, retorna ao Piauí no ano de 1859, já com idade avançada. Viveu seus últimos dias empenhado em terminar tal obra, mas faleceu em 1873, pela idade e por grave enfermidade.<sup>289</sup> Entre as Luzes e sua religiosidade, pretensamente colocou-se para a posteridade, nos mostrando mais uma vez como a experiência do homem religioso quer transcender a responsabilidade social e o próprio tempo histórico.<sup>290</sup>

Perdoai [...] o meu desabafo nesta longa, e amarga queixa. *Extensos, e assás afflictivos* tem sido os meus trabalhos; e *mui excessivos* os sacrificios que tenho feito; tendo sempre mais em vista o bem da humanidade, que o meu particular interesse. O tempo passado, e o futuro vos dou por fiadores da verdade d'esta minha declaração. De vós não exige, se não que *lhe faça justiça*; e melhor, se for acompanhada de *alguma indulgencia* [...]  
Vosso Compatrióta, que n'isto *muito se honra*; e *não menos vos préza* [...]  
Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco.<sup>291</sup>

<sup>288</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. Cit. 1856, pp. 3-4.

<sup>289</sup> SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. Op. Cit. 1899, p. 299.

<sup>290</sup> ELIADE, Mircea. Op. Cit. 1992, p. 82-3.

<sup>291</sup> CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. Cit. 1856, p. 5.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A circulação de ideias e impressos entre continentes, principalmente pelo comércio atlântico, deu base para se repensar a superioridade da “metrópole”, contrariando qualquer visão de simples difusão. Como percebemos no caso da domesticação das abelhas do Piauí, técnicas e métodos eram apropriados e adaptados para as necessidades locais, defendidas por sujeitos como Leonardo Castello-Branco, que estavam a par da circulação de técnicas e saberes e conseguiram forjar, a partir disso, interferências nos seus respectivos espaços contrariando qualquer ideia de imposição cultural.

Decerto, podemos perceber grandes influências europeias no próprio modo de vida desse sujeito, a começar pela sua religiosidade católica característica colonial. No entanto, não se tratou de um processo linear e suave; os impressos sediciosos e a divulgação de técnicas locais testemunharam as relações de poder entre o centro que se pretendia metrópole e as mais diversas e inevitáveis conexões e contatos. O processo de ocidentalização imposto pela ciência europeia tal qual proposto por George Basalla esbarrou, assim, nas relações multidirecionais das comunicações culturais expostas no decorrer deste trabalho sob o prisma da análise de Kapil Raj, Fa Ti Fan, Gruzinski, dentre outros.

Cada vez mais, e pelos mais variados fatores, estes impressos foram adquirindo caráter revolucionário, absorvidos por centros familiares e indivíduos influentes e capacitados o suficiente para angariarem o apoio popular, ou mesmo a “opinião pública”. Mesmo sem apresentar imprensa oficial no período trabalhado, o Piauí demonstrou, para além de uma grande circulação de folhetos sediciosos, a preocupação em ajuntar diversas classes em torno do ideal de independência, mesmo que após os conflitos as hierarquias se mantivessem inalteradas. Foi neste campo que Leonardo Castello-Branco destacou-se, assumindo a parte de reunir seus “irmãos” em torno das “verdades” contra os “marinheiros”, mesmo que a noção de irmãos seja típica para a época.

A saída de Leonardo Castello-Branco do Piauí para Lisboa em busca de novas fontes para seus estudos é prova de como o ensino homogeneizador podou as manifestações dissonantes do projeto colonialista, mas também de como os contatos do sujeito impulsionaram sua busca a alternativas para a simples reprodução do conhecimento, uma carência típica do Brasil como um todo. Este sujeito sempre fez questão de destacar em suas obras que era piauiense e que não tinha estudos formais, muito embora afirmasse também que

possuía, pela natureza, noções metafísicas. Contudo, os contatos por ele estabelecidos no pós-independência o levaram a adentrar espaços de visibilidade nacional e internacional.

Seja lamentando pela falta de compromisso de algumas classes com o futuro e com o progresso, seja provando a existência de Deus, Leonardo Castello-Branco mostra-se como um sujeito eclético. Na sua religiosidade, mostrou-nos o quanto qualquer secularização é tipicamente eurocêntrica, sendo capaz de perceber a existência de Deus através da natureza, e nesta também um fim útil ao progresso da humanidade. Sob este prisma, buscamos, ao longo deste trabalho, compreender as discussões nas quais este sujeito se inseria, para que se pudesse inferir em que contexto ele se apresentava como excepcional, e em que ocasiões obedecia aos padrões de sua época.

Através dele, demonstramos como “uma das mais rústicas províncias do Norte”, como diz o próprio Leonardo Castello-Branco, esteve inserida na circulação atlântica e contribuiu, pelo constante trânsito de ideias, para esta multidirecionalidade da ciência.

## 5. REFERÊNCIAS:

- FONTES:

- MANUSCRITAS:

- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (Feitos Findos, Processos-Crime, Letra L, mc. 4, n.º 1, cx. 9) (PT/TT/CCRC/L/001/00090):

CÂMARA DA VILA DE SÃO BERNARDO. Ofício à Junta de Governo do Maranhão. [Manuscrito]. São Bernardo da Parnaíba, sessão de 5 de Março de 1823.

CÂNDIDO, João. [Carta] 9 de Fevereiro de 1823 [para] Leonardo de Carvalho Castello-Branco. Granja. 1f. Deseja saúde e dá sugestões para a independência.

CARVALHO, Severino Alvez. [ofício] 10 de Março de 1823, Quartel da Vila de São Bernardo [para] Junta do Governo do Maranhão, 1 p. Comunica a prisão de Leonardo Castello-Branco.

CASTELLO-BRANCO, Leonardo de Carvalho. *Proclamação*. [Manuscrito]. Piracuruca, 24 de Janeiro de 1823.

CASTELLO-BRANCO, Leonardo de Carvalho. [Carta] 11 de Fevereiro de 1823 [para] Valério Alves de Souza. Piracuruca. 1f. Dá informações sobre a independência.

CASTELLO-BRANCO, Leonardo de Carvalho. [carta] 27 de Fevereiro de 1823. Quartel do Peixe [para] Tenente Coronel Joaquim de Souza Martins. Nota e registro escrito pelo dito Leonardo informando sobre o andamento da independência e um anexo discorrendo sobre noções de direito.

CASTELLO-BRANCO, Leonardo de Carvalho. [ofício] 2 de Março de 1823, Quartel em custódia na Vila de São Bernardo [para] Conselho de Guerra da Independência, 1 p. Pede cautela nas decisões.

CASTELLO-BRANCO, Leonardo de Carvalho. [carta] 11 de Fevereiro de 1823, Piracuruca [para] Capitão Valério Alvez de Souza, 2 p. Dá notícias do andamento da independência.

DIVISÃO AUXILIADORA DO PIAUÍ. *Ofício ao Principal dos Índios da Villa de São Bernardo*. (Manuscrito). Piracuruca, 24 de Janeiro de 1823.

ESPÍRITO SANTO, Victal Vaz do. [Carta] 11 de Fevereiro de 1823 [para] Leonardo de Carvalho Castello-Branco. Villa Viçosa. 1f. Coloca o remetente à disposição da independência.

FONTANEILES, Paulo. [Carta] 14 de Fevereiro de 1823 [para] Leonardo de Carvalho Castello-Branco. Villa Viçosa. 1f. Dá apoio ao movimento de independência.

LABATUT, Pedro. [Ofício] 22 de Dezembro de 1822 [para] Brigadeiro Manoel de Souza Martins. Quartel General do Engenho Novo no Recôncavo da Baía. 1 f. Solicita adesão do Brigadeiro à independência do Brasil.

LABATUT, Pedro. [Ofício] 22 de Dezembro de 1822 [para] Povos do Piauí. Quartel General em Frente da Baía. 1f. Solicita a adesão do Piauí à independência do Brasil.

MARANHÃO. *Ordem régia e certidão de prisão em que é réu Leonardo de Carvalho Castelo Branco e autora a Justiça*. [Manuscrito] 1823.

- MUSEU OZILDO ALBANO (Acervo da Independência):

FERREIRA, Jozé Nunes. *Relação de nomes com doação de mantimentos*. [Manuscrito]. Barriguda, 1823.

PIAUI, Junta do Governo. Encarrega Mathias de Souza Rabelo para a defesa de alguns portos e pede o apoio de todos os habitantes na independência. [Manuscrito]. Palácio do Governo de Oeiras, Fevereiro de 1823.

SOUZA MARTINS, Manuel Clementino de. [carta] 14 de Junho de 1823. Pindoba [para] Capitão Mor João Gomes Caminha. 1 p. Pede providências sobre seus animais.

THOMAZ, Jozé. [carta] 26 de Junho de 1823. São Jozé [para] Capitão Mor João Gomes Caminha. 1 p. Conta violências cometidas contra europeus.

▪ OUTRAS:

REQUERIMENTO de João Gomes do Rego Barra ao rei D. João V, em que solicita confirmação de carta de sesmaria junto ao rio Iguaçu. [Manuscrito]. Arquivo Histórico Ultramarino, 1725.

• IMPRESSAS:

CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. *Poema filosofico, O Ímpio Confundido, ou refutação a Pigault LeBrun*: em que se demonstra innegavelmente pela philosophia, e pela historia, a existencia de deos, e a verdade da religião catholica. Lisboa: Typografia da Viuva Silva e Filhos, 1837.

CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. *A Creação Universal descripta poética, e philozoficamente*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856.

CATÁLOGO das obras poéticas em Portuguez à venda em casa de Eduardo & Henrique Laemmert mercadores de livros. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866.

CUNHA, Matheus da; GALVÃO FILHO, Rafael Arcanjo. *Catálogo da Segunda Exposição Nacional, 1866*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1866.

DA SILVA, Innocêncio Francisco. *Diccionario Bibliographico Portuguez*: estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil. Tomo Quinto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

GARDNER, George. *Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante nos anos de 1836-1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LEBRUN, Pigault. *O Citador*. Tomo primeiro. Rio de Janeiro, Casa de Souza & Cia., 1834.

O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro: SAIN, vol. 13, 1845.

PORTUGAL. *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1772.

SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Volume 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. *Revista trimestral de História e Geografia*: ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1841.

- BIBLIOGRAFIA:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Africanos, os escravos da Guiné”. In: \_\_\_\_\_. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 44-76.

ARAÚJO, Johny Santana de. “O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823”. In: *Clio: revista de pesquisa histórica*. nº 33.2. pp. 29-48.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens”. *XIII Encontro de História ANPUH-RIO / Identidades*. (online). Rio de Janeiro, 2008.

BASALLA, George. “The spread of western science”. *Science*. v. 156, 1967, p. 611-622.

BRANDÃO, Tânia Maria P. A capitania de São José do Piauí. In: \_\_\_\_\_. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

CELESTINO DA SILVA, Mairton. *Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

COSTA FILHO, Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

COSTA E SILVA, Alberto da. “O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX”. *Estudos Avançados*. v. 8, n. 21, 1994, pp. 21-42

DARNTON, R.; ROCHE, D. (Orgs.). *A Revolução Impressa: A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996

DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Claudete Maria Miranda. “A ‘Independência para Inglês ver’”. In: R. Mestr. Hist., Vassouras, v. 4, n. 1, 2001/2002.

\_\_\_\_\_. “Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial”. In: Nascimento, Francisco A. Do; VAINFAS, Ronaldo. *História e Historiografia*. Recife: Bagaço, 2006, pp. 71-95.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FAN, Fa-Ti. “The global turn in the history of Science”. *East Asian Science, Technology and Society: an international journal*. v. 6, p. 249-258, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade do Império”. *Penélope*, n. 23, 2000, pp. 67-88.

FREITAS, Clodoaldo. *Vultos Piauienses: apontamentos biográficos*. 3 ed. Teresina: APL/EDUFPI, 2012.

- FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: Imprensa e Independência na província do Maranhão (1821-1826)*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.
- GRUZINSKI, Serge. “O historiador, o macaco e a centaura: a ‘história cultural’ no novo milênio”. *Estudos Avançados*. [online]. V. 17, n. 49, pp. 321-342, 2003.
- HESPANHA, António Manuel. Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda B. (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.
- HESSE, Carla. “Transformações econômicas na edição”. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. (Orgs.). *A Revolução Impressa: A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- KURY, Lorelai. “Auguste de Saint-Hilaire: viajante exemplar”. *Intellectus*, ano II, pp. 1-11, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, supl. 1, pp. 109-129, 2004.
- \_\_\_\_\_. “A Ciência útil em *O Patriota* (Rio de Janeiro, 1813-1814)”. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul./dez. 2011.
- LIMA, Gracivalda Matos Albano. *Os emissários facciosos do Piauí e as cartas da guerra de independência, 1823*. (monografia). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2016.
- LOIS, Carla; GARCIA, João Carlos. “Do oceano dos clássicos aos mares dos impérios: transformações cartográficas do Atlântico Sul”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. Vol. 17, n. 2, pp. 15-37, 2009.
- LÔPO DE ARAÚJO, Érica. “Capítulo 2: Governadores e ouvidores: conflitos e disputas de poder”. In: *De golpe a golpe: política e administração nas relações entre a Bahia e Portugal (1641-1667)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011, pp. 52-86.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARQUESE, Rafael de B. “A ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. v. 16, n. 4, out.-dez. 2009, pp. 855-880.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- MELLO E SOUZA, Laura de. “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”. In: \_\_\_\_\_. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 67-88.
- NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 3ª ed. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

NOVAIS, Fernando A. “A crise do Antigo Sistema Colonial”. In: \_\_\_\_\_. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979, pp. 57-116.

NUNES, Odilon. “Primórdios da colonização, primeiros currais”. In: \_\_\_\_\_. *Pesquisas para a história do Piauí*, vol. 1. Teresina: FCMC, 2007, pp. 83-108.

\_\_\_\_\_. *Estudos de História do Piauí*. 2ª ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014.

PEDREIRA, Jorge Miguel V.; COSTA, Fernando D. D. *João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

POPKIN, Jeremy D. “Jornais: a nova face das notícias”. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. (Orgs.). *A Revolução Imprensa: A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAJ, Kapil. “Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX”. *Cultura*, vol. 24, 2007.

\_\_\_\_\_. “Além do Pós-colonialismo... e Pós-positivismo: Circulação e a História Global da Ciência”. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 13, Dezembro 2015, pp. 164-175.

RAMINELLI, Ronald J. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas (1400-1700)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da Revolução Científica*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

RUSSEL-WOOD, Anthony John. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808”. *Revista Brasileira de História*. [online]. Vol. 18, n. 36, 1998, pp. 187-250.

SALDAÑA, Juan José. “Ciência e identidade cultural: a história da ciência na América Latina”. In: FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. (org.). *Um olhar sobre o passado. História das ciências na América Latina*. Campinas: Ed. Unicamp/Imprensa Oficial, 2000, pp. 11-31.

SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

\_\_\_\_\_. “Ilustração, história e ecletismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII”. *História da Historiografia*. Ouro Preto, UFOP, n. 4, Março/2010, pp. 75-87.

SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TURCHETTI, Simone; HERRAN, Néstor; BOUDIA, Soraya, “Introduction: have we ever been ‘transnational’? Towards a history of science across and beyond borders”, *The British Journal for the History of Science*, v. 45, n. 3, September 2012, p. 319-336.

WITT, Marcos Antônio. “Excepcionais normais? A(s) trajetória(s) de três pastores no Sul do Brasil (1824-1893)”. *História – Unisinos*. vol. 20, n. 3, setembro/dezembro 2016.

- SITES:

<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.aa0004932026;view=1up;seq=7>

<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=ucm.5327380139;view=1up;seq=7>

<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/392189>

<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/327655>

<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>

<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-pelo-brasil-principalmente-nas-provincias-do-norte-e-nos-distritos-do-ouro-e-do-diamante-durante-os-anos-de-1836-1841/preambulo/6/texto>

<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4269883>

<https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=495&ver=por>



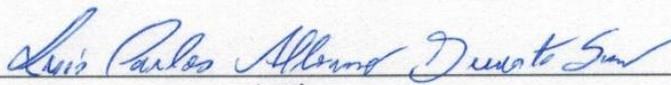
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
( X ) Monografia  
( ) Artigo

Eu, **Luís Carlos Albano Duarte Sousa**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **“EIS AQUI A VERDADE, MEUS QUERIDOS IRMÃOS!”: Circulação de ideias, revolução e ciência na trajetória de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco** de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 24 de Agosto de 2018.

  
Assinatura

  
Assinatura